

**SIMONE VALENTINI**

**DO LIBERAL AO PÓS-MODERNO:**

**O DEBATE SOBRE AS AÇÕES AFIRMATIVAS NA PRODUÇÃO ACADÊMICA DA  
ÁREA DA EDUCAÇÃO (2012-2016)**

Dissertação apresentada à banca examinadora e ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGE/UDESC) como requisito obrigatório e parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.  
Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Mariléia Maria da Silva

**Florianópolis, SC  
2017**

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da  
Biblioteca Setorial do CEFID/UEDESC,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Valentini, Simone

Do liberal ao pós-moderno: o debate sobre as ações afirmativas na produção acadêmica da área da educação (2012-2016) / Simone Valentini. -- 2018./n 168 p.

Orientadora: Mariléia Maria da Silva

Dissertação (Mestrado) -- Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2018.

1. Ações afirmativas. 2. Teorias pós-modernas. 3. Liberalismo. 4. Decadência ideológica. I. Silva. II. Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação. III. Título.

SIMONE VALENTINI

**DO LIBERAL AO PÓS-MODERNO: O DEBATE SOBRE AS AÇÕES AFIRMATIVAS  
NA PRODUÇÃO ACADÊMICA DA ÁREA DA EDUCAÇÃO (2012-2016)**

Dissertação apresentada à banca examinadora e ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGE/UDESC) como requisito obrigatório e parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

**Banca examinadora**

**Orientadora:** \_\_\_\_\_

Prof.<sup>a</sup> Dra. Mariléia Maria da Silva  
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

**Membro:** \_\_\_\_\_

Prof.<sup>a</sup> Dra. Angélica Lovatto  
Universidade Estadual Paulista (UNESP)

**Membro:** \_\_\_\_\_

Prof.<sup>a</sup> Dra. Olinda Evangelista  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

**Membro:** \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Giovanni F. Ernst Frizzo  
Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Florianópolis, 26 de outubro de 2018.



## AGRADECIMENTOS

*Nos caminhos do Coração*, Gonzaguinha canta que *a gente é tanta gente onde quer que a gente vá*. Para mim, há muita intensidade nesta frase tanto quanto há na tentativa de se agradecer a estas “gentes” que carregamos por aonde vamos. Constituímo-nos na mediação com outros sujeitos, assim, deles levamos muito daquilo que somos; e são tantos “outros” que marcaram e seguem colorindo minha caminhada que agradecê-los neste pequeno espaço de dedicatória torna esta tarefa difícil. Difícil também porque não é apenas o findar da pesquisa que dá o sabor destas linhas, mas, sobretudo, as janelas que se abriram, as fragilidades que foram sanadas e as tantas outras que se revelaram. As novas inquietações que latejam mais hoje do que ontem mostram que o caminho não é outro senão o próprio caminhar. É por este apreço ao devir e pela certeza do horizonte que se quer alcançar, que este agradecimento é também uma forma de cortejo por aquilo que se inicia, se renova ou se transforma. Sobretudo, uma forma de agradecer aos que ficam, aos que, de uma forma ou outra, carregarei comigo e que irão colorir as novas jornadas. Àqueles que dividem sonhos, esperanças, sorrisos, projetos de vida e de mundo.

Há quase três anos decidi dar sequência a um projeto de mestrado que havia deixado “de lado” por escolhas e determinações que não importam aqui. Inscrevi-me numa disciplina isolada do programa de pós-graduação em Educação da UDESC para retomar leituras e refinar a ideia do projeto de pesquisa que trazia comigo desde quando comecei a trabalhar na UFSC. Enfim, conheci a professora Mariléia, e foi daquelas admirações instantâneas pela sua maneira de expressar coerência, respeito e ternura logo no primeiro contato. Após ingresso no mestrado, pude contar com sua generosa orientação neste processo de pesquisa e, de lá para cá, tenho muito a agradecer pela constância do trato fraterno, por todo conhecimento compartilhado, pela grande confiança que depositou em mim e por ter me incentivado a cada nova etapa. Muito obrigada, Mariléia!

O ingresso no mestrado trouxe as dificuldades próprias de quando nos lançamos na pesquisa, as inúmeras leituras iam aos poucos abrindo caminhos até então pouco explorados por mim e traziam muitas inquietações e dúvidas. Neste processo, os queridos colegas do Grupo de Pesquisa Lutas Sociais, Trabalho e Educação – LUTE foram preciosos por dividirem angustias e problematizações. Por todas as contribuições, conversas e incentivos recíprocos, agradeço carinhosamente à Marcia, Rodrigo, Fabrício, Meymilane, Paloma, Amanda, Karine e Mariano.

Aos professores Giovanni Frizzo, Angélica Lovatto, Olinda Evangelista e Celso Carminati agradeço pela essencial contribuição na banca de qualificação. À professora Olinda, quero agradecer também pela acolhida fraterna na disciplina realizada na UFSC. Aquelas aulas sobre o balanço da produção me deram enormes contribuições e pistas para desenvolver a pesquisa, por isso agradeço todas as sugestões muito precisas feitas na disciplina e também na banca de qualificação e, sobretudo, agradeço pela força e encorajamento para a continuidade do trabalho. Além do meu agradecimento, tens minha constante admiração. À professora Angélica, agradeço ainda pela delicadeza de me presentear com material bibliográfico e pela forma generosa pela qual incentivou a realização da pesquisa. Obrigada também por me acalmar antes da banca de qualificação, talvez você não recorde, mas aquelas palavras entusiastas foram acalentadoras. Teu exemplo militante e tua postura firme e coerente me marcaram muito.

Registro também meu agradecimento ao Paulino Júnior, pela leitura do texto e pelas valiosas contribuições e sugestões; aos servidores da secretaria do PPGE, pela cordialidade e atendimento às diversas solicitações que fiz no decorrer do mestrado; à UNIEDU, pelo financiamento da pesquisa e à UFSC, pela licença remunerada, condição essencial para o desenvolvimento da pesquisa.

Como iniciei dizendo, aquilo que somos é marcado pelos caminhos que trilhamos, pelas pessoas com quem convivemos e aprendemos. Quando eu penso na jornada até o mestrado, algumas lembranças do tempo da graduação sobressaem, pois nele estão meus primeiros passos neste universo acadêmico que tanto me ensinou. Daquela época, não posso deixar de agradecer à Liliam e ao Paulo por todo o carinho e incentivo, vocês foram imprescindíveis e hoje, de um lugar longe que é sempre perto, sigo com a mesma gratidão pela amizade e aprendizado. Ao João Zanardini, agradeço por instigar meu desejo de compreender melhor o mundo. Ao Claudinei Batista, pelas conversas, pela gentileza e por todo o incentivo. Daquela época agradeço ainda a Val e a Jana, pela amizade e parceria nos tempos do Centro Acadêmico de Pedagogia e à querida Mônica, que alegremente voltei a encontrar depois de alguns anos.

Nos caminhos mais recentes, porém não tanto, pois lá se vão mais de cinco anos aqui nesta Ilha, agradeço a Jeimy e a Ana por todos os momentos compartilhados, mesmo hoje com a distância entre Floripa, Fortaleza e Manaus, obrigada por tê-las sempre presente. À Dani, Vivi e Jacke agradeço pela amizade tão querida, pelos nossos “cafés de ideias”, pela cumplicidade e por toda a força e carinho nesta fase do mestrado. À Jacke, agradeço ainda pelo companheirismo nas batalhas da UFSC, por dividir angústias e alegrias no tempo em que trabalhamos juntas no setor de Ações Afirmativas, teu apoio foi essencial, querida Jacke!

À Barbara, grande presente que a UFSC me deu, agradeço pela parceria, pelas visitas e conversas que acalentaram os dias de exaustão da pesquisa. Foi muito bom ter você, Mega e Alice aqui pertinho durante esses quase dois anos. À Aline, sou grata por todos estes anos de amizade, apoio e carinho. À Patrícia (Pato), por cada encontro, por tua amizade tão sincera e presente e também ao querido Pedro e ao pequeno Ciro que acaba de chegar para nos encher de emoção e alegria. Aos queridos vizinhos Tiago e Fran, pelas risadas, pelas trocas e pelas torcidas recíprocas em nossas jornadas. À Elisa e Tai, Cami, Giana, Isabele e Ismael por quem tenho grande carinho.

Às minhas queridas irmãs, Juliana e Carolina pela certeza plena da confiança, cumplicidade e amor por toda a vida. À Juliana, agradeço ainda pela leitura do texto, pelas inúmeras sugestões e extensas conversas sobre a pesquisa, obrigada por ser essa “pequena grande” maravilhosa pessoa.

Ao Beto, pelo companheirismo e amor, pelos cafés regados com afeto a cada manhã, por me acalmar nas horas de nervosismo da pesquisa e pelas provocações que me faziam ir adiante. Suas contribuições vão muito além de ações objetivas, estão nas coisas indizíveis, no saber-te presente sempre, na forma intensa e tão transparente pela qual você expressa teu amor. Dentre tantas coisas, agradeço, sobretudo, por você me ensinar a caminhar mais devagar e por querer caminhar ao meu lado.

Por fim, aos meus pais Lauro e Adélia. A vocês dedico a realização deste trabalho pois são a expressão maior de amor, segurança, carinho e cuidado. Obrigada pelo esforço tão grande para garantir nossos estudos. A expectativa que vocês depositavam na nossa ida à universidade é uma lembrança que me acompanha desde a infância. Uma expectativa que não tinha reflexo em suas próprias trajetórias de inconclusão da educação básica. A vocês, a quem as determinações do trabalho do campo sempre impuseram uma condição de luta diária e uma dura realidade, nunca nos deixaram desanimar de acreditar na possibilidade de forjar outros caminhos. Por isso, sempre serão para mim um exemplo genuíno de que, embora sejam duras as determinações impostas aos trabalhadores, os germes de força, coragem e transformação caminham com nós.

Meu fraterno agradecimento a todos.



“[...] saberíamos muito mais das complexidades da vida se nos aplicássemos a estudar com afinco as suas contradições em vez de perdermos tanto tempo com as identidades e as coerências, que essas têm obrigação de explicar-se por si mesmas”.

José Saramago



## RESUMO

No presente estudo investigamos as produções acadêmicas do campo da educação que tratam da temática das políticas de ações afirmativas para o ensino superior objetivando rastrear o universo conceitual e os pressupostos teórico-metodológicos que fundamentam as pesquisas sobre esta temática. São objetos empíricos da investigação oito teses de doutorado defendidas em Programas de Pós-graduação em Educação de universidades brasileiras, no período de 2012 a 2016. O percurso investigativo empreendido procurou situar a produção acadêmica examinada no tempo histórico de sua formulação, ou seja, no período de crise estrutural do capital (MESZÁROS, 1993), que se expandiu em meados de 1970 e alavancou a reorganização produtiva do capital através de uma nova fase de acumulação, marcada pela financeirização e pelo neoliberalismo. No contexto brasileiro, esta quadra histórica é caracterizada, no seu período mais recente, pela ascensão do Partido dos Trabalhadores na Presidência da República (2003 a 2016), período no qual as políticas de ações afirmativas se disseminaram no ensino superior do país, bem como, período no qual se insere a publicação das teses examinadas. À luz da análise imanente, buscamos privilegiar quatro módulos temáticos. O primeiro, referente à concepção de ações afirmativas, rastreou os principais conceitos e argumentos que subsidiam a compreensão dos autores investigados acerca destas políticas resultando no mapeamento daqueles que figuram com maior relevância nas análises. Foram eles: igualdade de oportunidades, inclusão/exclusão, justiça social, valorização das identidades, reconhecimento, equidade, redistribuição, compensação, reparação, representatividade, empoderamento, diversidade, democratização do ensino superior, combate à meritocracia e ao racismo, acesso ao mercado de trabalho e ascensão social. As outras três modulações temáticas referiram-se ao conceito de Estado, ao par conceitual inclusão/exclusão e ao conceito de igualdade de oportunidade. Identifica-se que as pesquisas sobre as ações afirmativas, gestadas no interior do campo da educação, majoritariamente, analisam a referida política por intermédio de conceitos e elaborações explicativas que entrecruzam perspectivas teóricas pós-modernas e liberais. Apesar das particularidades destas correntes ideológicas, busca-se situar a forma como ambas se complementam no processo de ocultamento da luta de classes e das determinações do capital. O pensamento pós-moderno, enquanto expressão ideológica do capitalismo contemporâneo, contribui para o processo de decadência ideológica do pensamento burguês (Lukács, 2010) ao aprofundar o obscurecimento da totalidade histórica. Nesta chave, localiza-se que a interpretação da realidade averiguada na ampla maioria das teses examinadas coaduna com esse processo de mistificação ideológica cumprindo a função social de reiterar o pensamento hegemônico.

**Palavras-chave:** ações afirmativas; teorias pós-modernas; liberalismo; decadência ideológica.



## ABSTRACT

In the present study we had investigated the academic productions of the education field, which focus on the topic of affirmative action policies set your sights on higher education with the objective of identification of its trajectory in the conceptual universe and also the theoretical and methodological assumptions that support researchs on this subject. There are empirical objects of research; eight PhD theses defended in Post-Graduate Programs in Education of Brazilian Universities, in the period from 2012 to 2016. The investigative course undertaken sought to situate the academic production examined in the historical time of its formulation, more precisely in the period of structural crisis of capital (MESZÁROS, 1993), which expanded in the mid-1970s and leveraged the productive reorganization of capital through a new phase of accumulation, marked mainly by financialization and neoliberalism. This historical frame, within a Brazilian context, is characterized by the rise of the Workers' Party in the Presidency of the Republic (2003 to 2016), a period in which affirmative action policies were disseminated in the country's higher education, into the period in which the published theses were considered. In light of the immanent analysis, we seek to privilege four thematic modules. The first one, referring to the conception of affirmative actions, traced the main concepts and arguments that support the authors' understanding of these policies, resulting in the mapping of those that demonstrate greater relevance in the analyzes. They were: equality of opportunity, inclusion / exclusion, social justice, valorization of identities, recognition, equity, redistribution, compensation, reparation, representation, empowerment, diversity, democratization of higher education, combating meritocracy and racism, access to labour market and social ascension as well. The other three thematic modulations referred to the concept of State, the conceptual pair of inclusion / exclusion and the concept of equality of opportunity. It is identified that research on affirmative action, mostly conceived within the field of education, analyzes the said policy through concepts and explanatory elaborations that intersect postmodern and liberal theoretical perspectives. Despite its peculiarities of these ideological currents, it is sought to situate the way in which both complement each other, in the process of hiding the class struggle and determinations of capital. Postmodern thought, as an ideological expression of contemporary capitalism, contributes to the process of ideological decay of bourgeois thinking (Lukács, 2010), deepening the obscuring of historical totality. In this key, it is found that the interpretation of reality ascertained in the vast majority of the theses examined is consistent with this process of ideological mystification fulfilling the social function of reiterating hegemonic thinking.

**Keywords:** affirmative actions; postmodern theories; liberalism; ideological decadence.



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Teses selecionadas por ano, autor, título, orientador e universidade (2012 a 2016) .....	41
---	----



## LISTA DE SIGLAS

<b>BDTD</b>	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
<b>BID</b>	Banco Interamericano de Desenvolvimento
<b>BM</b>	Banco Mundial
<b>CAPES</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
<b>CEERT</b>	Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade
<b>CUT</b>	Central Única dos Trabalhadores
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>FAP</b>	Foundation Administered Project
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>GTI</b>	Grupo de Trabalho Interministerial
<b>IBICT</b>	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
<b>GTEDEO</b>	Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação
<b>IES</b>	Instituições de Ensino Superior
<b>LPP</b>	Laboratório de Políticas Públicas
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>OIT</b>	Organização Internacional do Trabalho
<b>ONGs</b>	Organizações Não Governamentais
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PAAf/UFBA</b>	Programa de Ações Afirmativas na Universidade Federal da Bahia
<b>PAA/UFSC</b>	Programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Santa Catarina
<b>PIMESP</b>	Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Paulista
<b>PNE</b>	Plano Nacional de Educação
<b>PPCOR</b>	Projeto Políticas de Cor na Educação Brasileira
<b>PROUNI</b>	Programa Universidade para Todos – MEC
<b>PSDB</b>	Partido da Social Democracia Brasileira
<b>PT</b>	Partido dos Trabalhadores
<b>PUC/GO</b>	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
<b>REUNI</b>	Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – MEC

<b>SEPPIR</b>	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
<b>UEM</b>	Universidade Estadual de Maringá
<b>UEMS</b>	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
<b>UEPB</b>	Universidade Estadual da Paraíba
<b>UEPG</b>	Universidade Estadual de Ponta Grossa
<b>UERJ</b>	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
<b>UFG</b>	Universidade Federal de Goiás
<b>UFPB</b>	Universidade Federal da Paraíba
<b>UFRGS</b>	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
<b>UFRJ</b>	Universidade Federal do Rio de Janeiro
<b>UFS</b>	Universidade Federal de Sergipe
<b>UFSC</b>	Universidade Federal de Santa Catarina
<b>UnB</b>	Universidade de Brasília
<b>UNEB</b>	Universidade Estadual da Bahia
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	21
<b>1 QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS E PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES AO OBJETO DE ESTUDO</b> .....	27
1.1 AÇÕES AFIRMATIVAS: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO .....	27
1.2 OBJETIVOS E QUESTÕES DA PESQUISA.....	32
1.3 CONCEPÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	34
1.3.1 As escolhas metodológicas para seleção do material.....	37
1.3.2 A coleta do material .....	38
1.4 APRESENTAÇÃO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SELECIONADA.....	41
<b>2 DO LIBERAL AO PÓS-MODERNO: UMA INTRODUÇÃO AO DEBATE</b> .....	50
2.1 A MISTIFICAÇÃO IDEOLÓGICA DO PENSAMENTO BURGUESES.....	51
2.2 O REFINAMENTO DA MISTIFICAÇÃO IDEOLÓGICA: O CAMINHO PÓS-MODERNO.....	57
2.3 O IDEÁRIO PÓS-MODERNO NO CONTEXTO BRASILEIRO .....	66
2.4 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A FOCALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS.....	70
2.5 O REPOSICIONAMENTO DE ALGUMAS LUTAS SOCIAIS .....	77
2.6 O GOVERNO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES: CONVERGÊNCIA COM A IDEOLOGIA PÓS-MODERNA E (NEO) LIBERAL? .....	80
<b>3. POR QUAIS CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS CAMINHA O DEBATE SOBRE AS AÇÕES AFIRMATIVAS: os principais conceitos que subsidiam as teses examinadas</b> .....	89
3.1 A NOÇÃO DE AÇÕES AFIRMATIVAS NAS TESES ANALISADAS .....	90
3.2 AÇÕES AFIRMATIVAS E O PAR CONCEITUAL INCLUSÃO/EXCLUSÃO .....	105
3.3 AÇÕES AFIRMATIVAS E O DEBATE SOBRE A IGUALDADE .....	117
<b>4 CONCEPÇÃO DE ESTADO NA PRODUÇÃO ACADÊMICA EXAMINADA: uma perspectiva alinhada ao ideário liberal</b> .....	125
4.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA .....	126
4.2 A CONCEPÇÃO DE ESTADO NAS TESES EXAMINADAS .....	131
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	153
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	159



## INDRODUÇÃO

Pergunta a cada ideia: serves a quem?  
Bertolt Brecht

Nesta pesquisa analisamos um conjunto de teses de doutorado produzidas no âmbito dos programas brasileiros de pós-graduação da área da educação (públicos e privados), defendidas no período de 2012 a 2016<sup>1</sup>, que se ocuparam das políticas de ações afirmativas para o ensino superior. A investigação identificou as bases teórico-metodológicas que orientam as produções e as principais formulações conceituais que, majoritariamente, subsidiam o debate sobre as ações afirmativas no campo da educação.

Partimos do pressuposto que toda e qualquer construção do pensamento não ocorre de forma espontânea e tampouco neutra, pois, explícita e conscientemente ou não, posiciona-se do lado de um determinado projeto societário<sup>2</sup>. Na realidade capitalista, os projetos societários inevitavelmente respondem aos interesses das principais classes em disputa, ou seja, da classe burguesa ou da classe trabalhadora. Embora possam refletir em maior ou menor grau determinações de outra natureza, como gênero, etnia, etc., visam, de um lado, a manutenção das estruturas sociais vigentes ou, de outro, a transformação destas estruturas (NETTO, 2006).

Nesta chave interpretativa, Neves (2005) assinala que cada projeto se vincula a uma das classes em luta, cuja disputa por hegemonia se materializa não apenas no enfrentamento imediato, mas nas relações cotidianas, inclusive nas formas de definir, examinar e conceituar os processos sociais nos quais vivemos. Nesse sentido, julgamos que os conceitos formulados e/ou disseminados no âmbito intelectual sobre as ações afirmativas revelam as práticas e caminhos que essa política vem trilhando, bem como expressam a visão de mundo de quem os anuncia.

Trabalhamos com a hipótese de que há uma estreita relação de parte dos estudos recentes – no que se refere à forma de compreender as ações afirmativas, de conceituar a sociedade, os agentes e agências que nela interagem – com as formulações do campo do pensamento liberal e do pensamento pós-moderno. Esta hipótese partiu da compreensão de que a ideologia pós-

---

<sup>1</sup> Esta conjuntura temporal corresponde ao período de fortalecimento dessas políticas na educação superior brasileira após a aprovação da Lei Federal 12.711/2012, de 29 de agosto de 2012 (BRASIL, 2012), que determinou a implementação de ações afirmativas na modalidade de cotas em todas as instituições federais de ensino superior do país.

<sup>2</sup> Por projetos societários estamos entendendo aqueles destinados ao conjunto da sociedade, nos quais, determinados valores servem como justificativa para projetar uma imagem de sociedade a ser construída (NETTO, 2006). A experiência histórica demonstra, segundo Netto (2006), que os projetos societários se transformam e se renovam conforme as conjunturas históricas e políticas, constituem, portanto, “estruturas flexíveis e cambiantes”.

moderna se constitui em um refinamento da mistificação ideológica do pensamento burguês e, como uma expressão do padrão atual de acumulação do capital, é funcional à lógica dominante na medida em que, tal qual o pensamento liberal, naturaliza o modo de produção e reprodução vigente ao negar sua historicidade e própria possibilidade do conhecimento da totalidade social. Embora, de modo geral, possa haver nas formulações pós-modernas uma aparente recusa ao ideário liberal, no nosso modo de ver, existe uma complementaridade entre essas duas formas de apreensão da realidade.

Quando alguém usa as palavras de um discurso e realiza os seus enunciados está, de fato, implementando uma dada visão de mundo e os projetos políticos construídos por ela. Mesmo que acredite estar realizando o seu oposto e mesmo que tais projetos sejam os do (s) seu (s) adversário (s). (DIAS, 2003, p.8).

No campo da Educação e das ciências sociais brasileiras, a chamada “crise de paradigmas”, anunciada pelo pensamento pós-moderno, se generaliza, segundo Iasi (2017), no final da década de 1980 e se acentua na década de 1990 em decorrência da dissolução da União Soviética e do processo de reestruturação produtiva do capital. Esses dois processos históricos representariam a derrota da alternativa socialista e, portanto, das teorias que apontavam para a transformação da sociedade na direção da emancipação humana. As transformações econômicas e sociais contemporâneas não poderiam mais ser compreendidas pelas “velhas” teorias, tanto socialistas quanto liberais burguesas. Assim, a denominada agenda pós-moderna procuraria “desmascarar a pretensão das supostas metanarrativas e das intencionalidades históricas como nada mais que discursos, jogos de linguagem” (IASI, 2017, p. 29).

Ainda segundo Iasi (2017), é possível identificar alguns pressupostos que compõem os pilares dessas concepções analíticas, quais sejam:

O capitalismo mudou para uma sociedade pós-industrial; o trabalho, e consequentemente, as classes e a luta de classes perderam a centralidade, a utopia socialista foi substituída pelo aperfeiçoamento da ordem liberal democrática; e, finalmente, as certezas de uma racionalidade moderna e suas expressões filosóficas, científicas, artísticas, religiosas e outras, foram substituídas por um complexo jogo de linguagem e discursos que perderam a capacidade de se legitimar além de seu campo específico de legalidade própria, conformando um quadro cultural fundado no acaso, na incerteza, no fragmentário, no acidental, no fortuito: a modernidade foi superada pela pós-modernidade. (IASI, 2017, p. 30).

Essas apreensões levam ao desprezo de qualquer análise da totalidade da realidade concreta, uma vez que a sociedade se encontraria fragmentada e individualizada, só seria possível apreendê-la a partir de suas dimensões subjetivas, imediatas e singulares. De forma

contundente, ocorre uma sofisticação do discurso de negação da totalidade, do sujeito, das grandes narrativas, dos sistemas únicos, da razão e da ideia de progresso ou emancipação universal (EAGLETON, 1998). A disseminação dessa compreensão de mundo cumpre uma função ideológica de velar as determinações gerais que atravessam as questões particulares, como a questão do negro, das mulheres, dos indígenas, das pessoas com deficiência etc., reduzindo a análise dessas opressões em torno de si mesmas, ocultando-se os nexos e determinações que as alimentam e, por conseguinte, tornando-as funcionais à própria ordem capitalista.

De forma muito lúcida, Montañó (2014) fornece uma análise criteriosa sobre os “cantos de sereias”<sup>3</sup> presentes nesses discursos fragmentários de uma ordem supostamente irracional. Para ele, além da coerção comumente empreendida pela classe hegemônica para manter sob controle a ordem social, o atual contexto de crise sistêmica exige a legitimação e aceitação social do projeto neoliberal. Na mesma direção, Neves (2005, p. 89) afirma que “a história política do Brasil a partir dos anos 1990 tem sido a história de recomposição, consolidação e aprofundamento da hegemonia da burguesia brasileira” através de uma nova pedagogia da hegemonia<sup>4</sup> implementada pelo Estado burguês, na busca de obter o “consenso da sociedade e de reeducação ético-política, individual e coletiva, dos cidadãos brasileiros”.

Nesse quadro situa-se a proposição de políticas sociais destinadas ao alívio da pobreza e para “inclusão” de grupos identitários, amparando-se em compreensões particularistas que acabam por fragmentar e pulverizar as lutas em torno de distintas opressões *pari passu* ao obscurecimento das determinações histórico-concretas que as produzem.

Desse modo, para tornar palatável um projeto que leva adiante a precarização e eliminação de direitos historicamente conquistados, opera-se no campo ideológico:

Uma racionalidade hiper-desarticuladora [*sic*] e fragmentada da totalidade social – seja pela razão formal-abstrata: positivismo, neopositivismo, sistemismo etc., seja pela chamada razão “*pós-moderna*” –, como a imposição de um “*linguajar*” que ideologicamente leve a uma forma fetichizada e reificada de visão da realidade, ocultando o verdadeiro sentido das reformas e mostrando-se como “vontade popular”.

---

<sup>3</sup> Montañó utiliza a metáfora do canto das sereias em alusão ao mito grego que narra o encantamento dos marinheiros que, ao ouvir os cânticos das sereias, são seduzidos e levados para o fundo do mar. Esse mote é utilizado pelo autor para analisar as palavras e projetos que seduzem e são aceitos por setores subalternos da sociedade por utilizarem os termos das velhas bandeiras progressistas, contudo, reconfigurados em outros conteúdos, capazes de esconder seu caráter regressivo e sua perspectiva de classe.

<sup>4</sup> “Nova pedagogia da hegemonia” é um termo cunhado pela pesquisadora Lúcia Neves (2005), para se referir às estratégias adotadas pela burguesia para consolidação do novo projeto de sociabilidade burguesa, por meio da obtenção do convencimento das camadas subalternas através de uma “repolitização da sociedade civil, no sentido do fortalecimento de práticas que induzam à conciliação de classes” capaz de fornecer as bases sociais e políticas para a continuidade da exploração capitalista.

Uma linguagem, portanto, que esconda seu caráter de classe, que “importe” os termos das velhas bandeiras progressistas (democracia, justiça, poder social, popular, solidário, participativo etc.) mas as reconfigure com outros conteúdos, agora sim funcionais aos interesses conservadores ou restauradores da grande burguesia, mas neste caso escondido nos discursos de setores da esquerda. (MONTAÑO, 2014, p. 23-24)

Esse projeto ideológico, munido de um conjunto de termos e linguagens, de conceitos teóricos, de valores éticos e políticos, sustenta a autorresponsabilização dos sujeitos, a desresponsabilização do Estado e a desoneração do capital (MONTAÑO, 2014). Nosso objeto de pesquisa se insere nesse complexo movimento, tendo em vista que o debate em torno das políticas afirmativas espalha-se, nas últimas décadas do século XX, em vários países do mundo consonantes com as mudanças ocorridas no pensamento contemporâneo – em especial a partir daquele gestado após maio de 1968<sup>5</sup>–, no qual se intensifica a negação das antigas concepções teóricas ditas “totalizantes”, amplia-se a defesa da conciliação de classes e a busca por micromudanças dentro da própria ordem capitalista.

Partindo do pressuposto referenciado em E. P. Thompson e Christopher Norris, de que “a teoria tem consequências”, Moraes (2009) destaca que se a teoria pode acentuar o ceticismo sobre o conhecimento, como se observa na agenda pós-moderna, por outro lado tem a capacidade de oferecer as condições racionais e críticas para contrapor às investidas irracionistas. No caso da Educação, afirma a autora, a teoria pode

[...] nos ajudar a desnudar a lógica do discurso que, ao mesmo tempo em que afirma a sua centralidade, elabora a pragmática construção de um novo vocabulário que ressignifica conceitos, categorias e termos, de modo a torná-los condizentes com os emergentes paradigmas que referenciam as pesquisas, reformas, planos e propostas para a educação brasileira e latino-americana. (MORAES, 2009, p. 587).

Nessa perspectiva, se este trabalho possibilitar o estímulo a algumas reflexões, mesmo que incipientes, sobre os “cantos de sereia” presentes no debate sobre as ações afirmativas, devido sua captura por termos e conceitos liberais e pós-modernos, teremos cumprido nosso objetivo maior. Para tal, nosso esforço foi o de buscar empreender uma análise crítica na direção de identificar e problematizar aquilo que vem sendo produzido no campo da educação, levando em consideração as contradições, as especificidades e as determinações históricas dessas

---

<sup>5</sup> Maio de 1968 foi palco do movimento, protagonizado por estudantes, que teve início na França e desencadeou eventos mundiais que se pautavam pela contestação tanto do imperialismo quanto do chamado “socialismo real”. A contestação dos dois grandes projetos econômico-político-sociais em disputa naquele momento dá vazão para teorias que apontam para uma “crise de paradigmas” decorrente da perda de capacidade explicativa tanto da perspectiva marxista quanto da concepção liberal. (Cf. EAGLETON, 1998; MALIK, 1999).

produções acadêmicas que investigam as ações afirmativas no ensino superior.

Logo, elucidamos que não nos coube analisar a política de ação afirmativa em si, suas origens e implementação, tampouco avaliar ou julgar seus resultados. Haja vista que o objeto da pesquisa se refere às produções acadêmicas do campo da educação que tematizam as ações afirmativas para o ensino superior, portanto, é sobre tais produções que nos debruçamos. Importa ressaltar ainda que as demandas dos diferentes grupos sociais que lutam por melhores condições de existência, como no caso de políticas para acesso ao ensino superior, são pautas legítimas, concretas e urgentes, das quais, obviamente, temos alinhamento na defesa. O que problematizamos, no decorrer da pesquisa, é como se constituem as intervenções políticas com base nessas demandas, mais especificamente, a forma como certos conceitos e elaborações explicativas podem levar à perda da consideração das determinações históricas e sociais, desaguando em interpretações pautadas pelas expressões fenomênicas e ações imediatistas desvinculadas de um projeto societário da classe trabalhadora. Destaca-se ainda que o atual quadro conjuntural brasileiro, extremamente regressivo do ponto de vista das conquistas sociais, sinaliza a necessidade, cada vez mais urgente, de instrumentalizar teórica e politicamente as classes subalternas, por isso, pensamos ser esta uma discussão extremamente importante.

Este texto está estruturado em quatro capítulos. No primeiro, apresentamos um breve contexto histórico das ações afirmativas e delinea-se o caminho teórico-metodológico assumido na pesquisa, explicitando-se os recortes metodológicos, a seleção da produção acadêmica que compõe o campo empírico da pesquisa e uma primeira aproximação analítica das teses selecionadas. No segundo capítulo, explicitamos a gênese da produção acadêmica examinada, ou seja, o contexto histórico e social concreto no qual se firma o pensamento analisado. Deste modo, pontuamos alguns elementos acerca da mistificação ideológica do pensamento dominante e das mudanças gestadas a partir da crise estrutural do capital, iniciada nos anos de 1970, e o devir histórico até os governos do Partido dos Trabalhadores – PT (2003-2016). No terceiro capítulo localizamos os principais conceitos que alicerçam o debate sobre as ações afirmativas na produção examinada. Para tal, dividimos o capítulo em três módulos temáticos: o primeiro refere-se à concepção de ação afirmativa expressa nas teses; o segundo refere-se ao par conceitual inclusão/exclusão e o terceiro diz respeito ao conceito de igualdade de oportunidades. No último capítulo, nos dedicamos ao módulo temático do Estado buscando localizar nas teses a compreensão do seu papel na sociedade contemporânea.



## **1 QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS E PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES AO OBJETO DE ESTUDO**

Consideramos que a produção do conhecimento não ocorre de forma isolada, ao contrário, se constitui em um processo histórico e social cuja construção deve partir da objetividade e da materialidade (MINAYO, 1994). As escolhas dos caminhos metodológicos da pesquisa se alicerçam na consciência da impossível neutralidade do pesquisador, que é, inevitavelmente, atravessada por disputas ideológicas, as quais conformam sua apreensão do real. Nesse sentido, coadunamos com Evangelista (2014, p. 64) quando afirma que “toda fonte traz uma compreensão de mundo e gera uma leitura e que toda leitura tem comprometimento”.

Partindo dessas premissas, neste capítulo apresentamos o caminho teórico-metodológico adotado na investigação. Para tal, dividimos a exposição em quatro seções. Na primeira, apresentamos um breve histórico das ações afirmativas no ensino superior brasileiro a fim de contextualizar a temática<sup>6</sup>. Na segunda seção expomos as escolhas metodológicas para a seleção da produção acadêmica sobre as ações afirmativas no ensino superior. Na terceira, detalhamos o levantamento realizado nas bases de dados para seleção das oito teses de doutorado que compõem o campo empírico da investigação. Na última seção resumimos uma descrição de cada um dos trabalhos coligidos a fim de proporcionar ao interlocutor maior familiaridade com o material e, principalmente, por dar a ver os recortes analíticos de cada tese, dados e sujeitos das pesquisas, lócus das investigações e alguns resultados apontados por seus autores.

### **1.1 AÇÕES AFIRMATIVAS: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO**

Segundo a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos do Governo Federal do Governo Federal, as principais políticas públicas de ações afirmativas desenvolvidas atualmente no Brasil estão relacionadas à educação, juventude, saúde, trabalho e mulheres. Somam-se a essas, todas as políticas e programas dessa natureza adotados pela iniciativa privada ou por organizações não governamentais. Ainda segundo a secretaria, o objetivo de uma ação afirmativa é buscar

---

<sup>6</sup> Como demarcamos, nosso objeto de investigação refere-se à produção acadêmica da área da educação que aborda a temática das ações afirmativas no ensino superior, por esta razão, não nos deteremos em aprofundar a análise sobre as ações afirmativas em si, tampouco sobre as questões étnico-raciais e o ensino superior que são diretamente ligados a esse tema, considerando que o aprofundamento dessas questões, extremamente importantes, demandariam estudos específicos com esses focos de análise.

“oferecer igualdade de oportunidades a todos” (BRASIL, 2017).

Identificadas como medidas distributivas destinadas a promover a “representação” de grupos minoritários, as ações afirmativas ganham visibilidade no cenário brasileiro em meados dos anos de 1990, quando se acirram as reformas do Estado neoliberal. De caráter focal e com baixo custo, essas políticas vislumbram resultados imediatos e tornaram-se pautas reivindicativas de diferentes movimentos e grupos sociais.

As primeiras discussões sobre essas medidas em nível mundial datam dos anos 1960, com a realização de encontros promovidos por Organizações Multilaterais<sup>7</sup> a fim de colocar na pauta as chamadas políticas “inclusivas”. A Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e que passou a vigorar em janeiro de 1969, é identificada como pioneira nessa discussão. Segundo Moehlecke (2002), de lá para cá, uma série de países adotou políticas desse perfil, com maior notoriedade para os Estados Unidos da América (EUA), onde o termo “ação afirmativa”<sup>8</sup> foi cunhado no início da década de 1960. Outros exemplos de implementação de medidas similares ocorreram em outros países variando o público-alvo de acordo com as situações de cada região (MOEHLECKE, 2002).

As diretrizes dos organismos multilaterais<sup>9</sup>, especialmente o Banco Mundial e a UNESCO, têm orientado os governos dos países periféricos na criação e implementação de políticas afirmativas. Essas orientações, *pari passu* aos tensionamentos dos movimentos organizados em torno dessas pautas, vêm resultando na adoção de medidas afirmativas em diferentes áreas, especialmente relacionadas à educação superior e ao mercado de trabalho. Na direção dessas políticas atuam também diversas organizações não governamentais e instituições filantrópicas que operam em vários países promovendo financiamento de programas alinhados a esses objetivos. Exemplos notórios são a Fundação Ford<sup>10</sup> e Fundação Rockefeller, que

---

<sup>7</sup> São exemplos de organismos multilaterais o Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Internacional do Trabalho (OIT) dentre outros.

<sup>8</sup> O termo “ação afirmativa” se popularizou nos Estados Unidos através dos discursos do então Presidente Kennedy, no contexto de lutas pelos direitos civis dos negros, nas quais se reivindicava do Estado a adoção de políticas antissegregacionistas (GLORIA, 2006).

<sup>9</sup> É importante destacar que as proposições dos organismos multilaterais respondem aos interesses do capital, ou seja, suas diretrizes não são autônomas.

<sup>10</sup> A Fundação Ford se apresenta como uma instituição não governamental, com sede nos Estados Unidos, e possui escritórios espalhados por diversos países do mundo. Com atuação no Brasil desde 1962, a Fundação promove o financiamento de pesquisas e projetos nas universidades públicas e instituições governamentais do país. Dentre as metas da Fundação, segundo Nigel Brooke, representante da Fundação no Brasil, datado de 2000, consta a “experimentação de novos métodos para melhorar o acesso ao ensino superior e os índices de graduação dos alunos negros” (BROOKE; WITOSHYNSKY, 2002), para tal, financiam programas de pesquisas e de ação afirmativa voltados para o acesso ao ensino superior em universidades públicas e privadas.

financiam projetos de caráter afirmativo em instituições de ensino superior brasileiras e em vários outros países.

No Brasil, as discussões sobre a proposição e implementação de ações afirmativas ganham fôlego na década de 1990, durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, com a instituição do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), em 1995. Segundo Moehlecke (2002), esse grupo realizou dois seminários sobre o tema das ações afirmativas, resultando na elaboração de 46 propostas de ações afirmativas abrangendo diferentes áreas, dentre elas, a educacional. Ainda segundo a autora, no mesmo ano foi criado o Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação (GTEDEO), vinculado ao Ministério do Trabalho, cuja proposição foi tensionada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade (CEERT), devido ao descumprimento brasileiro da “Convenção n.111, da Organização Internacional do Trabalho – OIT [...] em que o Brasil se compromete a formular e implementar uma política nacional de promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento no mercado de trabalho” (MOEHLECKE, 2002, p. 206).

Esse processo de tensionamento para a implementação de medidas afirmativas ganha contornos mais fortes a partir da participação brasileira na Conferência Mundial Contra a Discriminação Racial, em Durban, no ano de 2001. Ali foi debatida a necessidade de medidas especiais de combate à discriminação metas foram definidas para os países participantes:

99. Reconhece que o combate ao racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata é responsabilidade primordial dos Estados. Portanto, incentiva os Estados a desenvolverem e elaborarem planos de ação nacionais para promoverem a **diversidade, igualdade, equidade, justiça social, igualdade de oportunidades e participação para todos**. Através, dentre outras coisas, de **ações e de estratégias afirmativas ou positivas**; estes planos devem visar a criação de condições necessárias para a participação efetiva de todos nas tomadas de decisão e o exercício dos direitos civis, culturais, econômicos, políticos e sociais em todas as esferas da vida com base na não-discriminação. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2001, p. 65) [Grifos nossos].

Segundo Almeida (2008), dentre os desdobramentos da participação brasileira na Conferência de Durban e de todo o acúmulo do debate que vinha sendo feito em âmbito nacional, está a criação do Programa Diversidade na Universidade, criado pela Lei nº 10.558, de 13 de novembro de 2002 (BRASIL, 2002), fruto de um contrato de empréstimo entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Ministério da Educação (MEC), celebrado em 2002, com finalidade de promover o acesso ao ensino superior de pessoas pertencentes a grupos socialmente desfavorecidos, especialmente dos afrodescendentes e dos indígenas brasileiros, e

o Programa Nacional de Ações Afirmativas, criado pelo Decreto 4.228, também datado de 13 de maio de 2002 (BRASIL, 2002a). Esse último instituiu, no âmbito da Administração Pública Federal, dentre outras ações, a realização de metas percentuais de participação de afrodescendentes, mulheres e pessoas com deficiência, no preenchimento de cargos comissionados da Administração Pública Federal, nas contratações de empresas prestadoras de serviços, como também de técnicos e consultores no âmbito de projetos desenvolvidos em parceria com organismos internacionais (ALMEIDA, 2008).

Com relação ao ensino superior, a previsão de implementação de medidas de caráter afirmativo figura inicialmente no Plano Nacional de Educação (PNE) 2001 a 2010, aprovado pela Lei nº 010172, de 9 de janeiro de 2001 (BRASIL, 2001), que – embora não utilizasse ainda a denominação de ação afirmativa – estabelecia nos objetivos e metas para a educação superior:

19. Criar políticas que facilitem às minorias, vítimas de discriminação, o acesso à educação superior, através de programas de compensação de deficiências de sua formação escolar anterior, permitindo-lhes, desta forma, competir em igualdade de condições nos processos de seleção e admissão a esse nível de ensino. (BRASIL, 2001, p. 38).

Com efeito, as discussões e embates sobre a implementação de medidas dessa natureza permearam os espaços universitários do país, resultando na aprovação de diferentes modalidades de ações afirmativas, com destaque para as “cotas”, em diversas Instituições de Ensino Superior (IES), a partir de 2001. As duas primeiras experiências de adoção de ações afirmativas no ensino superior decorrem de leis estaduais aprovadas nos estados do Paraná e do Rio de Janeiro<sup>11</sup>. No âmbito Federal, a UnB foi a primeira instituição a aprovar uma política de ação afirmativa, na modalidade de cotas, para ingresso em seus cursos, no ano de 2003.

Pioneira no debate sobre as ações afirmativas no ensino superior, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) foi *locus* do desenvolvimento do Projeto Políticas de Cor na Educação Brasileira (PPCOR), programa ligado ao Laboratório de Políticas Públicas (LPP) da UFRJ e financiado pela Fundação Ford. Outro programa de ações afirmativas financiado pela Fundação Ford com amplo impacto nacional foi o Programa Internacional de Bolsas de Pós-graduação da Fundação Ford. Segundo relatório da Fundação Carlos Chagas, parceira da Ford no desenvolvimento desse programa no Brasil, ele foi “implementado em 22 países do mundo, sempre envolvendo instituições parceiras locais” e “seu objetivo principal foi conceder bolsas

---

<sup>11</sup>A lei estadual do Paraná 13.134/2001, de 18 de abril de 2001 (PARANÁ, 2001), estabeleceu vagas nas universidades estaduais para estudantes indígenas e o Decreto Estadual do Rio de Janeiro nº 31.468/2002 de 04 de julho de 2002, regulamentou a reserva de vagas para estudantes oriundos do ensino médio de escola pública e negros nas universidades do referido estado.

de mestrado e doutorado a pessoas provenientes de grupos sociais sub-representados no ensino superior e que atestassem compromisso com a justiça social” (ROSEMBERG, 2013, p.04).

De modo geral, é possível afirmar que o debate sobre esta temática e a implementação das primeiras políticas afirmativas ocorre durante as gestões de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), no período de 1995 a 2002, bem como sua ampliação e espraiamento no ensino superior vicejam no decurso das gestões do Partido dos Trabalhadores, a partir de 2003. Sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é criada, em março de 2003, a Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), cuja finalidade, dentre outras atribuições, é a “formulação, coordenação e avaliação das políticas públicas afirmativas de promoção da igualdade e da proteção dos direitos de indivíduos e grupos étnicos” e a “articulação, promoção e acompanhamento da execução dos programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação da promoção da igualdade racial” (SEPPIR, 2017).

Em um levantamento sobre as características das ações afirmativas em vigor nos processos seletivos das universidades públicas brasileiras, Daflon, Feres Jr. e Campos (2013) identificaram que, embora as universidades estaduais tenham sido precursoras na implementação de políticas de ação afirmativa, nos últimos anos as universidades federais têm tomado a dianteira nesses processos. Segundo os dados levantados, em 2013 das 70 universidades públicas que adotavam essas medidas (de um total de 96), 44% eram estaduais e 56% federais. Os referidos autores destacam que uma das importantes formas de incentivo para adoção de políticas afirmativas pelas universidades federais foi a criação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007). Isso porque figura entre as principais diretrizes do Reuni o desenvolvimento, por parte das universidades contempladas, de “mecanismos de inclusão social a fim de garantir igualdade de oportunidades de acesso e permanência na universidade pública a todos os cidadãos” (BRASIL, 2007a *apud* DAFLON, FERES JR., CAMPOS, 2013, p. 308). Não parece coincidência, segue afirmando os pesquisadores, “o fato de 2008 ter sido o ano em que mais universidades federais aderiram aos programas de ação afirmativa”, com a adesão de ações afirmativas por 53 universidades naquele ano.

A consolidação de políticas afirmativas no ensino superior se concretiza no ano de 2012 com a aprovação da Lei Federal nº 12.711, sancionada em 29 de agosto de 2012 (BRASIL, 2012). Popularmente conhecida como Lei de Cotas, essa lei estabeleceu a reserva de 50% do total de vagas em todos os cursos e turnos das instituições de ensino federais para candidatos oriundos do ensino médio de escolas públicas, com recorte de renda e étnico-racial.

As instituições federais de ensino que não haviam aprovado internamente algum tipo de medida de ação afirmativa foram compelidas a iniciar essa política em 2012, e aquelas que possuíam tiveram que se adequar à legislação federal. Segundo dados do Portal do Ministério da Educação, 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia deveriam implementar o percentual de reserva de vagas, progressivamente, no prazo de quatro anos. Em 2016, o conjunto das instituições federais de ensino superior havia implementado em seus processos de seleção a reserva de 50% para os estudantes oriundos de escola pública, com recortes de renda e étnico-raciais. No mesmo ano, a lei 12.711/2012 foi alterada pela Lei 13.409, de 28 de dezembro de 2016 (BRASIL, 2016), para incluir no texto legal a reserva de vagas também para pessoas com deficiência.

De modo geral, como exporemos adiante, são múltiplas as determinações que envolvem a formulação e implementação das políticas de ações afirmativas. Dentre as mais notáveis: a atuação dos organismos internacionais por meio da formulação de diretrizes e orientações, principalmente destinadas aos países periféricos, a ingerência de instituições filantrópicas e agências de financiamento interessadas na edificação de políticas econômicas, culturais e educacionais – como é o caso das ações afirmativas –, as reivindicações de movimentos populares que pautam políticas específicas destinadas a atender demandas sociais latentes.

## 1.2 OBJETIVOS E QUESTÕES DA PESQUISA

Concomitante ao alargamento das políticas de ações afirmativas no ensino superior, vem se ampliando também o interesse acadêmico por essa temática, suscitando o desenvolvimento de inúmeras pesquisas, especialmente na última década, provenientes das mais distintas abordagens, embasamentos teóricos e direcionamentos. A ampla produção intelectual publicada nos últimos anos se constitui em um importante *locus* para conhecer como esse debate tem sido mobilizado, quais os principais argumentos e elaborações explicativas que compõem as análises. Destarte, delinea-se nosso interesse central em investigar as pesquisas acadêmicas que versam sobre esse tema, a fim de verificar como os autores conceituam as políticas de ações afirmativas e com quais argumentos justificam ou refutam sua adoção.

O interesse pela temática das ações afirmativas para o ensino superior advém inicialmente do trabalho desenvolvido na Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na condição de servidora técnica-administrativa em educação, desde julho de 2013. A referida instituição passava, naquele ano, pela primeira experiência de

ingresso de estudantes cotistas após adequação do Programa de Ações Afirmativas (PAA/UFSC)<sup>12</sup> ao ditame federal da Lei de Cotas, fato que mantinha em pauta as discussões e embates sobre essa política nos mais variados setores dentro e fora da universidade.

Em 2014, assumi algumas atribuições referentes ao PAA/UFSC no âmbito da Pró-Reitoria de Graduação, em virtude da iniciativa, ainda incipiente, de criação de uma coordenadoria para tratar dos assuntos correlacionados ao ingresso e acompanhamento de estudantes cotistas. Assim, desde aquele ano, venho acompanhando essas medidas no contexto da UFSC, tanto no atendimento aos estudantes cotistas, na participação no processo de análise de renda e étnico-racial<sup>13</sup>, quanto auxiliando na formulação e/ou adequação das normativas institucionais e participando em comissões e grupos de trabalhos constituídos para debater e apresentar propostas concernentes a esta política e seus desdobramentos. Esse percurso suscitou inúmeras inquietações e motivou o interesse em aprofundar os estudos sobre a temática para além das questões internas da universidade. Os questionamentos iniciais foram refinados após ingresso no mestrado, tanto pelas leituras teóricas quanto pela primeira aproximação ao material empírico, direcionando o interesse para a compreensão dos principais conceitos e elaborações explicativas que fundamentam os estudos sobre as ações afirmativas no campo da educação.

Dentre as indagações que medeiam a problemática de investigação estão: Qual compreensão de ações afirmativas é veiculada nas teses? Quais os aportes teórico-metodológicos predominantes nas pesquisas da área da educação sobre as ações afirmativas no ensino superior? Qual a concepção de Estado dos autores examinados? Quais os principais conceitos e argumentos usados para explicar as ações afirmativas? Qual projeto de sociedade se opõe ou se justapõe esses conceitos? As análises empreendidas pelos pesquisadores tendem a conservar ou contestar o existente? Qual perspectiva societária é potencializada?

Essas questões foram formuladas levando-se em consideração algumas reflexões acerca do papel das políticas sociais frente ao Estado capitalista, especialmente aquelas pautadas na “desuniversalização”, “focalização” e “transitoriedade” dos serviços sociais (MONTAÑO, 2012), apontadas como caminhos para se enfrentar as desigualdades econômicas e sociais na

---

<sup>12</sup> A criação do Programa de Ações afirmativas da UFSC ocorreu em 10 de julho de 2007, por meio da aprovação da Resolução Normativa 008/CUn/2007. Em 2012 o referido programa foi reformulado para se adequar à Lei Federal 12.711/2012 (BRASIL, 2012), passando a vigorar nos processos de seleção para ingresso a partir de 2013.

<sup>13</sup> Procedimento realizado com os estudantes classificados pela Política de Ações Afirmativas na modalidade de cotas "oriundos de escola pública com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salários mínimos, per capita" e aos estudantes ingressantes pela modalidade de "Vagas suplementares indígenas" e que tem por objetivo identificar o perfil socioeconômico e étnico dos candidatos para habilitá-los a uma vaga na graduação. A análise de renda segue a determinação da Portaria Normativa Ministerial nº 18, de 11 de outubro de 2012 (BRASIL, 2012a), que dispôs sobre a implementação das reservas de vagas nas instituições federais de ensino, da qual trata a Lei no 12.711/2012.

atualidade. É a partir dessas questões que nos aproximamos do objeto de pesquisa em tela, sem a pretensão de esgotá-lo, obviamente, mas a fim de contribuir para um debate crítico.

A pesquisa tem por objetivo geral a análise das produções acadêmicas do campo da educação que investigaram as ações afirmativas no âmbito do ensino superior brasileiro, expressas em teses aprovadas no período de 2012 a 2016. Esse objetivo desdobra-se nos seguintes:

- a) Identificar qual a compreensão de ação afirmativa está presente nas pesquisas da área da educação que tratam desse tema, bem como, quais os aportes teórico-metodológicos são predominantes;
- b) Examinar as concepções de Estado e as principais formulações conceituais utilizadas no debate sobre as ações afirmativas na literatura analisada.

Nossa hipótese de trabalho é de que há uma estreita relação de parte dos estudos recentes – no que se refere à forma de compreender as ações afirmativas, de conceituar a sociedade, os agentes e agências que nela interagem – com as formulações do campo do pensamento liberal e do pensamento pós-moderno. Esta hipótese parte da compreensão de que a ideologia pós-moderna se constitui em um refinamento da mistificação ideológica do pensamento burguês e, como expressão do padrão atual de acumulação do capital, é funcional à lógica dominante na medida em que, tal qual o pensamento liberal, naturaliza o modo de produção e reprodução vigente ao negar sua historicidade e própria possibilidade do conhecimento da totalidade social.

### 1.3 CONCEPÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Na perspectiva assumida por este trabalho, o conhecimento de um sujeito que estuda as realidades sociais e históricas é condicionado pela sociedade, em geral, e por uma classe em particular, ou seja, esse conhecimento declara-se por uma teoria científica específica e defende, ativa ou passivamente, a posição e os interesses de uma classe social determinada. É nesse sentido que estamos por compreender nosso objeto de investigação enquanto uma produção do conhecimento que possui determinações e é conformado por concepções ideológicas. Ideologia, entendida na perspectiva posta por Mészáros (1996, p.22), segundo a qual, “não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-intencionados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Como tal, é insuperável nas sociedades de classe”.

Além disso, o conhecimento da realidade também não se revela de forma imediata ao pesquisador. Embora a aparência seja imprescindível para conhecer um determinado fenômeno,

por si só não revela seu movimento, sua estrutura. Para analisar a realidade é necessário, portanto, ir além do que é aparente e empírico, é preciso buscar a relação dialética entre essência e fenômeno (EVANGELISTA, 2014). Nessa perspectiva analítica, para compreensão da realidade social é necessário considerar sua totalidade, que permite compreender a singularidade como objeto de múltiplas determinações. A categoria totalidade, como define Iasi (2017, p. 35),

[...] nos permite desvelar os nexos, nem sempre visíveis na aparência, das diferentes expressões particulares das contradições da ordem capitalista e isso nos impõe a necessidade de buscar os meios de superá-la, além de, o que nos parece essencial, permitir que compreendamos que o todo não é a mera soma das partes.

Trabalhar na perspectiva da totalidade não remete à ideia de se apreender todos os eventos particulares, o que seria irrealizável, mas sim analisar nosso objeto com base nas determinações históricas que o constitui. Rastreando essa direção, nos ancoramos na perspectiva teórico-metodológica do materialismo histórico, com base na qual analisaremos o objeto de estudo em articulação com o cenário histórico compreendido à luz das transformações sociais decorrentes da crise estrutural do capital, que se amplia a partir da década de 1970, e das soluções adotadas pela ordem hegemônica para combater a crise, dentre elas, as políticas focais voltadas para minimização da pobreza e da “inclusão” de grupos sociais, na qual se inserem as ações afirmativas.

Nesse sentido, para compreender a produção acadêmica do campo da educação, buscamos analisá-la à luz da análise imanente, procedimento inspirado no “*modus operandi* pelo qual Marx empreende sua investigação científica” (REZENDE, 2010, p. 28). Segundo Chasin, a análise imanente exige

a *reprodução analítica* do discurso através de seus próprios meios e preservado em sua identidade, a partir da qual, e sempre no respeito a essa integridade fundamental, até mesmo em seu “desmascaramento”, busca esclarecer o intrincado de suas origens e desvendar o rosto de suas finalidades. (CHASIN, 2009, p.40 *apud* REZENDE, 2010, p.28) [Grifos no original].

Desse modo, buscamos nos orientar por esta perspectiva, ou seja, de travar uma interlocução com as teses de modo a questionar não apenas o que o autor explicitamente diz sobre o tema, como também aquilo que foi, intencionalmente ou não, ocultado. Embora não tenhamos a pretensão de aprofundar a explicação dos fundamentos da análise imanente devido à sua complexidade e diante dos próprios limites deste trabalho, pontuamos que ela

[...] deve revelar a lógica própria e original de um discurso para que seja entendido a partir do que ele é e não lhe sejam inadvertidamente atribuídas características que não lhe dizem respeito. Hierarquicamente falando, é após este importante e criterioso passo, que o discurso pode ser devidamente submetido aos fundamentais passos posteriores – *gênese e função social* – sem o quê não se completaria a análise de uma ideologia. (LOVATTO, 2010, p. 44).

Segundo Chasin (1979, p. 78), a natureza efetiva de um objeto ideológico se revela na articulação da “análise imanente dos textos que a explicitam com a investigação de sua gênese histórica e com a da função social que desempenha”. A gênese do pensamento remete-se aos fundamentos reais do processo histórico-social que originou tal pensamento. “É claro que Marx (...), quando coloca a questão da gênese, está perguntando pela base da qual nasce uma determinada superestrutura concreta”, pois “Sem descobrir os fundamentos reais da situação histórico-social não há análise científica possível” (CHASIN, 1978, p. 78). Já a função social diz respeito à identificação da perspectiva de classe dos autores em exame.

Ao tratar sobre a importância da análise imanente como procedimento na pesquisa de textos, Costa (2009, p.32) afirma que este procedimento é

[...] um poderoso instrumento de investigação teórica mediante o qual a interlocução com o texto revela não só o que o autor pensa sobre o tema em estudo, mas revela também, de forma indireta, a realidade mesma apreendida pelo autor, os seus acertos, enganos etc., configurando o embate dos homens entre si, que impulsiona o processo de conhecimento.

Costa (2009, p.32) alerta que “a investigação imanente de um texto, por maior valor que tenha sido o esforço acadêmico empreendido, não esgota a interpretação do texto, fazendo-se necessário atentar para o seu papel social na referência ao momento histórico de sua gênese”. Inspirando-nos por esse caminho de análise, as teses selecionadas<sup>14</sup> foram lidas e fichadas para identificarmos as principais categorias, conceitos, eixos de argumentação e formulações explicativas que conformam a produção coligida. As informações de interesse para a pesquisa resultaram na elaboração de uma ficha para cada um dos trabalhos e de uma ficha para cada módulo temático para auxiliar na análise e interpretação dos dados. Mantivemos nas fichas os excertos literais dos trabalhos a fim de garantir maior rigor interpretativo. A análise dos dados, como afirma Alves-Mazzotti (2002), enquanto um processo complexo e não linear que se inicia na fase exploratória e acompanha toda a investigação, foi para nós um processo de muitas idas

---

<sup>14</sup> O mapeamento da produção acadêmica, as opções metodológicas que nortearam a escolha da produção e a descrição de cada tese selecionada serão abordadas no capítulo II, uma vez que constituem o campo empírico da pesquisa e, por isso, optamos por apresentá-las de forma mais minuciosa em um capítulo específico.

e vindas no material empírico, na busca por identificar relações, construir interpretações, gerar novas questões ou aperfeiçoar as questões anteriores.

### 1.3.1 As escolhas metodológicas para seleção do material

Dada a amplitude da produção teórica sobre as ações afirmativas no ensino superior, algumas escolhas metodológicas foram essenciais para o início deste trabalho. A primeira delas diz respeito à área de conhecimento da produção selecionada<sup>15</sup>. Optamos por fazer a interlocução com as pesquisas produzidas na educação, pelo interesse maior de verificar como a temática tem sido analisada e compreendida por esse campo do conhecimento. Além do interesse de dialogar com a nossa área de procedência, esta escolha foi motivada, sobretudo, pela proposição de discutir uma política do ensino superior com o campo do saber que produz, centralmente, reflexões e contribuições sobre a educação pública brasileira.

A segunda escolha metodológica refere-se ao recorte temporal de 2012 a 2016, delimitado em consonância com a aprovação da Lei Federal nº 12.711, que ocorreu em 2012 (BRASIL, 2012). Muito embora nosso interesse não se limite às produções acadêmicas que tematizam as ações afirmativas originadas em decorrência da referida Lei<sup>16</sup>, esse marco regulatório representa a consolidação dessa política no ensino superior, no âmbito nacional, o que representa uma conjuntura temporal extremamente significativa para este tema. Para, além disso, a escolha desse período também foi motivada pelo fortalecimento de um conjunto de experiências de ações afirmativas no país e pelo acúmulo da produção do conhecimento sobre o assunto.

A terceira escolha metodológica corresponde ao tipo de produção a ser analisada. Optamos inicialmente por teses de doutorado e dissertações de mestrado por julgar que representam uma parte significativa da produção acadêmica contemporânea. Embora tenhamos como referência metodológica as pesquisas denominadas de “estado da arte”, caracterizadas essencialmente por mapear a produção em determinado campo do conhecimento – o que inclui arrolar também os periódicos, artigos, monografias etc.

---

<sup>15</sup> Ao longo da última década as ações afirmativas foram objeto de investigação de diversas áreas, com maior presença no campo da educação, seguida do direito e da sociologia, segundo informações disponíveis nas bases de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD).

<sup>16</sup>A Lei 12.711/2012 (BRASIL, 2012) se refere às instituições federais de ensino. Nosso recorte foi mais amplo, selecionamos trabalhos que abordam políticas de ações afirmativas para o ensino superior criadas anteriormente à aprovação dessa lei ou independente de sua efetivação, como no caso das instituições estaduais, municipais etc.

–, optamos por dialogar apenas com uma parte dessa produção a fim de analisá-la de forma qualitativa e aprofundada. Desse modo, privilegiamos os trabalhos que, via de regra, expressam maior imersão no objeto analisado, apresentando reflexões e formulações analíticas mais apuradas.

E a quarta escolha refere-se às bases de dados para consulta, definindo-se o Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), por concentrarem grande número de publicações em nível de pós-graduação *stricto sensu*, as quais são de interesse desta pesquisa.

### 1.3.2 A coleta do material

Em cada banco de dados a procura centrou-se no cruzamento dos verbetes “ações afirmativas/ensino superior” e “cotas/ensino superior”. Uma segunda busca utilizando os verbetes “ações afirmativas” e “cotas”, isoladamente, também foi realizada a fim de verificar a existência de eventuais trabalhos não identificados na primeira busca. Nessa segunda tentativa, como era de se esperar, um conjunto bem maior de trabalhos foi encontrado por incluir produções que não abordavam as ações afirmativas estritamente no ensino superior. Desse modo, foi necessário pinçar aqueles trabalhos que se reportavam ao nosso tema e, por fim, confrontar com a primeira busca. Esse procedimento buscou dar maior fidedignidade ao acervo consultado, contudo, ao fim e ao cabo, mostrou-se dispensável, pois não encontramos outros trabalhos além daqueles mapeados inicialmente. Desse modo, descreveremos, na sequência, apenas o mapeamento realizado na primeira busca.

No banco de teses e dissertações da CAPES utilizamos os mecanismos de filtragem do próprio *site*, aplicando a seleção por recorte temporal e por área de conhecimento, resultando na localização de 308 trabalhos. Na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações não é possível filtrar a busca por área de conhecimento, então aplicamos apenas a filtragem por recorte temporal, decorrendo na localização de 435 trabalhos e, na sequência, selecionamos manualmente os trabalhos da área da educação, resultando em 137 trabalhos.

O segundo passo do levantamento foi retirar as produções que se repetiram em ambas as bases de dados ou em mais de um descritor. Após a exclusão dos trabalhos repetidos, restaram 153 dissertações e 51 teses. Por fim, seguimos para a leitura dos títulos, palavras-chave e, quando necessário, dos resumos para excluir as publicações cujo enfoque não tratasse das

ações afirmativas no ensino superior<sup>17</sup>. Após esse refinamento, foram encontradas 21 teses e 71 dissertações que possuem como foco a temática em questão.

Esse inventário foi importante para mensurarmos quantitativamente a produção acadêmica, como também para nos mostrar que – diante do montante de pesquisas mapeadas – a análise rigorosa da totalidade dos trabalhos seria inexequível no limite temporal que circunscreve uma dissertação, o que nos impôs a necessidade de um novo recorte. Desse modo, a rigor do que mencionamos – rastreando o objetivo de dialogar com pesquisas que expressassem maior apropriação de conceitos e categorias de análise – optamos por trabalhar com uma amostra das teses de doutorado, considerando o acúmulo e a maturidade teórica que, geralmente, essa produção exprime.

Vale ressaltar que não é nosso objetivo realizar uma análise quantitativa da produção acadêmica, importa-nos investigar cada trabalho com profundidade, o que demanda a leitura sistemática e a análise rigorosa de cada texto. Desse modo, uma amostra das teses conforma-se adequadamente a esse objetivo. Para a escolha da amostra, optamos por privilegiar dois critérios: um relativo à representação regional e outro relativo às elaborações conceituais de cada autor.

O primeiro passo foi conferir se as 21 teses<sup>18</sup> coligidas estavam integralmente disponíveis na internet. Ao constatar a ausência de dois trabalhos completos<sup>19</sup>, optou-se por retirá-los da seleção, restando 19 Teses, sendo nove provenientes da região Sudeste, quatro da região Centro-Oeste, quatro da região Nordeste e duas da região Sul. Para contemplar a representação regional, optou-se pela seleção de duas produções por região do país. Esse critério regional foi privilegiado por considerarmos que a dinâmica de incorporação das ações

---

<sup>17</sup> Nesta triagem excluímos as dissertações e teses com as seguintes temáticas: inclusão de pessoas com deficiência, ações afirmativas na educação básica, políticas de permanência, formação de professores, trajetórias profissionais, racismo, movimento negro e questão étnico-racial, que não tinham como foco central as ações afirmativas, inserção profissional de cotistas, expansão e interiorização do ensino superior e pré-vestibular.

<sup>18</sup> Das 21 teses coligidas no levantamento, duas considerações são relevantes: primeiro, que a incidência da produção se concentra no ano de 2014, com sete trabalhos publicados, seguido por 2015 com seis trabalhos, 2013 com três trabalhos, 2016 com três trabalhos e 2002 com dois trabalhos. Uma hipótese para o crescimento de publicações em 2014 e 2015 é a intensificação do debate sobre a temática no cenário nacional, alimentada pela polêmica sobre a constitucionalidade das cotas raciais em discussão no Supremo Tribunal Federal (STF), que resultou na decisão pela constitucionalidade dessa política em abril de 2012, abrindo caminho para a aprovação da Lei de Cotas, no mesmo ano. Segundo, que a produção provém majoritariamente de instituições de natureza pública, perfazendo um total de quatorze publicações. Quanto às sete produções vinculadas a instituições privadas, verifica-se uma concentração na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO), *locus* de três pesquisas.

<sup>19</sup> No momento da coleta de dados, que ocorreu no mês de maio de 2017, não foram localizadas as seguintes teses: “Políticas Afirmativas para negros nas universidades federais entre 2002 – 2012: processos e sentidos na UNB, UFPR e UFBA”, de autoria de José Antonio Marçal e “A democratização do acesso à universidade: um estudo sobre a trajetória e o desempenho de alunos cotistas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro”, de autoria de Maria Augusta Olivieri Sá Barreto.

afirmativas nas universidades brasileiras ocorreu de distintas maneiras, fruto de diferentes embates e demandas sociais, desse modo, dialogar com pesquisadores de todas as regiões do país ajuda a reconhecer as especificidades do debate, os argumentos e formulações construídos nos diversos espaços de discussão, grupos de pesquisa etc.

A escolha de duas produções por região foi organizada a partir do segundo critério da amostra, concernente à proeminência conceitual dos trabalhos, comparados entre si em cada região. Desse modo, na região Sul, onde havia duas publicações, ambas foram incluídas. Na região Centro-Oeste observou-se uma peculiaridade na produção: das quatro teses, três são provenientes da mesma instituição e possuem o mesmo professor orientador, duas publicadas em 2014 e uma em 2016. Dessas, optamos por selecionar uma pesquisa na qual identificamos maior representatividade na discussão teórica sobre a política de ações afirmativas.

Na região Nordeste e Sudeste, procedemos à leitura para identificar os trabalhos com mais apropriação de conceitos e que apresentassem maior debate teórico acerca da temática. No Nordeste, foram excluídas as pesquisas com foco no debate sobre visibilidade midiática da política de ações afirmativas e percepção dos estudantes, professores e gestores.

Na região Sudeste a tarefa de selecionar foi mais árdua, tendo em vista o conjunto de nove publicações. Privilegiou-se – como nas demais regiões – os trabalhos que priorizavam o debate conceitual sobre as ações afirmativas, excluindo-se os estudos de casos mais descritivos, bem como, as pesquisas com menor profundidade e/ou centralidade analítica nos conceitos e concepções teóricas. Das pesquisas que foram excluídas, uma era voltada para a compreensão pessoal da trajetória universitária de ex-alunos cotistas, uma com foco na discussão sobre mérito e dualismo educacional, uma com cerne nas estratégias adotadas por bolsistas do Programa Universidade para Todos – PROUNI – e outra sobre egressos do mesmo programa, uma que investiga as representações de estudantes sobre o sistema de cotas, um estudo de caso com objetivo de identificar avanços e dificuldades vivenciadas com foco na trajetória acadêmica dos estudantes e, por fim, um estudo sobre relações de raça e classe na implementação de cotas sociais. Essa última foi excluída por havermos selecionado na região outra tese com debate aproximado, cuja linha argumentativa apresentava similitudes, embora, obviamente, poderiam apresentar pontos diferentes para análise, foi necessário optar por apenas uma delas para preservar o critério da amostra. A região Norte não apresentou publicação pertinente a esta pesquisa nas bases de dados consultadas.

Desse modo, o campo empírico da pesquisa refere-se a oito teses que apresentamos no Quadro 1.

Quadro 1 – Teses selecionadas por ano, autor, título, orientador e universidade – 2012 a 2016.

Ano	Autor	Título	Orientador	Universidade
2013	Andréa Hermínia de Aguiar Oliveira	<i>O debate sobre cotas universitárias: itinerários da prática pedagógica na Universidade Federal de Sergipe</i>	Orientador: Paulo Sérgio da Costa Neves Coorientador: Eva Maria Siqueira Alves	Universidade Federal do Sergipe
2014	Daura Rios Pedroso Hamú	<i>Desigualdades, direitos humanos e ações afirmativas: história e revelações do programa UFGINCLUI</i>	Dr. José Maria Baldino	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
2014	Luciana Augusto Barreto	<i>“Pela graça da mistura”: ações afirmativas, discurso e identidade negra no curso de direito em universidades públicas paraibanas</i>	Dr. <sup>a</sup> Mirian de Albuquerque Aquino	Universidade Federal da Paraíba
2014	Marcelo Siqueira de Jesus	<i>Raça e classe nos programas de cotas e ou reserva de vagas para ingresso no Ensino Superior Público brasileiro</i>	Dr. <sup>a</sup> Iolanda de Oliveira	Universidade Federal Fluminense
2014	Maria Simone Jacomini Novak	<i>Os organismos internacionais, a educação superior para indígenas nos anos de 1990 e a experiência do Paraná: estudo das ações da Universidade Estadual de Maringá</i>	Dr. <sup>a</sup> Rosângela Célia Faustino	Universidade Estadual de Maringá
2015	Laura Marcia Rosa dos Santos	<i>Política de educação superior e ações afirmativas: o Projeto Negraeva no estado de Mato Grosso do Sul (2002-2004).</i>	Prof. Dr. Ahyas Siss	Universidade Católica Dom Bosco
2015	Érika Kaneta Ferri	<i>Políticas públicas de Ações Afirmativas na Educação Superior para indígenas: estudo de caso da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul</i>	Dra. Maria Helena Salgado Bagnato	Universidade Estadual de Campinas
2015	Gregório Durlo Grisa	<i>Ações afirmativas na UFRGS: racismo, excelência acadêmica e cultura do reconhecimento</i>	Dr. Jaime José Zitkoski	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**Fonte:** Elaborado pela autora com base nos dados extraídos do Banco de Teses/Dissertações CAPES e da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações IBICT, 2017.

#### 1.4 APRESENTAÇÃO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SELECIONADA

A fim de consubstanciar o estudo ora apresentado, elencamos a seguir as características gerais sobre as teses selecionadas, expondo uma descrição de cada trabalho, os sujeitos investigados, *locus* de investigação, recorte das pesquisas, elementos teórico-metodológicos e resultados apontados pelos autores. Esta descrição tem a finalidade de apresentar o campo empírico da pesquisa tornando mais familiar ao leitor a interlocução com as teses.

Iniciamos a descrição do campo empírico com o estudo realizado por Barreto (2014), no qual as ações afirmativas foram analisadas tomando como ponto de partida a discussão sobre discurso e identidade negra nos cursos de direito de duas universidades paraibanas, a Universidade Estadual (*UEPB*) e a Universidade Federal (*UFPB*). O objetivo da autora foi averiguar como as medidas afirmativas introduzidas nesses cursos contribuem para construir identidades negras positivas. Para análise empírica foram entrevistados 12 estudantes e 12 professores dos cursos de direito de ambas as universidades, recorrendo-se à analítica foucaultiana e às categorias de identidade, discurso, micropoderes, sujeito e relações de poder para interpretação dos dados. A perspectiva de análise vincula-se ao campo dos estudos culturais, no qual, segundo a pesquisadora, “passam a ser valorizados os sujeitos sociais tomados como ‘sujeitos em construção’, superadas as metanarrativas que os constituíam” (BARRETO, 2014, p. 83).

A pesquisadora identifica, nas entrevistas dos alunos cotistas da *UEPB*, que o processo identitário caracteriza-se por uma identidade legitimadora, na qual as relações raciais desiguais são naturalizadas. Aponta ainda que a ausência de cotas raciais nessa instituição, onde a política de ação afirmativa está atrelada ao percurso em escola pública, configura uma forma enviesada e não contundente de combate ao racismo. Nesse ponto, as duas instituições investigadas são distintas, uma vez que na *UFPB* as ações afirmativas foram criadas com previsão de recorte racial. Segundo a autora, os dados indicam ainda que na *UFPB* os estudantes possuem maior percepção de que as relações sociorraciais são “desequalizadas” e se manifestam favoráveis ao recorte racial. Esses estudantes também afirmam que o curso de direito é elitista e que a construção de um ambiente multiculturalista ainda trilha os primeiros passos.

A autora tece uma crítica ao discurso que associa a questão racial à condição socioeconômica por entender que a exclusão social sofrida pelos negros decorre diretamente de sua condição racial. Na sua perspectiva, a legislação que regulamenta as ações afirmativas de recorte socioeconômico nas universidades reproduz relações raciais excludentes. Aponta também que a fala dos entrevistados revela a defesa do “universalismo de direitos”, bem como identifica que o mito da democracia racial está presente nas relações entre estudantes cotistas e não cotistas e entre estudantes e professores. De modo geral, nesse estudo a centralidade da questão racial e da diversidade cultural é posta como elemento fundamental para construir processos de “empoderamento” e de autonomia da população negra. As ações afirmativas representariam a possibilidade de superação do racismo, por serem capazes de estabelecer novas relações de poder e de produzir outros discursos, contribuindo para a construção de novas e positivas identidades negras, não apenas no ambiente universitário como para além dele.

O trabalho de Ferri (2015), que trata das políticas de ações afirmativas para populações indígenas, implementadas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), tem como escopo averiguar sob quais condições essas políticas funcionam e como ocorreu o processo histórico dos 10 anos de implementação na universidade investigada. Foram entrevistados os chamados “implementadores” da política (coordenadores, pró-reitores, professores, membros da comissão de acompanhamento dos alunos cotistas, e membros de alguns conselhos). A perspectiva de análise considera o “plano da micropolítica e a produção dos sentidos pelos atores envolvidos nesse processo, ou seja, como se processam as subjetivações relacionadas à temática estudada, considerando o contexto político e econômico a partir dos cenários de exclusão racial”. (FERRI, 2015, p. 62).

A autora contextualiza as reivindicações do movimento indígena por uma educação diferenciada, sua mobilização para a inclusão no ensino superior, o histórico das ações afirmativas e seus aspectos conceituais em correlação com as políticas públicas para o ensino superior. O estudo tem caráter qualitativo, configurando-se como descritivo e analítico, e assume uma perspectiva político-organizacional. As fontes empíricas foram coletadas por meio de entrevistas semiestruturadas e da seleção de documentos oficiais da universidade.

Dentre os resultados da pesquisa, aponta-se que a implementação das cotas na UFSM foi atravessada por discussões e tensões na universidade; ressalta a necessidade de construção de um currículo “multicultural e diferenciado” que leve em conta as características étnico-raciais e culturais; identifica que os entrevistados buscam saídas e alternativas para lograr sucesso com as ações afirmativas destinada aos indígenas, como a oferta de projetos de ensino e de monitorias aliadas às atividades desenvolvidas pelo projeto de extensão Rede de Saberes. Esse projeto de extensão é financiado pela Fundação Ford e tem por objetivo desenvolver ações de apoio aos alunos indígenas em sua trajetória acadêmica, embora seja apontado como um espaço de afirmação de identidade e valorização cultural, não configura um programa institucional e encontra dificuldades para se manter, de acordo com os entrevistados. Segundo a autora, os sujeitos da pesquisa também relatam as dificuldades e desafios de permanência enfrentados pelos estudantes indígenas na universidade, entre elas, o preconceito, a desqualificação do saber indígena, a dificuldade de aprendizagem e de compreensão da língua portuguesa.

Santos (2015)<sup>20</sup> direciona seu interesse para a participação de jovens negros no projeto de ação afirmativa denominado “Negraeva: projeto de apoio aos afrodescendentes para o

---

<sup>20</sup>A *priori*, duas informações iniciais são significativas para localizar o ponto de partida da pesquisa realizada por Santos (2015), a primeira refere-se ao vínculo da pesquisadora como residente desde a infância na comunidade

acesso, manutenção e permanência no ensino superior”, implementado no período de 2002 a 2004 em uma comunidade quilombola urbana do Mato Grosso do Sul. Tal projeto foi desenvolvido através de recursos financeiros do Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira, vinculado ao Laboratório de Políticas Públicas (LPP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e financiado pela Fundação Ford.

A investigação, de natureza qualitativa, foi realizada através de pesquisa bibliográfica, documental e de entrevistas com 10 estudantes egressos do projeto, e procurou verificar de que forma a participação no Negraeva contribuiu para o acesso e permanência desses jovens no ensino superior. Entre os dados levantados por Santos (2015), está a inserção no mercado de trabalho, dos jovens pesquisados, com retorno financeiro aquém do esperado, embora a inserção profissional não fosse central na sua pesquisa, esse dado foi diagnosticado e analisado da seguinte forma:

Do ponto de vista econômico, apesar de nem todos os participantes atuarem diretamente na sua área de formação, a participação nesse Projeto lhes deixou vários aprendizados e, naturalmente, quando se trata do afro-brasileiro, o investimento no mercado escolar tenderia a oferecer um retorno baixo, incerto e em longo prazo. Ele pode não ter dado de imediato esse retorno ao bolsista, mas, ao mesmo [sic] teve visibilidade regional. (SANTOS, 2015, p. 148)

A despeito do baixo retorno do ponto de vista econômico, a autora adverte que o Projeto Negraeva foi imprescindível para o acesso e permanência nos cursos de graduação dos jovens atendidos. Alicerçada nos estudos de Bourdieu, considerando a correlação entre pobreza econômica e baixas taxas de escolaridade, entre capital econômico, capital cultural e violência simbólica, ela afirma que as ações desenvolvidas pelo projeto Negraeva contribuíram para agregar capital cultural ao grupo analisado, desencadeando mudanças na forma dos jovens participantes compreenderem as ações afirmativas.

Oliveira (2013) reflete sobre o trabalho pedagógico na universidade, questionando se a adoção de “cotas” leva os professores e estudantes a reorganizarem suas perspectivas de atuação/formação profissional. Aponta que “o sentido político da prática pedagógica relaciona-se à promoção de condições efetivas de exercício de cidadania não só em sala de aula, mas nos diferentes espaços em que os alunos exercem, afirmam, constroem suas identidades e subjetividades” (OLIVIERA, 2013, p. 43).

---

pesquisada; e a segunda enquanto ex-bolsista do Programa Internacional de Bolsas para Pós-Graduação da Fundação Ford, durante sua pesquisa do mestrado.

A pesquisa foi realizada com base na análise empírica do curso de medicina da Universidade Federal de Sergipe (UFS), escolhido por ser um curso de grande prestígio social e por ter apresentado a maior concorrência no processo de seleção para ingresso no ano de 2010, primeiro ano da implementação das cotas na UFS. A investigação aliou elementos das abordagens quantitativa e qualitativa, com ênfase para a segunda, e foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica e da aplicação de entrevistas semiestruturadas e questionários, aplicados a 26 professores, 12 alunos e um gestor. A fala dos participantes confirma a existência de um acirrado debate acerca das ações afirmativas. Para Oliveira (2013, p. 186), “tomando os discursos dos atores como elementos centrais, é possível inferir que as cotas não mudaram significativamente as práticas educativas na UFS até o presente momento”. Contudo, segundo ela, “a diversidade de repertórios dos alunos influencia os modos como os docentes planejam, operacionalizam e avaliam a sua prática pedagógica, a fim de dar conta dessa complexidade-heterogeneidade” (OLIVEIRA, 2013, p.187/188), concluindo que a adoção das cotas interfere na prática pedagógica da instituição, o que confirma sua hipótese inicial.

Pedroso Hamú (2014) discute a experiência de implantação do programa de ações afirmativas da Universidade Federal de Goiás (UFG), denominado UFGInclui, adotado no período de 2009 a 2012, no qual a noção de inclusão social se anunciava na nomenclatura. O estudo, de natureza qualitativa, envolveu revisão da literatura, análise de documentos e duas entrevistas com a Pró-Reitora de Graduação e uma representante estudantil negra.

O estudo de caso sobre a elaboração e implementação do referido programa aponta que esse foi gestado no âmbito da administração da universidade por iniciativa da Pró-Reitoria de Graduação. Embora o Movimento Negro tenha sido ativo nas reivindicações por cotas raciais, o programa implementado, segundo a autora, “não buscava a reparação racial” na medida em que as cotas raciais foram fracionadas e atreladas à escola pública. Apoiada na interpretação de Feres Jr. (2007) sobre as justificações para adoção de ações afirmativas, a autora conclui que a proposta inicial da Pró-Reitoria foi baseada na ideia de justiça social, pois se destinava apenas aos estudantes de escola pública, o que divergia das reivindicações do Movimento Negro por cotas raciais, amparadas no argumento de reparação. O resultado dos embates foi a implementação das cotas raciais atreladas ao percurso em escola pública, o que, para a autora, “fracionou a identidade racial”.

Os resultados também apontam que, embora de forma restritiva, o UFGInclui contribuiu para o acesso à universidade por parte dos “excluídos”, especialmente os segmentos étnico-raciais. Os dados levantados demonstram ainda um baixo índice de diplomação (6%) e um alto

índice de exclusão/evasão (22%), evidenciando que a instituição não tem conseguido efetivar políticas que garantam a permanência desses estudantes.

Ao questionar se as ações afirmativas podem desencadear uma cultura de reconhecimento no interior de uma universidade de excelência, Grisa (2015) empreendeu um estudo de caso na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) a fim de compreender as dinâmicas políticas e acadêmicas que envolvem ações afirmativas da instituição. A investigação, de caráter teórico-analítica, envolveu pesquisa participante que se desenvolveu mediante o acompanhamento das comissões e órgãos colegiados da universidade e outras atividades institucionais relacionadas às ações afirmativas, além de oito entrevistas semiestruturadas com gestores da universidade.

O autor inicia o processo investigativo traçando uma análise sobre as dimensões e características do racismo brasileiro, analisa as ações afirmativas e seus elementos de justificação no ensino superior, reflete sobre a categoria de excelência acadêmica e, por fim, apresenta a categoria de “cultura do reconhecimento”, concebida a partir dos conceitos de reconhecimento e redistribuição. Para o autor, esses dois conceitos amalgamados auxiliam na fuga “tanto do determinismo econômico, bem como, de certo modismo culturalista” (GRISA, 2015, p. 136).

Os dados coletados durante a pesquisa indicam que as ações afirmativas promovem avanços na direção de forjar uma cultura do reconhecimento na instituição. Nos resultados também é apontado a questão orçamentária como primordial na discussão das ações afirmativas, pois incidem no êxito dessas políticas. Evidenciam limites de recursos e da assistência estudantil diante da ampliação das cotas, indicando a garantia de permanência como um desafio que requer novas alternativas da universidade. Por fim, problematiza a disputa pelo conceito de universidade, fortemente influenciado pela visão neoliberal de gestão que coloca barreiras na concretização de políticas de democratização do ensino superior, como no caso das ações afirmativas. Em síntese, a tese do autor é de que as ações afirmativas “podem incutir embriões de mudanças sólidos nas instituições universitárias” (GRISA, 2015, p. 207) na medida em que estabelecem “um desvio no *habitus* acadêmico”.

A fim de analisar a relação estabelecida entre raça e classe, Jesus (2014) elege como objeto de pesquisa as políticas de ações afirmativas implementadas em três universidades que obtiveram maior projeção nacional com a adoção de cotas raciais e sociais: Universidade Estadual da Bahia (UNEB), Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Para nortear a investigação, o autor analisou os documentos institucionais, procedeu a uma revisão bibliográfica no campo da sociologia que discute a relação raça e classe,

e realizou entrevistas com partícipes do processo de implementação de cotas nas referidas universidades.

A tese defendida por Novak (2014) investigou as ações afirmativas que visam à permanência dos estudantes indígenas, tomando como foco de análise a presença desses acadêmicos na Universidade Estadual de Maringá (UEM). De abordagem qualitativa, a pesquisa foi realizada por meio de análise documental, bibliográfica e também de entrevistas semiestruturadas com estudantes indígenas, profissionais egressos da UEM e com lideranças de terras indígenas, tendo por objetivo geral identificar como eles têm se apropriado da política de formação superior indígena do Estado.

Segundo a pesquisadora, a política de ações afirmativas do estado do Paraná decorre da aprovação da Lei Estadual nº 13.134/2001 (PARANÁ, 2001), que estabeleceu a criação de vagas suplementares para estudantes indígenas em todas as universidades públicas. Com relação à implementação da Lei, Novak (2014) destaca que essa ocorreu sem a participação das comunidades indígenas, contudo foi incorporada como demanda e vem sendo reivindicada pelos povos indígenas junto ao Estado.

Tendo como referencial teórico o materialismo histórico e dialético, a autora apresenta uma discussão sobre o Estado neoliberal, buscando situar as políticas de educação superior para os povos indígenas na agenda internacional, propagadas pelos organismos e agências internacionais do capital aos países da América Latina, entre eles, o Brasil. Esses marcos orientam a investigação da autora, que busca identificar como os indígenas têm se apropriado e ressignificado essas políticas.

Na análise dos documentos do Banco Mundial, identifica que para esse organismo a educação superior para os indígenas é uma forma de incremento de suas rendas e “fazem parte de um conjunto de ações que visam à redução da pobreza através da focalização em grupos vulneráveis” (NOVAK, 2014, p. 24). Aponta o papel da Unesco que, desde a década de 1950, vem elaborando documentos e orientações sobre as políticas da diversidade cultural. A atuação dos organismos e agências internacionais trilharam o caminho para que a implementação de políticas de diversidade cultural passasse a fazer parte das demandas sociais.





## 2 DO LIBERAL AO PÓS-MODERNO: UMA INTRODUÇÃO AO DEBATE

As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes (Karl Marx)

A condição de miserabilidade social<sup>21</sup> que atinge em escalas alarmantes a população planetária, manifesta na perenidade da fome, do desemprego, das guerras – ou “ameaças de guerras” usadas para justificar a produção bélica e o fortalecimento do aparato militar – etc. são alguns dos efeitos da contradição insanável do atual modo de produção e reprodução da vida social: a perpetuação da exploração em nome da necessidade crescente de extração de lucro, acumulação e reprodução do capital. Mészáros (1993) destaca que a ameaça efetiva ao futuro do conjunto da vida social, em decorrência tanto da devastação do meio ambiente quanto diante do risco de uma destruição nuclear, coloca ao capital uma necessidade cada vez maior de apontar soluções para tal impasse. Contudo, tais soluções tendem a seguir um caráter regressivo do ponto de vista das condições sociais de existência, uma vez que “a racionalidade do planejamento social abrangente” é radicalmente incompatível com a manutenção do atual modo de produção (MÉZÁROS, 1993, p. 38).

Embora tenhamos tantas evidências da perversidade da ordem capitalista e da agudização de suas contradições fundamentais, é cada vez mais determinante no campo das ideias e das práticas sociais de setores da esquerda o abandono da crítica ao sistema do capital e o afastamento dos instrumentos conceituais necessários para sua compreensão. Segundo Wood (2001, p.13), em detrimento da contestação do atual modo de reprodução, parte dos intelectuais que se coloca no campo político de esquerda vem tentando definir novas formas de se relacionar com o sistema, das quais, a maneira mais típica tem sido a procura de interstícios onde seja possível “criar espaço para discursos e identidades alternativos” no interior do capitalismo. Observa-se que a tentativa de se ampliar as resistências locais e particulares tem configurado a tônica das reivindicações de tais setores da esquerda. É na esteira desse movimento político e ideológico que as chamadas políticas focalizadas e identitárias, como é o caso das ações afirmativas para o ensino superior, têm sido largamente reivindicadas, no âmbito

---

<sup>21</sup> Dentre os muitos indicadores que apontam a condição de miséria social, um exemplo da condição brasileira pode ser examinada nos dados do último relatório “Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira”, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2017, no qual indica-se que, atualmente, cerca de 52 milhões de brasileiros (25,4% da população do país) vivem abaixo da linha da pobreza, e, desse percentual, por exemplo, apenas 40,4% possui saneamento básico. Encontram-se nessa condição de miserabilidade nada menos que 17,8 milhões de crianças e adolescentes de 0 a 14 anos, espalhados pelos diversos bolsões de pobreza do país (IBGE, 2017). Os dados aqui citados, grosso modo, refletem a própria condição de precarização a qual está sujeita grande maioria da população mundial, cuja cifra de 2,1 bilhões de pessoas não possui sequer acesso à água potável, para ficarmos apenas com um exemplo.

intelectual, social e político, como antídotos contra a “exclusão social” e a “desigualdade de oportunidades”.

Para lançar luz sobre nossa hipótese de trabalho a respeito de que a compreensão das ações afirmativas nas teses analisadas se ampara em argumentos e conceitos oriundos do pensamento liberal e pós-moderno, bem como para explicitar os fundamentos que nos levam a compreender tais pensamentos como complementares, neste capítulo trazemos, de forma aproximativa, uma reflexão acerca de algumas estratégias adotadas pela ordem do capital para dar respostas às suas contradições latentes. Ocuparemos-nos em pontuar alguns elementos acerca da mistificação ideológica do pensamento dominante e das mudanças gestadas a partir da crise estrutural do capital, iniciada nos anos de 1970, e o devir histórico até os governos do Partido dos Trabalhadores – PT (2003-2016).

Esta reflexão a respeito do quadro econômico, político e ideológico no qual, de modo geral, se delineiam as políticas afirmativas, é indispensável para embasar o exame das produções acadêmicas do campo da educação que abordam o tema. Isto porque, como dito anteriormente, é nosso interesse identificar a função social, segundo os pressupostos lukácsianos, que essa produção teórica cumpre no atual momento histórico, o que requer explicitarmos sua gênese, ou seja, o contexto histórico e social concreto no qual se firma o pensamento analisado. Não é exagero reiterar que não temos a pretensão de aprofundar de forma sistemática todos esses elementos, haja vista tanto a amplitude dessas questões, quanto nosso objetivo para este momento, que é o de apontar algumas das determinações que ajudarão compreender esse período histórico no qual se insere as ações afirmativas.

## 2.1 A MISTIFICAÇÃO IDEOLÓGICA DO PENSAMENTO BURGUEÊS

A crescente expropriação de direitos dos trabalhadores tem gerado, ao longo do desenvolvimento histórico do capitalismo, incontáveis lutas da classe trabalhadora contra as condições de dominação e exploração as quais está submetida. Contudo, embora essas contradições possam alavancar a luta contra o atual sistema, por outro lado, é certo que também desencadeiam o aprimoramento das ações políticas e ideológicas da classe dominante para “expandir suas formas de encapsulamento dos trabalhadores” (FONTES, 2010, p.11).

O nascimento do capitalismo, que representou, naquele momento histórico, um grande avanço para a humanidade na medida em que rompeu as relações feudais, passou a representar, no momento seguinte à sua consolidação, um processo regressivo das conquistas sociais, incompatível com um pensamento progressista interessado em apreender a realidade social existente. Por essa razão, o pensamento revolucionário da burguesia – de aspirações e ideais

iluministas, que consolidaram o projeto moderno – entra em gradativa decadência no segundo quartel do século XIX.

Ao fazer essa distinção entre as duas etapas principais do pensamento burguês, Coutinho (2010) descreve que a primeira corresponde ao período de ascensão e consolidação da classe burguesa, que se inicia, no campo filosófico, com os pensadores renascentistas e se estende, como marco referencial, até Hegel. Nesse período, o pensamento burguês revolucionário é marcado por um movimento progressista preocupado com a totalidade da vida social e com a procura da verdade, “orientado no sentido da elaboração de uma racionalidade humanista e dialética” (COUTINHO, 2010, p. 22).

O racionalismo é central nessa fase, uma vez que o conhecimento racional é fundamental tanto para o domínio científico da natureza quanto para a organização social em ascensão. Os interesses que orientavam o projeto burguês estavam, naquele momento histórico, alinhados aos interesses do recém-formado proletariado no combate ao absolutismo feudal e na luta por direitos. É nesse período que, no campo econômico, se fortalecem também os fundamentos da teoria liberal clássica calcada na defesa da liberdade individual e do progresso.

No decurso do desenvolvimento capitalista ocorre o acirramento de suas contradições e começa a se explicitar os limites reais do projeto sócio-político conduzido pela burguesia. O processo revolucionário engendrado pelo proletariado, no período de 1830 a 1848<sup>22</sup>, traz à luz o caráter antagônico das duas classes que compõem a essência da dinâmica societal do capitalismo: os trabalhadores e a burguesia. Os levantes proletários marcam o encerramento da capacidade progressista<sup>23</sup> do pensamento burguês, que inaugura sua fase conservadora e de “progressiva decadência”. Essa fase, segundo Coutinho (2010), foi categorizada pelo filósofo Georg Lukács de “decadência ideológica” e se caracteriza pela tácita negação da razão emancipadora e pela necessidade burguesa de justificar teoricamente a nova forma de organização social consolidada pelo capitalismo. Desse momento em diante as teorias clássicas da burguesia (filosóficas e econômicas) passam a ser substituídas por uma apologética com vistas a defender sua posição dominante.

---

<sup>22</sup> Nesse ínterim explode pela Europa revoluções de cunho democrático-popular que pautavam basicamente a conquista das condições anunciadas pela revolução francesa: Liberdade, Igualdade e Fraternidade; cuja realização não se efetivou para o conjunto da sociedade após a burguesia assumir o poder.

<sup>23</sup> Para evitar uma análise mecânica dessa ruptura entre a filosofia burguesa da época revolucionária e a filosofia da decadência, Coutinho (2010, p. 23) faz um adendo importante quanto ao fato de que tal ruptura não se processa com a totalidade do pensamento burguês, “mas sim com a tradição progressista que constitui a essência desse pensamento”. Isto porque, segundo Coutinho (2010), em muitos pontos, certamente, há uma relação de continuidade entre a fase revolucionária e a fase de decadência, uma vez que parte do pensamento burguês, anterior a 1848, continha elementos conservadores feudais que permaneceram existentes e atravessaram a fase revolucionária assomando-se na etapa de decadência que se seguiu.

A partir da análise desenvolvida por Marx acerca da reviravolta político-ideológica do pensamento burguês, Lukács (2010) explica que esse pensamento passa a buscar mitigar as contradições do desenvolvimento social, de acordo com as necessidades econômicas e políticas burguesas. Coutinho (2010, p. 16) aponta que, do ponto de vista filosófico, a burguesia abandonou os três núcleos categoriais que ela mesma havia elaborado em sua fase ascendente: o humanismo, a razão dialética e o historicismo concreto. Essas categorias – que compõem a razão moderna e instrumentalizavam a capacidade de apreensão objetiva e global da realidade – são sintetizadas por esse autor da seguinte maneira:

*o humanismo*, a teoria de que o homem é um produto de sua própria atividade, de sua história coletiva; o *historicismo concreto*, ou seja, a afirmação do caráter ontologicamente histórico da realidade, com a consequente defesa do progresso e do melhoramento da espécie humana; e, finalmente, a *razão dialética*, em seu duplo aspecto, isto é, o de uma racionalidade objetiva imanente ao desenvolvimento da realidade (que se apresenta sob a forma da unidade dos contrários), e aquele das categorias capazes de aprender subjetivamente essa racionalidade objetiva, categorias estas que englobam, superando, as provenientes do “saber imediato” (intuição) e do “entendimento” (intelecto analítico). (COUTINHO, 2010, p. 28).

Segundo Netto (2002), embora os levantes revolucionários de 1848 tenham sido derrotados, as vanguardas proletárias perceberam, naquele momento, que seus interesses de emancipação eram incompatíveis com os interesses burgueses e com os limites impostos pela ordem capitalista. Forjava-se naquelas circunstâncias a consciência de classe do proletariado como sujeito revolucionário. Nas palavras do autor,

O significado de 1848 é precisamente este: com a derrota das aspirações democrático-populares, determinada pelo comportamento de classe da burguesia, o proletariado se investe, em nível histórico-universal, como o **herdeiro das tradições libertárias e humanistas da cultura ocidental, constituindo-se como o sujeito de um novo processo emancipador, cuja condição prévia, histórico-concreta, é a ruptura mais completa com a ordem do capital**. Assim, no plano prático-político, a revolução de 1848 tem um significado inequívoco: trouxe à cena sócio-política uma classe que, a partir daqueles confrontos, pode aceder à consciência dos seus interesses específicos — viabilizou a emergência de um projeto sócio-político autônomo, próprio, do proletariado; mais exatamente: propiciou a auto-percepção classista do proletariado. (NETTO, 1998, p. 7) [Grifos nossos].

Essa crise histórico-social, como descrito por Netto, firma a constituição do proletariado enquanto “classe para si”, evidenciando sua capacidade progressista de resolver as contradições geradas pelo triunfo do capitalismo. Enquanto crise teórico-cultural, exprime tanto a virada conservadora da burguesia para assegurar sua condição hegemônica, quanto a constituição de uma teoria social vinculada aos interesses proletários.

Dito de outro modo, a crença no avanço unificado da razão e da liberdade, produzida no fulcro iluminista, dá vazão às duas principais matrizes teóricas da modernidade: por um lado, a herança das tradições progressistas burguesas é assumida, revista e superada pela teoria social marxista, na medida em que a racionalidade é elevada ao nível materialista (COUTINHO, 2010); por outro lado, a herança conservadora tende a negar ou limitar o papel da razão, sendo alavancada, como descreve Netto (1994, p.33), por uma matriz teórica composta pelo “*par racionalismo analítico- formal/irracionalismo moderno*<sup>24</sup>”, que constitui “o campo em que se movem, há 150 anos, as mais diversas tendências do pensamento refratário à razão dialética”.

Ora, ainda segundo o autor, embora o desenvolvimento da razão moderna seja indispensável à lógica da ordem burguesa, após se firmar enquanto classe dominante, a burguesia “tende” a reduzir teoricamente a razão a uma racionalidade analítica. Essa tendência, segundo o autor, é “necessária” do ponto de vista do desenvolvimento capitalista, por ser um componente sócio objetivo que condiciona a elaboração teórico- filosófica. Esse dever conservador do racionalismo moderno, cuja expressão paradigmática é a vertente positivista, interdita as possibilidades emancipatórias da modernidade em virtude da crescente expansão do seu vetor manipulatório, que nega a dimensão histórica, dialética e humana da práxis social.

*Pari passu* ao desenvolvimento da razão analítico-formal, se alastra também a tendência irracionalista que corresponde a outra face da mistificação ideológica burguesa, assim sumariada por Netto:

Desde a consolidação da ordem do capital, a progressiva esqualidez da razão analítico-formal vem sendo “complementada” com o apelo à *irratio*: o racionalismo positivista (e sua apologia da sociedade burguesa) caminhou de braços dados com o irracionalismo (e com seu anticapitalismo romântico) de Kierkegaard/Nietzsche; o neopositivismo lógico conviveu cordialmente com o existencialismo de um Heidegger; o estruturalismo dos anos 60 não foi perturbado pela explosão “contracultural”; o pós-estruturalismo coexiste agradavelmente com a imantação escandalosa operada hoje pelos mais diversos esoterismos. (Na transição do estruturalismo ao pós-estruturalismo, registre-se, o velho Marx volta a ser objeto de interesse: o *marxismo analítico* é a expressão mais “moderna” das tentativas de esvaziar o substrato ontológico da obra marxiana.) Não há, no horizonte perscrutável, nenhuma indicação de que essa polaridade antitética esteja por esgotar a sua reserva reiterativa; ao contrário, tudo sugere que o movimento da ordem burguesa continuará repondo a exigência de compensar/complementar a *miséria da razão* com a *destruição da razão*. (NETTO, 1994 p. 40-41).

Lukács, (2010) assinala que essas duas expressões da decadência ideológica burguesa irão se manifestar a depender do momento histórico do modo de produção capitalista. Ou seja, nos momentos de “estabilidade relativa” a burguesia estimula o vetor manipulatório do

---

<sup>24</sup> Grifos no original.

racionalismo. Já em momentos de crise do capital, onde se exacerba as tensões sociais, o pensamento irracionalista encontra respaldo na vida social e é estimulado pela burguesia como possibilidade de manutenção da sua hegemonia.

Sobre o irracionalismo, Lukács (2010, p.68) explica:

[...] o irracionalismo não se limita a ser a expressão filosófica da barbárie que cada vez mais intensamente domina a vida sentimental do homem, mas a promove diretamente. Paralelamente à decadência do capitalismo e ao aguçamento das lutas de classes em decorrência de sua crise, o irracionalismo apela – sempre mais intensamente – aos piores instintos humanos, às reservas de animalidade e de bestialidade que necessariamente se acumulam no homem em regime capitalista.

De modo geral, o pensamento ideológico burguês, composto pelas duas expressões mencionadas (racionalismo analítico-formal/irracionalismo moderno), opera para impedir o avanço da consciência e da luta proletária em direção à ruptura com a ordem do capital, na medida em que é imperativo para a burguesia dominante negar a possibilidade de êxito de uma alternativa societal ao capitalismo. Na economia política, os impactos da decadência ideológica da burguesia se expressam cabalmente na forma pela qual os seus teóricos anunciam a eternidade do modo de produção capitalista.

Os pressupostos liberais clássicos, que noutrora anunciavam as aspirações revolucionárias da burguesia, sucumbem à nova dinâmica do capital. Os apologistas burgueses tendem a apresentar as relações de produção vigentes como uma lei natural e eterna, impossível de ser alterada, contra a qual não haveria escolhas históricas nem alternativas sociais. Tal naturalização e mistificação do capital requer de suas teorias – eminentemente ideológicas – um caráter falseado de “ciência social e política objetiva” destinadas a espriar os ideais e valores da classe dominante para o conjunto da sociedade (MÉSZÁROS, 1993).

No livro *O poder da ideologia*, Mézáros (1996) explica que o sistema ideológico socialmente estabelecido e dominante está enraizado de tal modo que a aceitação de determinados valores ocorre, em geral, sem que o mínimo de contestação ou questionamento ocorra. A naturalização do pensamento dominante decorre da maneira pela qual ele apresenta “suas próprias regras de seletividade, tendenciosidade, discriminação e até distorção sistemática como ‘normalidade’, ‘objetividade’ e ‘imparcialidade científica’” (MÉSZÁROS, 1996, p.13). O apelo à autoridade da ciência é uma forma eficaz da ideologia dominante apresentar seus

compromissos de valor de maneira a parecerem neutros e imbuídos de incontestável objetividade<sup>25</sup>.

Contudo, embora o pensamento dominante empenhe-se em negar seu caráter ideológico, o fato é que, sob o domínio do capital, existem interesses e valores intrínsecos a todas as formas de pensamento social, ou seja, todas as formas de pensamento possuem um compromisso ideológico com uma classe determinada. Uma vez que, como define Mészáros (1996, p.22), a ideologia é uma forma de consciência social, que, como tal, é insuperável nas sociedades de classe.

Se, portanto, todo conhecimento produzido na sociedade está ligado à consciência de uma determinada classe social, é correto admitir que certos pontos de vista são relativamente mais propícios ao conhecimento científico da realidade social por estarem atrelados à classe com maior interesse nesse conhecimento. Na análise de Lukács (*apud* Löwy, 1998), enquanto para a classe dominante interessa mistificar a realidade social e “naturalizar” a ordem estabelecida, para a classe proletária é imprescindível e vital aproximar-se do conhecimento mais perfeitamente objetivo da sua situação de classe, o que demarca a superioridade do seu ponto de vista na busca pela verdade objetiva<sup>26</sup>.

---

<sup>25</sup> Ao questionar se seria de fato possível eliminar as ideologias da produção do conhecimento científico-social como apregoa o pensamento dominante, Michael Löwy (1998) esclarece que o modelo científico de objetividade que conforma as ciências da natureza em nossa época difere das ciências humanas, na medida em que “existe uma diferença qualitativa quanto ao papel, a importância e a significação das visões de mundo” dessas ciências (LOWY, 1998, p. 201). No caso das ciências naturais, devido à necessidade do desenvolvimento das forças produtivas, elas seguem se desenvolvendo numa escala ascendente, contudo, são subordinadas aos interesses socioeconômicos dominantes e seguem uma tendência cada vez mais destrutiva, conforme afirma Mészáros (1993), pois estão, em grande medida, sob o domínio do chamado complexo militar-industrial. Nas ciências naturais, portanto, as influências ideológicas pouco interferem na verdade objetiva resultante das pesquisas, embora estejam diretamente presentes nas escolhas dos objetos de investigação e na aplicação técnica das descobertas científicas, de acordo com os interesses de classe e da própria visão de mundo do pesquisador. Já nas ciências sociais, a visão de mundo subordina também “a própria argumentação científica”. Dessa forma, tentar aplicar o modelo de objetividade científico-natural às ciências humanas, reivindicando uma ciência da sociedade ideologicamente neutra, como o faz o pensamento positivista, é ilusório e mistificador, pois o “conjunto do processo de conhecimento científico-social [...] é atravessado, impregnado, ‘colorido’ por valores, opções ideológicas (ou utópicas) e visões sociais de mundo” (LÖWY, 1998, p. 203).

<sup>26</sup> Destacamos duas questões apontadas por Löwy (1998) com relação ao ponto de vista da classe proletária. Primeiro que, obviamente, não basta estar do lado do ponto de vista do proletariado para que se produza conhecimentos científicos de maior valor, mesmo sendo esse o ponto de vista que oferece melhor “possibilidade objetiva de um conhecimento da verdade”. Isto porque, para além das determinações de classe à qual o cientista social está vinculado, sua pesquisa também é atravessada por “outras pertinências sociais não-classistas relativamente autônomas com relação às classes sociais: nacionalidade, geração, religião, cultura, sexo. Sua visão é desviada também por sua vinculação a certas categorias sociais (burocracia, estudantes, intelectuais etc.) ou a certas organizações (partidos, seitas, igrejas, círculos, confrarias, cenáculos)” (LÖWY, 1998, p. 213), o que leva o mesmo ponto de vista de uma classe a possibilitar diferentes visões de mundo a depender dessas múltiplas variáveis. A segunda questão que nos interessa destacar é que o pensamento que se opõe à ordem capitalista, e que propõe a superação do antagonismo de classe, jamais pode pretender-se “ideologicamente neutro”, uma vez que a defesa da neutralidade somente poderia beneficiar a própria classe dominante.

Confrontada com essa determinação de classe, uma das estratégias ideológicas burguesas para impedir o avanço da consciência e da luta proletária tem sido a tentativa de atacar e rotular de “impraticável” a concepção teórico-filosófica que apresente a possibilidade da transformação social. Referimo-nos ao pensamento marxista que, legatário das aspirações emancipadoras do proletariado, busca apontar o caráter eminentemente histórico, e, portanto, transitório, do modo de produção capitalista. Para o marxismo, é necessária uma “reestruturação radical, ‘de cima a baixo’ da totalidade das instituições sociais, das condições industriais, políticas e ideológicas da existência atual: de ‘toda maneira de ser’ de homens reprimidos pelas condições alienadas e reificadas da ‘commodity society’” (MÉSZÁROS, 1993, p. 68).

A análise crítica do capitalismo, a compreensão de sua especificidade histórica e da possibilidade de ruptura e superação proposta pelo marxismo, a nosso modo de ver, assegura uma objetividade sobre as outras teorias econômicas e sociais, o que torna cada vez mais necessária e urgente a retomada de suas categorias analíticas. Contudo, o que vemos acontecer no plano das ciências humanas e sociais é justamente progredir uma tendência irracionalista, antimarxista e de recusa a suas categorias. Esse caráter assume uma complexidade maior nas últimas décadas, depois que abundaram as teorias pós-modernas.

Com base nesta chave de compreensão da conformação do pensamento burguês, parece ser possível identificar que a burguesia, na atualidade, opera um estímulo tanto à racionalidade manipulatória quanto ao irracionalismo. Adentramos a seguir, ainda que sumariamente, na análise de algumas características centrais do ideário pós-moderno a fim de explicitar o porquê o consideramos um complemento do pensamento liberal (embora a ele, via de regra, se contraponha formalmente), enquanto um refinamento da trajetória racionalista-formal e, sobretudo, irracionalista do pensamento filosófico burguês.

## 2.2 O REFINAMENTO DA MISTIFICAÇÃO IDEOLÓGICA: O CAMINHO PÓS-MODERNO

A definição daquilo que se convencionou chamar de pós-modernismo não é uma tarefa simples devido a forma marcadamente híbrida e heterogênea pela qual as diferentes abordagens da realidade social – que compõe esse pensamento – se apresentam. A despeito das diferenças existentes entre as correntes teóricas abrigadas sob o “guarda-chuva” do pós-modernismo, é possível identificar que essas se aproximam por algumas características sintomáticas: a negação das noções clássicas de verdade, de identidade, de razão e de objetividade; e a rejeição das grandes narrativas, dos discursos totalizantes, das teorias universalistas e abrangentes sobre o

mundo e a história. Essas abordagens concebem o mundo como plural, diverso, fragmentário e indeterminado de tal forma que as explicações causais, preocupadas em identificar causas e determinações, estariam condenadas ao fracasso. Essa concepção de um “mundo descentrado” leva a certo ceticismo em relação à objetividade da verdade, da história e das normas (WOOD, 1999; EAGLETON, 1998).

Não nos deteremos em fazer as diferenciações entre as variantes das teorias ou de autores que assumem essas (ou parte dessas) características supracitadas, estamos por tomá-las aqui sob a denominação de “pós-modernas” (embora saibamos que nelas existam especificidades e atributos próprios, inclusive que se contrapõem em alguns aspectos).

De modo geral, o que se evidencia no discurso pós-moderno é a contraposição à modernidade, colocando sob suspeita a razão iluminista que sustentava ser possível compreender o mundo através da razão e da ciência. Buscando identificar as origens e os fundamentos que dão sustentação para esse discurso, Wood (1999) identifica que em 1959, C. Wright Mills anuncia o declínio da modernidade afirmando sua sucessão pelo período “pós-moderno”. Todavia, é a partir do final da década de 1970<sup>27</sup> que, se firmando como dominante cultural, esse termo passa a ser utilizado para demarcar a suposta emergência de uma nova era, assentada numa perspectiva filosófica irracionalista. No campo das ciências humanas e sociais, a produção teórica que primeiro trata da pós-modernidade é o livro de Jean-François Lyotard, intitulado *A condição pós-moderna*, publicado em 1979.

Segundo Evangelista (2002), para os intérpretes pós-modernos, as rápidas transformações sociais contemporâneas teriam levado à emergência de “novos sujeitos políticos”, com novas necessidades e novas “práticas sociais”, cujas questões não poderiam mais ser analisadas e explicadas pelas correntes teóricas tradicionais. Estaríamos, pois, diante de uma “crise de paradigmas”, evidenciadas pelo esgotamento das capacidades das teorias modernas darem visibilidade aos fenômenos sociais contemporâneos.

---

<sup>27</sup> Embora seja da década de 60 em diante que aquilo que se convencionou chamar de pensamento pós-moderno ganha predominância, é importante observar que críticas à modernidade já vinham sendo feitas desde muito antes. Em Friedrich W. Nietzsche, que morreu no ano de 1900, encontra-se a primeira grande contestação da razão moderna. Sobre a construção do pensamento pós-moderno, Wood (1999, p.9), escrevendo no final dos anos de 1990, identifica que “Uma década após as ‘revoluções’ dos anos 60, o surto de grande prosperidade econômica acabou; todavia hoje, num período de estagnação capitalista, sua herança intelectual persiste. Entre seus legados, temos mais uma ‘pós-modernidade’. Desta vez, há um numeroso grupo de intelectuais que não se contenta apenas em diagnosticar a época atual como um período de pós-modernidade, deliberadamente se identificando como ‘pós-modernista’. Embora reconheça diversas influências – de filósofos antigos como Nietzsche, a pensadores mais recentes, como Lacan, Lyotard, Foucault e Derrida –, o pós-modernismo atual descende da geração de 1960 e de seus estudantes. Esse pós-modernismo, portanto, é produto de uma consciência formada na chamada idade áurea do capitalismo, por mais que possa insistir na nova forma do capitalismo (“pós-fordista”, “desorganizada”, “flexível”) da década de 1990”.

A crise de legitimidade dos padrões científicos e sociais da modernidade (que teriam levado à emergência da era pós-moderna) resultariam do conjunto de transformações econômicas, sociais e políticas em curso na segunda metade do século XX. Tais mudanças observadas no campo das artes, da literatura, da arquitetura, e na dinâmica social como um todo, verificadas na década de 1960 e agudizadas nas décadas seguintes, seriam a prova de que não estaríamos mais vivendo sob as determinações do projeto civilizatório da era moderna.

As mobilizações que marcaram o Maio de 1968 na França, e que se espalharam por diversos outros países, expressariam o descontentamento frente ao agravamento das contradições do capitalismo de um lado, e dos rumos do chamado “socialismo real”, de outro, trazendo à baila um conjunto de reivindicações e de críticas ao consumismo, ao individualismo, às desigualdades étnicas, de gênero e de raça, aos problemas ambientais, como também aos métodos utilizados pela chamada “esquerda tradicional”.

Segundo Fontes (2010, p. 176), “o ano de 1968 expressou, de forma difusa, a emergência do descompasso entre a intensificação da internacionalização do capital, com seus efeitos sociais múltiplos, e o empenho em manter encapsuladas as lutas sociais em âmbito nacional ou mesmo subnacional”. As reivindicações que emergiam, segundo a autora, continham um escopo que “somente faria plenamente sentido num contexto internacional de lutas de classes de teor anticapitalista, pois não eram mais solúveis ou solucionáveis nos âmbitos nacionais” (FONTES, p.176).

O aspecto revolucionário de 1968 reside menos no que efetivou concretamente em cada país e mais na exigência de internacionalização que vislumbrou, mesmo sem conseguir elaborar um novo formato popular, apto a associar diferentes dinâmicas nacionais, em face da internacionalização acelerada do capital. A resultante contrarrevolucionária residiu no reencapsulamento de enorme volume de reivindicações sociais claramente insolúveis – mas inelimináveis – em âmbitos cada vez mais estreitos, ao lado de sua expressão cosmopolita através de agências internacionais garantidoras da ordem. (FONTES, 2010, 177).

Esse movimento contrarrevolucionário de neutralização das lutas que se ampliavam em diferentes países, naquele momento, largamente assumido pelas agências internacionais criadas no pós-guerra, irá cumprir um papel importante de redirecionamento das reivindicações que emergiam. Para Fontes (2010), a efetiva internacionalização das lutas foi bloqueada pelo contexto da Guerra Fria, tendo em vista que as vias por onde seria possível impulsionar a internacionalização estavam limitadas por um conjunto de questões, dentre as quais, o burocratismo soviético que “seguia caracterizando a atuação de muitos partidos comunistas e de suas entidades internacionais” e a atuação dos organismos oficiais “que, apesar da

proximidade com o capital e de sua estreita defesa da lógica capitalista, podiam se apresentar como não diretamente empresariais e movidos apenas pela boa vontade” (FONTES, 2010, p. 177).

O resultado foi, após intensíssimas lutas populares, o encapsulamento de novas formas de organização e de lutas revolucionárias que as manifestações de 1968 poderiam comportar. Tais lutas não foram apenas contidas, como num dique, mas redirecionadas, ora paciente, ora violentamente, para vertedouros onde “excessos” democratizantes populares pudessem desaguar. [...] O salto na internacionalização do capital, característico do capital-imperialismo geraria descontentamentos populares sem canais organizados de expressão internacional. (FONTES, 2010, p. 178).

Da efervescência política e social que marcaram aquela quadra histórica, observou-se um deslocamento da questão de classe como núcleo central em mérito de ações coletivas de caráter mais específico e focalizado, pautado pela micropolítica, pelas microcontestações e pela multiplicidade de lutas fragmentadas voltadas para questões imediatas e cotidianas. Evangelista (2002, p. 16) assinala que “o aparecimento de novos movimentos sociais (estudantil, feminista, homossexual, ecológico, pacifista, entre outros) deslocou, para segundo plano, o ‘velho’ movimento operário nas lutas por transformações sociais”. É nesse sentido que Eagleton (1999, p. 29) atribui o despontar da cultura pós-moderna a “uma perda gradual de fibra” da esquerda que passa a se interessar pelas margens do sistema capitalista. As revoltas de 1968 explicitam o surgimento de uma “nova esquerda”, caracterizada por uma composição heterogênea, mas com o denominador comum de contestação dos valores iluministas e das concepções teóricas fundadas a partir desses valores.

Para os pós-modernos, de acordo com Wood (2011, p. 2005), as “estruturas objetivas” e os imperativos totalizantes do capitalismo, teriam dado lugar “a uma bricolagem de múltiplas realidades sociais, uma estrutura pluralista tão variada e flexível que pode ser reorganizada pela construção discursiva”. Os fenômenos sociais, frutos dessa sociedade heterogênea, diversificada e indeterminada, não poderiam ser explicados por padrões ou processos unificadores e por determinantes sociais, por isso teria maior sentido buscar essas explicações nas “diferenças”. Assim, as relações sociais e suas determinações históricas são reduzidas a identidades individuais discursivamente construídas (WOOD; FOSTER, *et al.*, 1999).

A negação de quaisquer explicações causais leva os pós-modernos a refutar toda e qualquer ideia de determinação por considerá-la essencialista. A explicação da realidade social, para eles, deve primar pelos fenômenos empiricamente dados. Nesse sentido, exalta-se a aparência em detrimento da essência, pois tudo corresponderia àquilo que é visível. É notório, pois, que o campo de interesse de seus autores esteja circunscrito às expressões fenomênicas,

pautadas no cotidiano, nas relações interpessoais (particularizadas, dissociadas de um denominador comum e de uma generalidade humana)<sup>28</sup>.

O conhecimento não seria mais verificável ou validável por princípios demonstrativos, sua validade dependeria dos argumentos adequados, posto que a ciência correspondesse a uma forma de discurso ou jogo de linguagem equivalente a qualquer outro. Decorre dessa apreensão a ideia de que não haveria uma verdade histórica e objetiva, mas um emaranhado de verdades que podem ser buscadas por meio de diferentes abordagens e métodos, defendendo, portanto, um relativismo epistemológico segundo o qual não seria possível conhecer objetivamente a realidade. A crítica à ciência moderna se agarra na compreensão de que ela negaria ou não reconheceria as demais formas de conhecimentos pautadas em outros princípios e regras que não aqueles estritamente científicos. Por estar firmada sobre um padrão de cientificidade que privilegia a universalidade, a regularidade, a verdade; a ciência moderna deslegitimaria outras dimensões como o particular, a subjetividade, a imaginação, a emoção, o cultural, o sentir, etc. Desse modo, a ciência moderna seria tanto privilegiada por ser portadora do único conhecimento válido, quanto seria autoritária por deslegitimar outras formas de saber (SOUZA, 2014).

Para o pensamento pós-moderno, todo conhecimento, toda narrativa, todo saber seria válido e equivalente a qualquer outro, portanto, as metanarrativas são tacitamente recusadas, pois nelas estaria contido um caráter “totalitário”. A rejeição às grandes narrativas se firmam na convicção de que não é possível compreender a realidade social em qualquer sentido holístico. A contraposição proposta pelo pensamento pós-moderno residiria justamente na valorização de outros conhecimentos e práticas não hegemônicas, na exaltação dos discursos fragmentários, voltados às questões particulares, ao cotidiano.

---

<sup>28</sup> Ponderamos aqui que não estamos por dizer que a aparência deve ser descartada ou secundarizada, longe disso. O que queremos considerar é que ao buscar compreender um fenômeno apenas pelo que está aparente incorre-se na identificação insuficiente de suas expressões mais epidermes. Como assinala Netto (1998, p.81), para ir além daquilo que é aparente é preciso partir do factual em busca de “localizar processos que remetem a novos dados, que remetem a novos processos e que, portanto, permite, numa viagem regressiva, num caminho de volta, retomar aquela mesma factualidade que foi o ponto de partida inicial e encontrar nela, retirando da sua processualidade, os traços que a particularizam”. Recorremos também à interpretação de Moraes (2009, p. 594), que, a partir das ideias de Bhaskar (1986, 1993, 1997), afirma que “o mundo é uma totalidade estruturada, diferenciada e em mudança e, por conseguinte, não pode, de forma alguma, ser reduzido aos limites do realismo empírico. Só podemos compreender o mundo social – e, portanto, intervir sobre ele e não meramente responder a seus imperativos – se identificarmos as estruturas em funcionamento que geram os eventos, as aparências ou os discursos. Como tais estruturas não se mostram espontaneamente no que é observado, elas só podem ser identificadas mediante o trabalho teórico e prático das ciências sociais, ou, nas palavras de Bhaskar (1997, p. 31), ‘A experiência cientificamente significativa normalmente depende da atividade experimental, bem como da percepção sensorial; ou seja, depende do papel dos homens seja como agentes causais, seja como perceptores’, não importando se os agentes envolvidos estejam ou não cientes dessas relações. É pelo fato de serem potencialmente capazes de iluminar tais relações que as ciências sociais podem vir a ser tornar emancipatórias”.

Ao combater a ideia de totalidade, o antiessencialismo pós-moderno inviabiliza sua própria capacidade de explicar historicamente os fatos sociais, posto que são arrancados de seu contexto vivo e compreendidos apenas em isolamento. “A ironia é que essa metodologia assemelha-se, mais do que qualquer coisa, ao empirismo radical dos positivistas, à própria teoria do conhecimento que o antiessencialismo procurou derrubar” (WOOD, FOSTER, *et al.*, p.131, 1999). Sobre esta questão da negação da totalidade, Iasi (2017, p. 32) é enfático ao diagnosticar que, “por desprezar o universal como síntese de múltiplas particularidades, porque isso os levaria a ideia de movimento, processo e, portanto, sentido, os pós-modernos naufragam em singularidades e universalidades vazias de conteúdo”.

O anti-humanismo também representa um componente central das teorias pós-modernas. Se, na visão das teorias humanistas, lastreadas no iluminismo e na razão dialética, há uma crença na emancipação humana, para as correntes anti-humanistas há uma rejeição tanto da racionalidade do iluminismo quanto da ideia de progresso social. “O anti-humanismo rejeitou as ideias de igualdade e unidade humana, louvando, ao invés disso, a diferença e a divergência, e exaltando o particular e o ‘autêntico’ em comparação com o universal” (WOOD, FOSTER, *et al.*, p.134, 1999). O humanismo é contestado, pois, enquanto uma grande narrativa sobre a essência humana, também seria totalitário. Nele e no racionalismo iluminista estariam as raízes da barbárie ocidental, uma vez que as grandes narrativas da modernidade seriam portavozes de regimes autoritários do século passado, que reprimiram as particularidades, as diferenças, as singularidades. A lógica desse pensamento leva a um completo equívoco ao considerar que a barbárie do século XX produzida pelo capitalismo seria uma consequência geral do humanismo e do racionalismo, quando, de fato, representa justamente a degradação desses valores (BELLI, 2017).

O pensamento pós-moderno, especialmente aquele que se autodenomina de pós-modernismo de contestação<sup>29</sup>, normalmente reconhece e, em grande medida, se contrapõe aos

---

<sup>29</sup> Segundo Boaventura de Souza Santos, intelectual declaradamente pós-moderno, haveria duas vertentes distintas dentro da cultura pós-moderna: a denominada de “pós-modernos de celebração”, para quem as promessas da modernidade seriam falsas e o capitalismo representaria o fim da história; e os chamados “pós-modernos de contestação ou inquietação” (Santos se coloca nesse grupo) para quem as promessas da modernidade não foram e nem podem ser cumpridas segundo os mecanismos desenhados pela modernidade, nesse caso não seriam falsas mas tornaram-se irrealizáveis, por isso necessitariam de um novo paradigma (pós-moderno) para realizá-las. De uma forma ou de outra, para ambas as vertentes, a modernidade haveria chegado ao fim. Vejamos a definição do próprio autor: “a transição paradigmática tem vindo a ser entendida de dois modos antagônicos. Por um lado, há os que pensam que a transição paradigmática reside numa dupla verificação: em primeiro lugar, que as promessas da modernidade, depois que esta deixou reduzir as suas possibilidades às do capitalismo, não foram nem podem ser cumpridas; e, em segundo lugar, que depois de dois séculos de promiscuidade entre modernidade e capitalismo tais promessas, muitas delas emancipatórias, não podem ser cumpridas em termos modernos nem segundo os mecanismos desenhados pela modernidade. O que é verdadeiramente característico do tempo presente é que, pela primeira vez neste século, a crise de regulação social corre de par com a crise de emancipação social. Esta versão da transição paradigmática é o que

problemas engendrados pela ordem capitalista e se coloca em contraposição à ordem social vigente, contudo não propõe uma saída capaz de romper de forma radical com a dinâmica de reprodução do capital. Seu escopo debruça-se com maior interesse justamente na contestação das vertentes teóricas que propõe essa ruptura – vide a forma como o marxismo é exaustivamente combatido e deslegitimado por essa corrente do pensamento.

A crítica dos pensadores pós-modernos ao marxismo, grosso modo, se ampara na afirmativa de que as características atuais do capitalismo revelariam uma mudança significativa nas relações de produção que antes (no período moderno) eram sustentadas na grande indústria, e que agora (no suposto período pós-moderno), se sustentam no consumo e nos serviços, levando ao entendimento de que o capitalismo teria mudado para um sociedade pós-industrial. Dessa mudança resultaria que as teorias marxistas, assentadas em categorias como capital, trabalho, classe social, etc., não teriam mais validade. A categoria “classe social”, por exemplo, é exaustivamente criticada porque não corresponderia satisfatoriamente à análise das relações sociais contemporâneas, uma vez que o proletariado não representaria, na atualidade, uma camada social numericamente majoritária, de modo que as transformações das relações sociais deveriam ser pensadas com base numa “pluralidade de sujeitos sociais igualmente importantes”, não mais a partir das classes sociais (EVANGELISTA, 2002, p. 19).

Para o pensamento pós-moderno, a capacidade revolucionária do proletariado – herdeiro das tradições libertárias iluministas – e sua “missão histórica” de fazer a revolução social não se efetivaram no século XX. O fracasso do chamado “socialismo real” seria a prova de que o caminho apontado pela teoria marxista também teria fracassado. As lutas políticas que movimentaram a Europa na década de 60, particularmente os acontecimentos de maio de 1968, teriam despontado uma “nova esquerda”, cujas pautas reivindicativas deslocavam para o segundo plano o “velho movimento operário nas lutas por transformações sociais”. A teoria marxista estaria ultrapassada, pois seria incapaz de captar as nuances, as singularidades e particularidades desses fenômenos contemporâneos e desses novos sujeitos coletivos. A constituição de uma análise totalizante das estruturas sociais encampada pelo marxismo configuraria uma compreensão “racionalista” e “determinista” sobre o processo histórico-

---

designo por pós-modernismo inquietante ou de oposição. A segunda versão da transição é a dos que pensam que o que está em crise final é precisamente a idéia [*sic*] moderna de que há promessas, objetivos trans-históricos a cumprir e, ainda mais, a ideia de que o capitalismo pode ser um obstáculo à realização de algo que o transcende. As sociedades não têm de cumprir nada que esteja para além delas, e as práticas sociais que as compõem não tem, por natureza, alternativa nem podem ser avaliadas pelo que não são. Esta versão da transição paradigmática é o que designo por pós-modernismo reconfortante ou de celebração” (SANTOS, 1995, p. 35 *apud* GONÇALVES, 2011, p. 15).

social. Haveria, pois, um descompasso entre a teoria marxista e a realidade social efetiva (EVANGELISTA, 2002).

Em contraposição tanto ao marxismo quanto às demais teorias surgidas na modernidade, o pós-modernismo alvora ser capaz de indicar para a esquerda um caminho mais adequado à realidade contemporânea. Contudo, observamos, suas proposições estão muito mais alinhadas com a conformação à ordem burguesa do que com sua ruptura e superação. Pois, como questiona Wood (2011, p.14), o que seria mais funcional à lógica do capital, do que uma tendência teórica que nega a possibilidade de buscar conhecimentos totalizadores? Existiria fuga melhor da confrontação com o capitalismo do que “a convicção de que seu poder, ainda que difuso, não tem origem sistêmica, não tem lógica unificadora, nem raízes sociais identificáveis?”.

A negação da razão, do sujeito, da verdade, da totalidade e a exaltação da ideia de um mundo fragmentado reforça, no campo político, justamente uma tendência à “radicalização descentrada e intelectualizada do pluralismo liberal” (WOOD, 2011, p.14). É nesta perspectiva que Netto (2010, p. 17-18) afirma que,

Do ponto de vista dos seus fundamentos teórico-epistemológicos [...], o movimento (pós-moderno) é funcional à lógica cultural do tardo-capitalismo: é-o tanto ao caucionar acriticamente as expressões imediatas da ordem burguesa contemporânea quanto ao romper com os vetores críticos da Modernidade (cuja racionalidade os pós-modernos reduzem, abstrata e arbitrariamente, à dimensão instrumental, abrindo a via aos mais diversos irracionalismos).

A posição política imprecisa dessa corrente teórica acaba por diluir a distinção entre esquerda e direita, sendo funcional à manutenção do capital. Se no campo liberal a proclamação do triunfo do capitalismo ocorre de forma deliberada, no campo pós-moderno ela trasveste-se pela afirmação de que a luta contra o capital deva ocorrer pelas margens, ou seja, tal qual o liberalismo, não toca a contradição central do sistema: o antagonismo entre capital e trabalho.

A crítica pós-moderna ao capitalismo limita-se a seus efeitos fenomênicos (individualismo, consumismo, etc.) enquanto suas causas (contradição capital/trabalho) tendem a ser desprezadas. Isto porque, no impulso de compreender as transformações que assolam a sociedade contemporânea, os ideólogos pós-modernos tendem a identificar nas mudanças ocorridas nos dois polos da contradição (capital e trabalho) as provas cabais do colapso da era moderna, uma vez que é sobre ela que se assenta tal contradição. Ora, o fato de haver uma “redução numérica dos trabalhadores fabris do tipo fordista”, conforme assinala Dias (2002, p.136), “não implica o desaparecimento do trabalho nem como prática nem como categoria

central para a compreensão da sociabilidade capitalista, não suspende os efeitos da Teoria do Valor (da condensação de exploração/ opressão), nem muito menos elimina os efeitos fetichistas da ordem mercantil”. Ou seja, as mudanças que vêm ocorrendo tanto no polo do trabalho quanto no do capital, não alteraram de forma radical a essência do sistema capitalista, que segue assentada sobre duas grandes classes: a classe que detém os meios e os recursos sociais de produção e a classe que precisa vender a força de trabalho como mercadoria.

Ao decretar a inviabilidade histórica do comunismo e o suposto anacronismo da teoria marxista, o pensamento pós-moderno enterra também a aspiração emancipadora, o caminho da verdade objetiva, a busca da totalidade e da compreensão da realidade histórica. O lastro do desenvolvimento do pensamento pós-moderno, que tem como premissa o fim da era moderna, se ampara no grave equívoco de confundir uma determinada forma histórica com o seu conteúdo:

Ao fundir as relações sociais do capitalismo com o progresso intelectual e tecnológico da “modernidade”, os resultados do primeiro podem ser atribuídos ao segundo. Os problemas específicos criados pelas relações sociais capitalistas perdem seu caráter histórico. [...] Dessa maneira, os aspectos positivos da sociedade “moderna” – sua invocação da razão, seus progressos tecnológicos, seu compromisso ideológico com a igualdade e o universalismo – são denegridos, enquanto seus aspectos negativos – a incapacidade do capitalismo de superar as divergências sociais, a propensão para tratar grandes segmentos da humanidade como “inferiores” ou “subumanos”, o contraste entre progresso tecnológico e torpeza moral, as tendências para barbárie – são consideradas como inevitáveis ou naturais. (WOOD, FOSTER, *et al.*, p.142, 1999).

Essa postura de tomar os efeitos deletérios do capitalismo como decorrentes das aspirações modernas, somada à ausência de um sujeito historicamente identificável que seja capaz de promover a emancipação, assume, enfatizamos novamente, um caráter extremamente funcional à manutenção da ordem burguesa. As apreensões teóricas das teorias pós-modernas tendem a um falseamento da realidade por romper com a dimensão da totalidade da vida social assentando-se num relativismo extremado. Wood (2011, p. 224-225) argumenta que

[...] a substituição do socialismo por um sistema indeterminado de democracia, ou a diluição das relações sociais diversificadas e diferentes em categorias gerais como “identidade” ou “diferença”, ou conceitos frouxos de “sociedade civil”, **representa a rendição ao capitalismo e a todas as suas mistificações ideológicas.** [...] não devemos confundir respeito pela pluralidade da experiência humana e das lutas sociais com a dissolução completa da causalidade histórica, em que nada existe além de diversidade, diferença e contingência, nenhuma estrutura unificadora, nenhuma lógica de processo, em que não existe o capitalismo e, portanto, nem a sua negação, nenhum projeto de emancipação humana<sup>30</sup>. [Grifos nossos].

---

<sup>30</sup> Wood (2011) trata de dois conceitos que são caros ao pensamento pós-moderno: “sociedade civil” e “identidade”. Ambos são essencialmente úteis para essa corrente ideológica e, devido à particular importância para nossa análise, serão retomados mais adiante no capítulo dedicado ao exame do material empírico.

O alarde em torno do que seria o fim da era moderna é, a nosso modo de ver, uma face da mistificação ideológica do capital, ou seja, o pós-modernismo não inaugura uma nova era, uma nova sociedade (pós-industrial, pós-classista, descentrada, indeterminada, etc.), mas sim constitui as próprias expressões da modernidade na atual fase de acumulação e expansão do capitalismo. Dito de outro modo, partimos da premissa que a dita sociedade pós-moderna não existe, uma vez que a humanidade segue vivendo sob a ordem capitalista e, portanto, sob a era moderna. O que existe é o chamado pós-modernismo enquanto expressão ideocultural da atual fase do capitalismo, ou seja, enquanto uma expressão contemporânea da decadência ideológica burguesa.

Por fim, o determinismo expresso na formulação do “não há alternativa” ao capitalismo, no qual se assenta o pensamento liberal, que tem sido alardeado de forma explícita nas últimas décadas, enraíza-se no mesmo solo onde “brota o amplo espectro quase esquizofrênico dos pós-modernismos, uma vez que esses se apresentam como o seu aspecto complementar, como o ‘tudo é possível’” (FONTES, 2009, p. 213). Numa chave interpretativa equivalente, Iasi (2017, p. 38) afirma que a armadilha ideológica da sociedade pós-industrial, propalada pelo pensamento pós-moderno:

[...] opera apagando as pistas que seriam necessárias para compreender o mundo contemporâneo, ao mesmo tempo em que o suposto fim do trabalho e das classes sociais apaga a necessária reflexão sobre a constituição de um sujeito histórico capaz de mudar esta sociedade e apontar para uma alternativa histórica. Da mesma forma, o mito da economia de mercado e do Estado liberal democrático obscurece os caminhos necessários de uma ruptura política que materialize essa mudança societária urgente e necessária.

Reafirma-se a complementaridade dos ideários, liberal e pós-moderno, na medida em que, como já identificado por Fontes (2009), o “não há alternativa” e o “tudo é possível” operam a cristalização da lógica do capital, pois – cada uma a sua maneira – obstaculizam a transformação das relações sociais vigentes na medida em que negam a possibilidade de superação do sistema, de um lado, por naturalizá-lo, e, do outro, por negar a possibilidade de um projeto coletivo que se coloque como alternativa para a totalidade da classe trabalhadora. Ambos, ao fim e ao cabo, decretam a inevitabilidade do capitalismo.

### 2.3 O IDEÁRIO PÓS-MODERNO NO CONTEXTO BRASILEIRO

Embora não seja nosso objetivo pormenorizar como a ideologia pós-moderna alastra-se nas ciências humanas e sociais brasileiras, importa-nos fazer algumas considerações, ainda que diminutas, a fim de localizar alguns pontos que consideramos importantes para o debate na medida em que nos ajudam a cercar a problemática proposta nesta dissertação.

Vasconcellos (2014), em sua obra subintitulada *O enguiço das ciências sociais*, traz uma importante contribuição para compreendermos o alastramento das ideias pós-modernas nas ciências sociais brasileiras, expressas na tendência de se desvincular a política da estrutura de classe social consonantes com estas apreensões teóricas refratárias à compreensão da totalidade da vida social. Nas palavras do autor,

A ideologia antimarxista do pós-modernismo na cultura e na política do Brasil das últimas décadas pode ser observada nas ciências sociais refratárias à teoria do desenvolvimento do subdesenvolvimento. [...] Menos do que negar a concepção linear de progresso atribuída ao iluminismo pelos autores pós-modernos, o que vingou aqui foi a resignação diante do poder multinacional. O adaptacionismo cultural e político foi acompanhado pelo desprezo da história e pela recusa da totalidade nas ciências sociais. (VASCONCELLOS, 2014, p. 227).

Ao retomar a análise do cientista social André Gunder Frank, Vasconcellos (2014) trata da forma como as ciências sociais brasileiras tenderam a difundir um raciocínio colonizado, desenvolvimentista e dualista, através da crença na superação do subdesenvolvimento<sup>31</sup>. As ciências sociais, demarca o autor, “adocicam a ação do imperialismo”, ao assumirem um discurso conformista e filantrópico de redução da pobreza, de ajuda aos pobres, e uma defesa de reformas políticas superficiais.

O que prevaleceu de maneira absoluta nas ciências sociais, segundo o autor, “foi a escolástica liberal burguesa de que, instalado o Estado Democrático, todos os problemas do subdesenvolvimento, mais cedo ou mais tarde, estariam superados e resolvidos” (VASCONCELLOS, 2014, p. 230). Ocorre o desaparecimento do enfoque totalizador do sistema capitalista com exploradores e explorados, e a consequente resignação das ciências sociais diante do poder imperialista, pois “vão se tornando, depois da ofensiva pós-moderna, neoliberal e antimarxista dos doutores em democracia (classes sociais há, mas não luta de classes), cúmplices do capitalismo imperialista, aceitando como verdade a noção de progresso do poder multinacional” (VASCONCELLOS, 2014, p. 33). Vejamos sua análise:

---

<sup>31</sup> Sobre a noção de subdesenvolvimento, Vasconcellos (2014, p.39) afirma que Gunder Frank já assinalava em 1966 que o chamado “Terceiro mundo não é subdesenvolvido porque é pré-capitalista ou pré-moderno, mas por estar integrado no capitalismo mais avançado como sua parte periférica, assim seria ilusão acreditar que iríamos superar o subdesenvolvimento eliminando o pré-moderno ou o pré-capitalismo”, quando, na verdade, o desenvolvimento do imperialismo justamente perpetua o subdesenvolvimento na periferia do capital.

Com o PT no poder a esquerda de um modo geral se apaziguou com o fim da ditadura e reconheceu a santa autoridade do capital. A ênfase foi colocada exclusivamente na estabilidade da democracia multinacional, e não na luta de classe. **O imperialismo sumiu das ciências sociais e em seu lugar entrou a pós-modernidade cultural.** [...]. O Estado foi visto como o aparato que corporificava a repressão, e não a sociedade civil que seria dotada de vocação democrática. [...]. **As ciências sociais consagraram o pluralismo metodológico liberal** em oposição ao monismo da abordagem marxista centrada na classe social e na economia. [...]. Os sociólogos da democracia multinacional ocultaram o socialismo como alternativa ao capitalismo. (VASCONCELLOS, 2014, p.65). [Grifos nossos].

Endossando o debate sobre a revisão do marxismo nas ciências sociais brasileiras, Lovatto (2016) indica que as análises que apontam a suposta “crise de paradigmas” e anunciam o surgimento de uma “nova esquerda” ganham fôlego no âmbito brasileiro na década de 1980. Dentre as manifestações teóricas que seguiam a tendência de contestação das teorias prévias, em alinhamento (ainda que tardio) com as contestações de Maio de 1968 e suas questões reivindicatórias, a autora examina o movimento brasileiro chamado de “corrente autonomista”<sup>32</sup>, difundido nos anos 1980. Os pensadores vinculados a essa corrente teórica, ao analisarem a realidade brasileira, apontavam o surgimento de novos movimentos sociais que deslocavam a centralidade do papel da classe operária em função da emergência de novos atores sociais. Esse pensamento propunha uma revisão do marxismo diante dessas “novas manifestações sociais” que necessitariam de “novo modelo analítico para serem interpretadas” (LOVATTO, 2016)<sup>33</sup>.

Não cabe aqui fazer um balanço das correntes e novos movimentos políticos e sociais brasileiros ligados ao campo da esquerda que, a partir da penúltima década do século XX, assumiram uma perspectiva de contestação dos velhos paradigmas teóricos e de negação da centralidade da categoria de classe social para compreender as transformações vividas pela sociedade moderna. O que queremos demarcar é que é a partir desse período, com maior expressividade após a queda do “socialismo real”<sup>34</sup>, em 1989, que se agudizam no campo

<sup>32</sup> Lovatto (2016) aponta que a corrente autonomista buscou influir teórica e politicamente o movimento operário pós anos 1980, com destaque para a atuação do Partido dos Trabalhadores fundado no início daquela década. Contudo, essa influência não se efetivou. De modo sintético, a despeito da boa intenção dos militantes autonomistas, a autora assinala que “a ausência de uma real possibilidade de ir além do capital” limitava a eficácia social pretendida pelos seus participantes.

<sup>33</sup> A autora explica que dois fatos reportariam ao surgimento desses “novos atores sociais”, o primeiro refere-se a um “ressurgimento do movimento operário e sindical”, verificado nas greves do ABC paulista que trazia para a cena política uma “nova classe operária”, formada distante das “influências do sindicalismo comunista e/ou trabalhista do pré-1968”. Outro fato estaria relacionado à anistia internacional de 1979, que trouxe de volta ao país diversos intelectuais e políticos exilados pela ditadura. Diante desses fatos, algumas correntes se apresentaram como vanguarda desses novos sujeitos, como no caso da corrente autonomista (embora os autonomistas negassem um papel de vanguarda e se opusessem à presença de intelectuais na direção da classe operária). (LOVATTO, 2016).

<sup>34</sup> Cabe demarcar que a queda do “socialismo real” diz respeito à crise de um determinado tipo de socialismo experienciado na União Soviética, portanto, de forma alguma interdita a possibilidade de outros tipos de

teórico, político e social a tendência de abandono da perspectiva socialista e da ampliação da busca por explicações e resoluções dos problemas sociais através da contestação de relações de dominação imediatas e cotidianas, coadunando com aquilo que vinha sendo discutido nos países centrais, desde finais dos anos 1960. Os anos 1990 foram palco do alargamento dos pressupostos pós-modernos no quadro brasileiro, com destaque para o projeto político da maior fração da esquerda nacional organizada em torno do Partido dos Trabalhadores (PT). Retomaremos esta questão sobre o PT mais à frente, quando discutiremos a consonância da ideologia pós-moderna à Estratégia Democrática Popular alavancada pelo PT.

Por ora, destacamos que, de modo geral, a contestação do pensamento marxista e da própria possibilidade de conhecimento objetivo da realidade, tendendo-se para a valorização de um relativismo epistemológico, tem gerado grandes implicações para o campo das ciências humanas e sociais. Ao tratar da influência dos pressupostos pós-modernos no campo da educação, Moraes (2009, p. 585) aponta como o “atual contexto de ceticismo epistemológico e de relativismo ontológico compromete a capacidade de as ciências superarem suas próprias antinomias, tanto no plano explanatório como no do enfrentamento prático de seus problemas”.

A autora situa que as mudanças sociais e econômicas ocorridas, sobretudo a partir do final da década de 1960, tiveram amplos efeitos sobre as várias práticas sociais e, de modo particular, sobre a educação. As práticas e referências educacionais até então vigentes precisaram ser revistas diante da demanda por uma nova pedagogia voltada para o desenvolvimento de certas “competências”. Nesse debate vão ganhando espaço os preceitos pós-modernos de exaltação do efêmero, do contingente e da prática imediata. Sobre os preceitos da agenda pós-moderna, Moraes (2009) reconhece três princípios básicos que permanecem presentes nas pesquisas da área da educação nos dias de hoje, ainda que, segundo ela, sob múltiplas roupagens:

- 1) o princípio da naturalização do capital, que significa o entendimento de que as estruturas sociais existentes são efetivamente imutáveis; 2) o princípio do atomismo social, que caracteriza a sociedade como um objeto constituído por uma simples agregação de indivíduos, e 3) o princípio da afirmação abstrata de valores emancipatórios, que se refere à descrição dos valores como entidades absolutamente subjetivas, descoladas da práxis social (Medeiros, 2004, f. 31). Os três princípios associam-se aqui à ideia de desintegração do espaço público, do fetichismo da diversidade, da compreensão de que o poder e a opressão estão pulverizados em todo e qualquer lugar. (MORAES, 2009, p. 590).

A produção do conhecimento, como mencionado, é tomada por uma tendência de negar a possibilidade de apreensão da verdade, de tal forma que espraia pelo campo da educação uma lógica de supervalorização do conhecimento adquirido através da experiência e das relações cotidianas como “limite da inteligibilidade”, supervalorizando-se as subjetividades do trabalho docente, as práticas escolares, as narrativas do cotidiano (MORAES, 2009). Trazendo a discussão sobre a articulação da ideologia da pós-modernidade com a Reforma da Educação Básica e a Reforma do Estado brasileiro, implementada a partir de 1995, Zanardini (2007) aponta que

[...] no contexto do que estamos chamando de ideologia da pós-modernidade, que é aqui entendida como uma expressão do padrão atual de acumulação do capital, que engendra, entre outros “mecanismos”, as noções de neoliberalismo e de globalização. A ideologia da pós-modernidade constituiria, neste sentido, uma produção do capital, em meio à negação da razão moderna, à exacerbação da subjetividade e à crítica a qualquer proposição de análise metodológica rigorosa, e, mesmo afirmando o contrário, proporia um conjunto de orientações “teórico-metodológicas” que acabam celebrando o mercado e a sua efemeridade. Essas concepções desembocam na reforma do Estado e da educação, a fim de assegurar o seu caráter instrumental, técnico e ideológico na manutenção da reprodução do capital. (ZANARDINI, 2007, p. 248-249).

O avanço do pensamento pós-moderno e o deslocamento de setores da esquerda do campo revolucionário para endossar um projeto político orientado para a “coesão social” e conformado à ordem burguesa, tem reverberado, no âmbito acadêmico, uma forte tendência de adesão à ideologia pós-moderna de compreensão da realidade social como um espaço de demandas pulverizadas, deslocada da perspectiva de totalidade.

Na direção daquilo que vimos sinalizando ao longo deste capítulo, é preciso demarcar que a forma de pensar, sentir e agir, engendrada pela ideologia pós-moderna, surge no solo histórico do capitalismo contemporâneo, caracterizado pela nova escala de expansão e acumulação capitalista gerada na fase de reestruturação produtiva, pós década de 1970. As características do capitalismo para garantir a continuidade de sua expansão são questões fundamentais para compreender as determinações políticas, econômicas e sociais que alavancam a perspectiva pós-moderna, por isso nos deteremos a seguir sobre alguns condicionantes da crise e do processo de reestruturação do capital.

## 2.4 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A FOCALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

As transformações no modo de organização social, ocorridas sob a ordem do capital, levaram a uma “divisão social que operou a subordinação estrutural do trabalho ao capital” (ANTUNES, 1999, p. 19), gerando o sistema de metabolismo social do capital. Este sistema de metabolismo social, segundo Antunes (1999, p. 20-21) teria introduzido “elementos fetichizadores e alienantes de controle social metabólico”, promovendo a “subordinação das necessidades humanas à reprodução do valor de troca (...) e a divisão hierárquica do trabalho”.

O capital assume uma lógica onde o “valor de uso” das coisas, entendido como produção voltada genuinamente para atender as necessidades humanas, foi totalmente subordinado ao “valor de troca”, entendido enquanto produção voltada para atender suas necessidades de auto-reprodução.

[...] uma vez realizada a separação forçada do trabalhador de seus meios de produção (e autorreprodução), foi aberto o caminho para um desenvolvimento incomparavelmente mais dinâmico. Dessa forma os objetivos da produção não mais estão diretamente atados (e subordinados) às limitações do consumo dado, mas podem antecipar-se significativamente a ele, estimulando, na forma de sua nova reciprocidade, tanto a produção como a “demanda conduzida pela oferta”. (MÉSZÁROS, 2010, p. 660).

Os imperativos da lucratividade levam ao que Marx (*apud* MÉSZÁROS, 2010) chamou de “lei tendencial da taxa decrescente do valor-de-uso das mercadorias”, ou seja, a redução do tempo de ‘vida útil’ das mercadorias para manter o processo de produção em constante crescimento. A continuidade, vigência e expansão desse sistema de metabolismo social, segundo Mézáros (2010), não pode mais ocorrer sem revelar uma crescente tendência de crise estrutural, fruto de um acúmulo de contradições sociais que ativa os limites mais destrutivos do sistema.

De modo geral, as crises são o modo natural de existência do capital, contudo, Mézáros (2010) argumenta que a crise atual – que tem como marco inicial a primeira grande recessão do pós-guerra, no final da década de 1960 e início da década de 1970 – evidencia características de crise estrutural principalmente pelo seu caráter universal, pelo alcance global, por sua “escala de tempo” extensa e contínua e pelo “modo” de se desdobrar, que o autor chamou de “rastejante”. Tal crise não se restringe à esfera socioeconômica, afeta também toda a sociedade de um modo nunca antes experimentado. Diferente das crises cíclicas anteriores, que atingem apenas algumas partes do complexo social, a atual crise atinge a totalidade do sistema do capital em suas dimensões internas (produção, consumo e circulação/distribuição/realização), rompendo com o processo de crescimento e evidenciando suas contradições. Uma das tentativas de deslocar suas principais contradições é a consolidação, no pós-guerra, do chamado

“complexo militar-industrial”, cujo peso assumido no sistema do capital (enquanto uma poderosa alavanca para a expansão capitalista) também caracterizaria uma evidência do “esgotamento dos potenciais civilizatórios” do sistema.

As quase três décadas que antecedem o início dessa crise (chamadas de “três décadas gloriosas”, por alguns economistas) representaram um período de intensa expansão e acumulação capitalista que permitiram, principalmente nos países centrais, a ampliação de direitos para os trabalhadores, amparando-se nas teorias keynesianas de ampliação e intervenção do Estado na economia. Contrapondo-se às ideias mais ortodoxas do liberalismo, Keynes propunha a intervenção do Estado baseada em dois pilares: o pleno emprego e a garantia de maior igualdade social; que poderiam ser alcançados através da geração de empregos via produção de serviços públicos e instituição de serviços.

Agregou-se ao keynesianismo o chamado “pacto” fordista que, para além de uma mudança técnica, foi também uma forma de regulação das relações sociais, implicando no controle sobre o modo de vida e de consumo dos trabalhadores. A associação entre keynesianismo e fordismo constituiu “os pilares do processo de acumulação acelerada de capital no pós-1945, com forte expansão da demanda efetiva, altas taxas de lucros, elevação do padrão de vida das massas no capitalismo central, e um alto grau de internacionalização do capital” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 88). Contudo, no final da década de 1960, essa fase expansionista começou a dar sinais de exaustão, caracterizada principalmente pela queda da taxa de lucro, pelo esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista e pela crise do Estado de bem-estar social. A crise, que se iniciou a partir da década de 1970, evidenciou os limites do intervencionismo keynesiano, colocando xeque a crença em sua capacidade de controlar as crises do capital.

Para responder às demandas surgidas durante esse quadro crítico, teve início um processo de reorganização do capital, inaugurando uma nova fase de acumulação, marcada pela financeirização no campo econômico e pelo neoliberalismo no campo ideológico. Na tentativa de reestabelecer a taxa de lucro e sair da crise, o capital necessita dilatar-se em novas escalas de acumulação (FONTES, 2010), e o faz através da expansão e aprofundando da especulação financeira, bem como ampliando sua ofensiva contra a classe trabalhadora e contra as condições que vigoraram durante o apogeu do fordismo (ANTUNES, 1999). Esta fase contemporânea marcada pela centralidade e dominação do capital financeiro corresponde à atual etapa do imperialismo, denominado por Fontes (2010) de capital-imperialismo, caracterizada pela

concentração de capitais e pela expansão das relações sociais capitalistas sob nova escala a partir da segunda metade do século XX<sup>35</sup>.

Importante assinalar que o predomínio do capital financeiro não altera a base de acumulação, a qual depende indispensavelmente da extração de mais-valor, que se realiza através da exploração do trabalho durante o processo produtivo<sup>36</sup>. A exploração do trabalho “é a própria forma social concreta da existência do capital; nela reside a relação social que sustenta todo o imenso edifício da concentração capitalista” (FONTES, 2010, p. 21). Portanto, o trabalho é pré-condição para existência do próprio capital; esta constatação irrefutável contradiz o mito, cada vez mais difundido em nossos dias, de que o trabalho poderia ser “eliminável da vida social”. Contudo, o trabalho, convertido em “emprego”, apresenta-se cada vez mais sob formas precarizadas, flexibilizadas e temporárias. Avança as relações de trabalho desprovidas de quaisquer direitos, naquilo que Fontes chamou a tragédia dos “trabalhadores sem emprego, mas em atividade”, ou seja, de trabalhadores convertidos em prestadores de serviço sem relação empregatícia e sem nenhuma garantia.

Procurando delinear uma tendência do desenvolvimento social, Mézáros aponta que um dos indicadores do aprofundamento da crise do capitalismo corresponde justamente ao novo padrão de desemprego emergente que atinge não somente os trabalhadores não qualificados, como também uma grande parcela de trabalhadores altamente qualificados, ou seja, se estende à totalidade da força de trabalho da sociedade. Isto indica que “não estamos mais diante dos subprodutos ‘normais’ e voluntariamente aceitos do ‘crescimento e do desenvolvimento’, mas de seu movimento em direção a um colapso” (MÉZÁROS, 1993, p. 61).

[...] os limites absolutos do sistema do capital são ativados sempre que antagonismos cada vez mais sérios dos intercâmbios globais materiais e políticos exigem soluções verdadeiramente positivas, mas o modo profundamente arraigado de controle sociometabólico do capital é estruturalmente incapaz de oferecê-las. Ele tem de seguir

<sup>35</sup> Fontes (2010) explica que os traços fundamentais do imperialismo, tal como formulado por Lênin, se dilatam e se aprofundam após a Segunda Guerra Mundial (FONTES, 2010). Para melhor apreensão do significado de imperialismo na formulação de Lênin, ele assim o define: “Se tivéssemos de definir o imperialismo da forma mais breve possível, diríamos que ele é a fase monopolista do capitalismo. Esta definição englobaria o essencial, porque, por um lado o capital financeiro é o resultado da fusão do capital de alguns grandes bancos monopolistas com o capital de grupos monopolistas de industriais; e, por outro lado, porque a partilha do mundo é a transição da política colonial que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por qualquer potência capitalista, para a política colonial da posse monopolizada de territórios de um globo inteiramente partilhado” (LÊNIN, 1987, p.87/88).

<sup>36</sup> Embora seja comum a mistificação do processo de reprodução do capital que porta juros (como se ele fosse capaz de se auto reproduzir independente do processo produtivo e da exploração da força de trabalho) o que ocorre é justamente o contrário: é a crescente eficácia de extração de mais-valor por parte do capital funcionante (capital extrator de mais-valor) que garante tanto sua própria remuneração quanto a remuneração do capital portador de juros. Dessa forma, o capital portador de juros impulsiona a extração de mais-valor, expandindo o capital funcionante. Ambos, portanto, aprofundam a exploração do trabalho e expropriações de toda ordem (FONTES, 2010).

em frente às cegas, em sua própria “linha de menor resistência”. (MÉSZÁROS, 2002, p. 245).

As respostas dadas pelo capital, aos graves problemas decorrentes da sua forma de reprodução ampliada, têm sido a adoção de medidas emergenciais dentro da lógica da “linha de menor resistência”. Essa categoria analítica desenvolvida por Mézáros nos auxilia na compreensão da forma pela qual a classe burguesa opera, historicamente, de forma autodefensiva para manter sob controle o metabolismo social do capital.

Em outras palavras, se encontrar um *equivalente funcional* capitalisticamente mais viável ou fácil a uma linha de ação que suas próprias determinações materiais de outro modo predicariam (“de outro modo” significando a expansão da produção correspondendo ao desenvolvimento da “rica necessidade humana”, como descrita por Marx), o capital deve optar por aquela que esteja mais obviamente de acordo com sua configuração estrutural global, mantendo o controle que já exerce, em vez de perseguir alguma estratégia alternativa que necessitaria o abandono de práticas bem estabelecidas. (MÉSZÁROS, 2002, p. 680).

Para Netto (2010, p. 19), o capitalismo contemporâneo ou, como o autor denomina, “tardo-capitalismo”<sup>37</sup>, tem apresentado “[...] respostas predominantemente regressivas, operando na direção de um novo barbarismo”. Essas respostas, entretanto, segundo o autor, afetam a “viabilidade da reprodução do próprio tardo-capitalismo e trazem à superfície ‘a ativação dos limites absolutos do capital’”. Esse esgotamento das possibilidades civilizatórias tem levado a uma intensa repressão estatal articulada com uma dimensão assistencialista do Estado mediante políticas sociais dirigidas ao enfrentamento das chamadas “questões sociais” (NETTO, 2010).

Em uma recuperação histórica do termo “questão social”, Netto (2010) explica que essa expressão parece ter sido utilizada inicialmente por pensadores dos mais variados campos ideológicos e políticos para explicar a situação de pauperização da classe trabalhadora, resultante da primeira “onda industrializante” que teve início na Inglaterra nas últimas décadas do século XVIII. Naquele momento, no qual se instaurava o estágio industrial-concorrencial capitalista, a dinâmica da pobreza assumia uma característica indubitavelmente nova, pois, “pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (NETTO, 2010, p.203). A partir da segunda metade do século XIX, a expressão “questão social” passa a ser amplamente utilizada pelo pensamento conservador, sendo naturalizada e perdendo sua estrutura histórica determinada. O divisor de águas aqui também, conforme sinaliza o autor, são as lutas proletárias de 1848, marcando o

---

<sup>37</sup> José Paulo Netto utiliza o termo tardo-capitalismo para denominar o capitalismo contemporâneo, resultado das transformações societárias ocorrentes desde os anos 1970 e posto no quadro da sua crise estrutural.

encerramento do ciclo progressista das ações e do pensamento burguês, que converte suas práticas e ideias ao objetivo primeiro de manutenção da ordem capitalista. A partir desse momento, as manifestações da “questão social”, como o desemprego, as doenças, a fome e a desproteção na velhice, precisam ser naturalizadas pelo pensamento burguês conservador e justificadas enquanto “características elimináveis de toda e qualquer ordem social”.

Desse modo, como aponta Montañó, o “social” passa a ser compreendido como

[...] algo natural, ahistórico, desarticulado dos fundamentos econômicos e políticos da sociedade, portanto, dos interesses e conflitos sociais. Assim, se o problema social (a “questão social”) não tem fundamento estrutural, sua solução também não passaria pela transformação do sistema. (MONTAÑO, 2012, p. 271).

Ou seja, trata-se de combater as manifestações da “questão social” sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa. Dessa forma, no atual contexto de crise do capital, a “questão social” e suas expressões – compreendidas como um problema individual e não como resultado das condições estruturais da sociedade – são “combatidas” por intermédio de políticas compensatórias que nada alteram as fontes e fundamentos da desigualdade social (MONTAÑO, 2012). É certo que tratar a “questão social” de forma fragmentada e parcializada é a única forma que, de fato, se efetiva sob a intervenção estatal no âmbito do capitalismo, haja vista que abordá-la sob outros marcos, ou seja, “como problemática configuradora de uma totalidade processual específica é remetê-la concretamente à relação capital/trabalho – o que significa, liminarmente, colocar em xeque a ordem burguesa” (NETTO, 1996, p.28).

É certo também que a depender do quadro histórico, as intervenções estatais, no que diz respeito ao trato da questão social, se alteram e podem assumir formas que se proponham mais abrangentes e universalistas ou mais precarizadas. Como vimos demarcando, a mudança no padrão de acumulação capitalista produziu efeitos sobre a própria constituição da classe trabalhadora e de funcionamento do Estado. Desse modo, sob a égide neoliberal, a lógica de proteção social dá lugar às políticas sociais de caráter mais fragmentado e focalizado, dirigidas a grupos “carentes”, respondendo à exigência de contenção de gastos públicos e de criação de estratégias que reduzam até mesmo as condições mais elementares de sobrevivência. O princípio da universalidade, que continha a ideia de disponibilização de bens e serviços públicos a todos os cidadãos de forma indiscriminada, é substituído pela ideia de “seletividade” e, posteriormente, pela “focalização da pobreza” (PEREIRA; STEN, 2010).

Em relação à experiência da América Latina, Pereira e Sten (2010) explicam que, a partir da segunda metade dos anos de 1980, ocorreu a migração dos programas e políticas sociais de cunho universalista para o paradigma da focalização e do combate à pobreza, caracterizado pela

descentralização e pelo atendimento da “população extremamente pobre para atenção às necessidades mínimas de educação, saúde, nutrição e renda” (2010, p. 118). Sob a defesa de alocação eficiente dos recursos e dos gastos sociais, tais políticas se pautam em critérios de seleção de grupos com características específicas, cujos instrumentos para a seleção de beneficiários refletem a adoção de um paradigma centrado na perspectiva pró-pobre.

Outra questão fundamental que vem à baila no cenário latino-americano nesse contexto é o que Simionatto (2010) chamou de “ressurgimento” da sociedade civil, que se converte em um grande *slogan* político, “tornando-se terreno fértil para a afirmação dos ‘novos movimentos sociais’ e suas pautas de luta” (2010, p. 153). Sob a denominação homogênea de “sociedade civil organizada”, essa instância passa a ser vista como autônoma em relação ao mercado e ao Estado, nela se representariam os interesses populares e se aglutinariam esforços para o “bem comum” (NEVES, 2005).

Configurando-se em arena para a ofensiva neoliberal, a sociedade civil começa a assumir várias funções do Estado no tocante ao enfrentamento da “questão social”, sob forte influência das diretrizes formuladas por organismos internacionais. A ampliação vertiginosa de grupos organizados na sociedade civil, sobretudo por meio de Organizações Não Governamentais (ONGs), que ocorre especialmente após a década 1980, é amplamente incentivada e financiada por organismos internacionais que atuam como formuladores e orientadores de políticas e projetos majoritariamente destinados aos países periféricos. As ONGs, como afirma Neves (2005), são “parceiras do Estado” na implementação das políticas sociais neoliberais, mesmo que não recebam recursos governamentais.

As orientações ditadas por organismos internacionais voltam-se para demandas imediatas e pontuais, pelo financiamento de projetos direcionados para o chamado “desenvolvimento local” (SIMIONATTO, 2010) e têm levado à adoção de estratégias político-econômicas e ideológicas das quais são exemplos os projetos da “economia solidária”, o denominado “terceiro setor”, o “empreendedorismo” e o “projeto de empoderamento”, que se ajustam ao processo de responsabilização dos sujeitos por sua condição.

Essas estratégias voltadas para o alívio à pobreza advogam a necessidade de “ouvir os incapacitados”, pois diante da ineficiência do Estado em garantir políticas sociais, é fundamental que a população pauperizada possa se “empoderar” para conseguir melhorar por conta própria sua situação. Segundo Carvalho (2014), apesar de sedutor, esse discurso do “empoderamento” camufla a existência de um projeto político-econômico alinhado aos interesses do grande capital, cujo conteúdo fundamenta-se nos princípios neoliberais e neodesenvolvimentistas evidenciados nas diretrizes do Banco Mundial. Enquanto um projeto

do Banco Mundial, esse discurso tem se materializado em programas e políticas sociais voltadas para transferência de responsabilidade do Estado para os sujeitos, de moralização do trato à “questão social” e do apassivamento da classe trabalhadora, se constituindo enquanto um dos principais dispositivos para orientar os países periféricos no alívio da pobreza (CARVALHO, 2014)<sup>38</sup>.

O discurso neoliberal, amplamente mobilizado por organismos internacionais, fomenta o trato da “questão social” fundamentado na produção da “equidade”, amparando-se no artifício ideológico da “igualdade de oportunidades”. Não é coincidência que esteja na agenda dos organismos internacionais a orientação para disseminação de ações afirmativas, compreendidas por esses órgãos como facilitadoras de igualdade de oportunidades e de empoderamento, principalmente de grupos empobrecidos ou discriminados. Como veremos a seguir, a experiência brasileira, alinhada às mudanças decorrentes da crise do capital e da reforma do Estado, é marcada pela adoção de uma série de políticas, dentre elas as ações afirmativas, alinhadas ao receituário neoliberal e expressas no discurso de “igualdade de oportunidades”, e na defesa de grupos identitários.

## 2.5 O REPOSICIONAMENTO DE ALGUMAS LUTAS SOCIAIS

O processo de reestruturação do capital, como vimos, levou a uma reconfiguração do papel do Estado no tocante à implementação de políticas sociais, ampliando-se a necessidade de conter as reivindicações coletivas mediante a implementação de políticas focalizadas voltadas à minimização de problemas específicos, dado que a questão central da desigualdade econômica – e todas as questões que derivam dessa desigualdade –, não pode ser resolvida no interior do próprio capitalismo.

Seguindo essa mesma via, os governos brasileiros adotaram medidas similares aos demais países da América Latina. Principalmente após o golpe civil-militar brasileiro, houve um grande impulso à monopolização da economia e à implantação de um sistema financeiro que permaneceu em crescimento nas décadas seguintes, fortalecendo-se das crises econômicas

---

<sup>38</sup> Um exemplo da produção do Banco Mundial na direção da moralização do trato à “questão social” é o documento que propõe uma “Avaliação Participativa da Pobreza no Brasil urbano”, intitulado “VOZES DOS POBRES - Brasil - Relatório Nacional”, elaborado pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco (FADE) para o Banco Mundial, publicado em 2000. Segundo o documento, o “objetivo primário desse projeto mais amplo é permitir que uma gama variada de **pessoas pobres em situações e países distintos possam discutir sobre a experiência da pobreza** e assim informar e contribuir para a definição do conteúdo e conceitos do Relatório do Desenvolvimento Mundial 2000/01” [Grifos Nossos].

que atuaram como facilitadoras dos processos de expropriação de terras, de prejuízo aos direitos trabalhistas e serviços em todos os setores da vida social. Essas mudanças resultantes da reestruturação capitalista concretizaram uma “desproteção social”, que levou a uma grande precarização do trabalho, alicerçadas no tripé “flexibilização”, “desregulamentação” e “privatização” (NETTO, 2010), acompanhadas pela defesa do “Estado mínimo” e o enxugamento das políticas sociais.

A década de 1980, marcada pela redemocratização do país e pela promulgação da nova Constituição Federal, foi palco para a intensificação de lutas coletivas e de algumas conquistas políticas e sociais. Contudo, na década seguinte, houve um processo acelerado de ampliação da hegemonia burguesa e um grande retrocesso das forças conquistadas pelo projeto da classe trabalhadora, marcado pela proliferação das ONGs, cooptação dos movimentos sociais e/ou sua criminalização.

O modelo de desenvolvimento pós-fordista periférico, que se consolidou durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), aumentou as formas de desigualdade e integrou a estrutura econômica brasileira à mundialização do capital e ao neoliberalismo (BRAGA, 2012), gerando desemprego, baixos salários e um forte ataque aos sistemas públicos de seguridade social. Bem como, há uma intensa repressão estatal contra os pobres, desempregados e trabalhadores informais, acompanhada de uma dimensão assistencialista do Estado, inaugurando no Brasil uma política alicerçada na tentativa de conciliação entre mercado e justiça social, que se aprofunda no governo de Lula da Silva (2003-2006; 2007-2010).

Para Neves (2005, p. 95), a vitória de Lula da Silva constituiu-se em uma etapa do projeto de sociabilidade neoliberal, visto que deu continuidade à política econômica monetarista e às reformas estruturais do governo anterior, especialmente aquelas destinadas à desregulamentação das relações de trabalho, e seguiu buscando consolidar a formação do novo homem coletivo indispensável a esse projeto de sociabilidade.

Paralela a essa conformação do mundo do trabalho pós-fordista, está também a reviravolta transformista nas relações entre sindicalismo<sup>39</sup> e o aparelho do Estado que se iniciou nesse período e seguiu principalmente após a eleição do Partido dos Trabalhadores (PT), em 2002. Para Braga (2012), a presença de dirigentes sindicais ocupando posições estratégicas nos fundos de pensão das empresas estatais, aliada ao aumento do imposto sindical e transferência

---

<sup>39</sup> Sobre o processo de conformação sindical ao ideário neoliberal cf. NEVES, Lúcia M. W. A sociedade civil como espaço estratégico de difusão da nova pedagogia da hegemonia. In: *A nova pedagogia da Hegemonia*, SP, Xamã, 2005.p. 85-124.

de considerável valor para essas organizações, além de outras características, levou o sindicalismo brasileiro a ocupar uma condição estratégica no tocante ao investimento capitalista no país. Segundo o autor, os fundos de pensão transformaram-se em peças-chaves para a reprodução do atual modelo de desenvolvimento brasileiro.

Observou-se, assim, um processo de transformação dos direitos historicamente conquistados pela luta dos trabalhadores em “regalias e privilégios”, ao mesmo tempo em que os sindicatos passaram por um intenso processo de “despolitização”, de “cooptação” e de “desmobilização”, deixando de ser um instrumento de resistência, para aproximar-se cada vez mais da lógica empresarial (BRAGA, 2012).

Nesse contexto de muitas desigualdades, de perda de direitos trabalhistas, tornou-se necessário o desenvolvimento de novas estratégias de coesão social. Implementou-se no país uma extensa política público-privada de alívio a situações emergenciais de pobreza, sem configurar direitos universais, bloqueando-se qualquer processo de universalização substantiva e igualitária, consubstanciando um quadro de “fragmentação” das lutas sociais (FONTES, 2010). As políticas sociais brasileiras passam a ser focalizadas em programas emergenciais e seletivos para combater a pobreza e as desigualdades sociais. Amplia-se a defesa da prestação de serviços para uma parcela da sociedade, caracterizada como “excluídos”, que nesse processo são convertidos em “incluídos” e agraciados com a implementação de alguns serviços sociais.

As lutas pela emancipação da classe trabalhadora são substituídas pelas lutas contra diferentes tipos de opressões. Esses discursos encontraram eco em setores da sociedade civil, em movimentos e agrupamentos sociais, que começam a se organizar em defesa de “identidades” ou necessidades particulares. “Essas políticas fazem parte de toda uma ampla estratégia, voltada para a reconversão do capital, que se fortalece a partir do momento em que dispõe de uma sociedade heterogênea e fragmentada, marcada por profundas desigualdades de todo tipo: classe, etnia, gênero, religião etc.” (GLORIA, 2006, p. 55). Sobre essa questão, Fontes (2010) identifica que:

A expansão da sociedade civil no Brasil recente se imbrica com um empresariamento de novo tipo, lastreado em forte concentração capital-imperialista que simultaneamente precisa contar com a adesão das massas populares nacionais (apassivá-las), com vistas à sua expansão (inclusive internacional), e fomentar a extração de sobretrabalho, renovando modalidades tradicionais de exploração. Forja-se uma cultura cívica (ainda que cínica), democrática (que incita à participação e à representação) para educar o consenso e disciplinar as massas de trabalhadores, em boa parte desprovidos de direitos associados ao trabalho, através de categorias como “empoderamento”, “responsabilidade social”, “empresa cidadã”, “sustentabilidade”. (FONTES, 2010, p. 296).

É possível observar esses elementos em alguns movimentos que, com maior expressividade a partir dos anos de 1990, organizados em torno de bandeiras distintas, passam a pautar suas demandas a partir de um discurso mais singular e fragmentado, perdendo-se do horizonte as bandeiras de lutas coletivas e totalizantes; são os chamados “novos movimentos sociais”, que emergem demandando novos direitos (NETTO, 2012). Para Netto,

[...] a dissolução das antigas identidades sociais (classistas), a atomização e a pulverização imediatas da vida social, as novas “sensibilidades” produzidas pelas tecnologias da comunicação – tudo isso [...] erodiu os sistemas constituídos de vinculação e inserção sociais. Não é um acidente, pois, que grupos, categorias e segmentos sociais se empenhem na construção de “novas identidades” culturais, nem que busquem, dramaticamente, estruturar suas “comunidades” (2012, p. 420 e 421).

Todo esse processo tem sido legitimado por um redirecionamento ideológico com base em novas teorias que visam explicar os atuais problemas sociais. “A subjetividade dos trabalhadores precisa ser capturada e reconfigurada a partir de um padrão de individualismo no qual a luta de classes deve ser obscurecida, dando lugar a um estranhamento interclasse” (LEITE, 2011, p. 208).

Para Fontes (2006), o enfraquecimento dos movimentos populares, organizados de modo independente, resultou no apassivamento das lutas sociais e no encapsulamento dessas lutas em reivindicações de cunho imediato, ao passo em que não se ampliou os espaços de debate, participação e politização de um projeto contra-hegemônico nem de organização da classe como sujeito político independente. Logo, as ações afirmativas se enquadram nesse debate e demandam reflexão sobre os limites e contradições que essa política representa.

Não obstante, a reivindicação e implementação de ações afirmativas no ensino superior ganharam maior notoriedade no final dos anos de 1990 e passou a ser implementada de forma acelerada nos governos do Partido dos Trabalhadores, resultado de todo esse processo de políticas compensatórias, de caráter reparatório e/ou preventivas alinhadas ao ideário neoliberal. Por esta razão, propomos a seguir levantar algumas considerações sobre o PT e suas gestões presidenciais, considerando também que essa organização político-partidária representa grande maioria do campo da esquerda brasileira, tendo se alçado à presidência da República com amplo apoio de partidos e movimentos sociais de esquerda.

## 2.6 O GOVERNO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES: CONVERGÊNCIA COM A IDEOLOGIA PÓS-MODERNA E (NEO) LIBERAL?

Retomamos aqui a questão da rejeição do marxismo a fim de adentrar numa questão de fundo que perpassa nosso tema da pesquisa, qual seja, o fato de grande parcela da esquerda brasileira ter abandonado um projeto político socialista e assumido, destacadamente a partir da década de 1990, um alinhamento às ideias liberais e pós-modernas. Essa questão tem reverberado drasticamente nos projetos políticos dessa esquerda e, por conseguinte, nas políticas pensadas para a classe trabalhadora. A formação do Partido dos Trabalhadores e a metamorfose do seu projeto político, conforme veremos a seguir, inscreve-se nos acontecimentos gestados no final do século XX, em nível mundial, referente à crise do marxismo e a mudança teórica e programática da esquerda que vimos apontando neste capítulo.

Importa deixar explícito que não temos a intenção de aprofundar reflexões sobre o Partido dos Trabalhadores e suas gestões presidenciais, uma vez que esse não é o foco da pesquisa e que há uma literatura qualificada que tem se debruçado sobre essas análises (IASI, 2017; COELHO, 2012; MACIAL, 2013; FONTES, 2010). Nosso propósito aqui é levantar algumas características do projeto político que norteou os governos petistas (2003-2006; 2007-2010; 2011-2014; 2015-2016), tendo em vista que esse marco conjuntural é central para nossa investigação, primeiro, por corresponder ao período no qual as ações afirmativas foram implementadas no ensino superior; segundo porque é nesse período que está contido o recorte temporal do campo empírico da pesquisa, ou seja, as produções acadêmicas sobre as políticas afirmativas publicadas de 2012 a 2016 (últimos quatro anos do governo Dilma).

Fazendo uma breve recuperação a respeito da formação do Partido dos Trabalhadores, destaca-se a predominância da Estratégia Democrática e Popular. Tal formação continha uma origem social de classe e um comprometimento com as demandas populares. Contudo, a despeito do compromisso inicial, é possível perceber uma metamorfose nas formulações do partido ao longo de sua história, “que transita, em termos gerais, de uma postura de negação da ordem burguesa ao acomodamento nos limites da ordem” (IASI, 2017, p. 307).

Nessa direção interpretativa, Coelho (2005) também averigua que houve, nos anos 90 do século passado, uma grande reviravolta teórica e programática do bloco majoritário do PT<sup>40</sup>, com um nítido afastamento do princípio político que deu base para a fundação do partido no limiar da década de 1980. Segundo o autor, verificou-se o abandono dos referenciais marxistas e da própria luta pelo socialismo em uma clara imbricação com o movimento denominado “crise

---

<sup>40</sup> O bloco político conhecido atualmente como campo majoritário do Partido dos Trabalhadores é formado, segundo Coelho (2005, p.15), por duas organizações: “a Articulação e o coletivo que, organizado inicialmente como Partido Comunista Revolucionário (PRC), passou a denominar-se Nova Esquerda em 1989 e, após 1992, Democracia Radical (DR)”.

do marxismo”, observado mundialmente. As teses do partido são revistas na década de 90, estabelecendo-se novos eixos de estruturação do seu projeto político, cuja prioridade converte-se na disputa eleitoral. O abandono da crítica radical ao capitalismo, que pressupõe indicar a necessidade histórica de sua superação, converte-se numa contraposição ao neoliberalismo, numa perspectiva de luta pela superação do modelo neoliberal e não mais de superação do capitalismo.

Coelho (2005) identifica nas teses aprovadas nos congressos do partido, ao longo da década de 1990, que a referência ao socialismo e à classe trabalhadora sofre um deslocamento profundo de seus significados. A referência à classe social ainda está presente, mas desvinculou-se por completo da noção de luta de classes, consonante com aquilo que alertava Vasconcellos (2014) sobre a perspectiva hegemônica das ciências sociais, que citamos anteriormente.

Analisando a tese política da corrente majoritária, apresentada no 11º Encontro Nacional do PT, em 1997, Coelho (2005) destaca que a estratégia central apontada pelo partido é a do Projeto Nacional de Desenvolvimento. O “socialismo não figura mais como uma meta, um objetivo superior, e sim como estoque de ‘valores e princípios’ contrapostos não ao capitalismo, mas ao ‘neoliberalismo responsável pela desconstituição nacional e social’” (COELHO, 2005, p. 250). A disputa estratégica, segundo esse autor, passou a ser por “qual capitalismo”, e não mais entre “capitalismo ou socialismo”.

Para Maciel (2013, p.9), a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, “não mais se apresentava com um programa de reformas radicais, como o projeto democrático-popular, mas com um programa neodesenvolvimentista que refletia a influência da dita ‘agenda pós-neoliberal’ na elaboração petista”. Ainda assim, aponta o autor, esse programa neodesenvolvimentista também é abandonado após assumir a presidência da República em 2003, “passando a adotar o programa neoliberal moderado de seu adversário”.

O esvanecimento da perspectiva socialista nas formulações petistas é substituído, como aponta Iasi (2017), por uma concepção de “acúmulo de forças” que seria necessária para se alcançar as condições de execução do programa democrático popular original, no qual se indicava a luta contra os monopólios, o latifúndio e o imperialismo. Na prática, a estratégia petista desaguou no campo do pacto social e na conciliação de classes como condição para manter a governabilidade. O que se evidenciou, portanto, foi a consolidação daquilo que, nos termos de Florestan Fernandes, denominou-se de “democracia de cooptação” (IASI, 2017), verificada na forma pela qual o governo:

[...] organizou o consenso em torno de uma alternativa que garantia os patamares de acumulação de capitais e o apassivamento dos trabalhadores nos limites da ordem burguesa em troca de dois aspectos essenciais: emprego e capacidade de consumo para os empregados e programas sociais compensatórios, focalizados e neoassistenciais, para os miseráveis. (IASI, 2017, p. 311).

Esse apassivamento dos trabalhadores, como demarca Iasi (2017, p. 322), não significa a ausência de lutas, mas refere-se a uma consolidação da hegemonia burguesa, “soldada por um pacto de classes entre pequena burguesia política, representada pelo PT, e setores das camadas dominantes da burguesia monopolista (industrial, agrária, comercial e financeira), que impunha os termos de uma democracia de cooptação”. A consolidação desse pacto pressupôs o desenvolvimento de um “mercado de consumo de massas” facilitado pela ampliação do crédito, pelo controle da inflação e pelo aumento do emprego. Como demarca o autor, tais elementos, embora supostamente favoráveis aos trabalhadores, se efetivaram à custa do fundo público<sup>41</sup>. “Para manter os níveis de emprego, se operam desonerações, subsidia-se o consumo via renúncia fiscal e mantêm-se um certo patamar de juros para garantir a estabilidade do setor financeiro” (IASI, 2017, p. 324).

A reviravolta no projeto político do Partido dos Trabalhadores – com o abandono da luta contra o capitalismo pela luta contra o neoliberalismo – é ainda mais dramática quando se verifica que, no plano concreto, nos governos petistas não se materializou a ruptura com o ideário neoliberal, ao contrário, fortaleceu-se sua continuidade.

Maciel (2013) indica que, via de regra, aqueles analistas que apontam mudanças na experiência política do país, inferindo que o governo petista teria um conteúdo social e político “não neoliberal”, assentam suas análises em algumas características desse governo: a implementação de políticas sociais; a retomada do intervencionismo estatal; o desenvolvimento de uma política externa mais independente e o fortalecimento das relações econômicas e

---

<sup>41</sup> É importante mencionar que o fundo público é fundamental para o sistema do capital e ocupa um papel significativo na articulação das políticas sociais. Evilário Salvador (2010) aponta que a partir da crise de 1970 os mercados financeiros passam a disputar cada vez mais recursos do fundo público à custa da contenção dos direitos sociais. Segundo este autor, o discurso neoliberal que busca legitimar a ciranda especulativa do capital financeiro é abalado quando decorrem as crises do capital, pois, sob uma aparente contradição, o Estado é convocado a socorrer a economia em crise através da utilização do fundo público, financiando diretamente o capital privado, numa clara socialização dos prejuízos afim de salvar o setor financeiro. Assim, o fundo público tem sido responsável pela transferência de recursos para o capital financeiro sob a forma de juros e amortização da dívida pública, reverberando diretamente nos trabalhadores, que são atingidos pelo aumento do desemprego e da desproteção social.

Salvador (2010) explica ainda que esse cenário altera as relações capital-trabalho, sendo uma das consequências mais evidentes a mercantilização da seguridade social, através da privatização dos seus benefícios. Dentre os resultados da financeirização da economia brasileira o autor destaca a elevação do endividamento brasileiro e uma política fiscal e monetária que privilegia os detentores de Títulos da Dívida Pública, que por sua vez lucram com o câmbio valorizado e juros elevados.

diplomáticas com os países periféricos. Além disso, tais avaliações se apoiam ainda nos efeitos econômicos e sociais dessas políticas,

como o ciclo de continuado crescimento econômico, mesmo após a eclosão da crise econômica mundial em 2007-2008; o crescimento dos níveis de emprego e de formalização do trabalho; a melhoria da renda do trabalho, a ampliação e fortalecimento do mercado interno e a redução nos índices de pobreza, com impacto positivo na redução dos níveis de desigualdade social. (MACIEL, 2013, p. 03).

Essas características não apenas explicitariam o conteúdo “não neoliberal” e “progressista” do governo petista como também explicaria o conteúdo da coalisão “desenvolvimentista” que está na base do governo. Sobre essas análises, Maciel (2013, p. 04) adverte que:

Em que pese a justeza de muitos dos argumentos apresentados por estas interpretações, consideramos que elas se equivocam por possuírem uma compreensão abstrata dos critérios ressaltados acima como definidores do conteúdo político e social não neoliberal dos governos do PT, **além de não considerarem que o neoliberalismo viveu um processo de reciclagem prática e doutrinária nas últimas décadas, que incorpora novos conceitos e procedimentos, alguns deles críticos do neoliberalismo, sem abandonar o núcleo duro da propositura neoliberal.** Tal reciclagem surgiu tanto como uma resposta aos efeitos sociais e econômicos perversos gerados por sua aplicação, quanto para ocupar o vácuo deixado pelo recuo da esquerda e do pensamento socialista desde o colapso das experiências do chamado “socialismo real”. [Grifos nossos].

Para Maciel (2013), o governo petista atuou nos marcos dos novos paradigmas econômicos presentes na chamada “agenda pós-neoliberal” que opera uma “reciclagem” ideológica do neoliberalismo. Entre os fundamentos dessa agenda pós-neoliberal estaria a proposição de “um novo intervencionismo estatal, um novo papel do Estado nacional no contexto da chamada globalização, uma nova perspectiva de industrialização e um novo conceito de desenvolvimento econômico” (DINIZ e BOSCHI, 2007, p. 15-35 *apud* MACIEL, 2013, p. 4). Tais propostas, contudo, não constituem efetivamente mudanças significativas, pois não visam ultrapassar o núcleo fundamental da plataforma neoliberal. Sobre o “novo intervencionismo estatal”, por exemplo, o autor aponta que a proposta dessa agenda não é retomar a perspectiva keynesiana de Estado, vigente antes do neoliberalismo (mesmo nos países periféricos onde foi implementada de forma muito tímida), mas ao contrário, “o que se propõe é uma maior permeabilidade do aparato estatal aos interesses específicos das frações burguesas, privatizando ainda mais o aparelho público e fortalecendo a esfera de representação burocrática das classes burguesas” (MACIEL, 2013, p.5).

Outro ponto primordial dessa agenda pós-neoliberal é a “nova concepção de desenvolvimento econômico contida no conceito de desenvolvimento humano”, que, segundo Maciel (2013, p. 05), implica “na existência de regimes democráticos que protegem os direitos humanos e permitem aos indivíduos darem livre prosseguimento às suas escolhas econômicas e profissionais, e na supressão das carências que impedem a liberdade de ação em todos os sentidos”.

Por isto, no conceito de desenvolvimento humano também são considerados os níveis de pobreza, a taxa de longevidade da população, a **oferta de oportunidades**, a qualidade dos serviços públicos, com grande destaque para os índices de educação, saúde e saneamento básico, entre outros fatores. Em nossa avaliação tal perspectiva expressa uma espécie de **“atualização” do liberalismo, pois além de estar diretamente vinculada às demandas por mão de obra qualificada e às formas de organização da produção do pós-fordismo, são agregados ao ideário liberal os valores da igualdade social e da solidariedade oriundos do ideário socialista, porém numa versão mutilada, porque “saneada” do anticapitalismo, e numa posição subordinada aos princípios da liberdade individual e da meritocracia.** (MACIEL, 2013, p. 06).

É sintomático que o PT passou a reproduzir elementos centrais da visão de mundo burguesa com certa tendência de apresentar como “novo” as velhas proposições liberais. Além disso, essa perspectiva de desenvolvimento econômico atrelada ao discurso da “inclusão cidadã”, alia-se fortemente à ideologia pós-moderna, que, “em política, [...] significa pouco mais que a velha concepção liberal de democracia apetrechada de ‘discursos’, ‘desconstruções’ e ‘diferenças’” (COELHO, 2005, p. 383).

O ideário pós-moderno, com sua crítica contundente à totalidade e com a celebração de várias pequenas narrativas, advoga o abandono do critério de classe como balizador da ação política e se firma numa posição de resolução dos conflitos pela via democrática. Sobre essa apreensão pós-moderna/liberal, Coelho (2005, p. 384) adverte ainda que “a partir da concepção de democracia como modo pactuado de resolução dos conflitos entre as “diferenças” defrontadas em condição de suposta ‘igualdade’, não há como enfrentar politicamente o problema da desigualdade, a não ser como filantropia. Este é o limite final da democracia burguesa” – da qual o PT se tornou porta-voz.

Também pode-se observar como **o ideal de igualdade, como expressão da luta pela extinção das classes, foi secundarizado. [...] o elogio da diferença, do particular, do que não é redutível a formas ditas tradicionais de identidade coletiva (classe social) são obstáculos à vigência da igualdade como valor fundamental, ou ao menos figuram deste modo nas formulações [do PT].** Deposta a classe universal, a esquerda nova trata de advogar a parcialidade radical e intransponível de qualquer concepção sobre a humanidade. Ainda mais, a definição de democracia como forma de convivência regrada entre os diferentes e de resolução de conflitos (isto é, o endosso à concepção liberal de democracia) **é o coroamento de um projeto político**

**que requer não mais a igualdade real dos indivíduos, pensada agora como atentatória às liberdades individuais ou que é descartada para o plano do ilusório, mas sim a igualdade puramente formal do ponto de vista da investidura em direitos de cidadania.** (COELHO, 2005, p, 160-161) [Grifos nossos].

A exaltação de possibilidades conciliatórias na busca por micromudanças nas condições de vida tem arregimentado o pensamento intelectual e militante na direção de legitimar o atual projeto de sociabilidade burguesa. Para Mészáros (2008, p. 62):

A recusa reformista em abordar as contradições do *sistema* existente, em nome de uma presumida legitimidade de lidar *apenas com as manifestações particulares* [...] é na realidade apenas uma forma peculiar de rejeitar, sem análise adequada, a possibilidade de se ter qualquer sistema rival, e uma forma igualmente apriorística de eternizar o sistema capitalista.

A confluência do pensamento pós-moderno com a visão de mundo burguesa é verificada na “negação performática do projeto de emancipação universal [que] corresponde, na prática, à apologia do presente, uma nova forma de consciência feliz, reconciliada e pacificada com o mundo tal como ele está” (COELHO, 2005, p. 383). A prática política pós-moderna, segue afirmando o autor, “procura interceptar todas as forças contestatórias [...] e desviá-las para a fragmentação e o isolamento. A ação política reduz-se à organização do dissenso consentido, e não mais busca a produção de consensos revolucionários (ou dissensos não-consentidos)” (COELHO, 2005, p. 383).

Em suma, o governo do Partido dos Trabalhadores ao assumir a presidência não rompeu com o ditame neoliberal que dirige o Estado brasileiro. Ao contrário, evidenciou-se já no seu primeiro ano de gestão que a perspectiva predominante seria a de “acomodação entre os interesses das diversas frações burguesas, sem romper com o núcleo duro da política econômica neoliberal” (MACIEL, 2013, p.10). A expansão verificada em determinados serviços sociais públicos, como no caso da educação superior, não ocorreu em desacordo com o neoliberalismo, uma vez que não se reduziu a presença do capital privado nestes setores, ao contrário, é possível verificar uma expansão vertiginosa de saúde e educação privadas.

Um exemplo nodal é a expansão de vagas do ensino superior através da justaposição dos programas Reuni e Prouni (MACIEL, 2013). Na mesma lógica podemos incluir a política de ação afirmativa para o ensino superior, que, tanto não demandou investimento público para sua proposição, quanto não se choca com a postura mercadológica que vem pautando as políticas educacionais. Desse modo, podemos situar que tais políticas possuem uma direção

similar às políticas de transferência de renda, que também não interferem na lucratividade do capital, ao contrário:

[...] elas permitem que a super-exploração do trabalho continue intocada, pois através da mediação do Estado os custos das políticas de transferência de renda recaem sobre a sociedade como um todo, particularmente sobre os trabalhadores e sobre os extratos médios devido ao caráter regressivo do sistema tributário brasileiro. Assim, além de não onerar diretamente o capital, promovendo uma efetiva distribuição de renda, as políticas sociais compensatórias alimentam o ciclo de reprodução do capital ao ampliar o mercado consumidor e a demanda por crédito, além de trazerem efeitos políticos fundamentais para o aperfeiçoamento da hegemonia neoliberal no país. (MACIEL, 2013, p. 13-14).

Portanto, as políticas de alívio à pobreza, compensatórias e focalizadas, tendem a funcionar mais para atenuar os efeitos mais perversos do programa neoliberal, cumprindo um objetivo muito maior de promover “alívio social” do que alcançar uma efetiva “distribuição de renda”<sup>42</sup>. Nesse sentido, de acordo com Coelho (2012), o principal serviço que a chamada “esquerda para o capital” – entendida como o conjunto da militância vinculada a movimentos de esquerda que passou a defender o projeto da classe dominante e disputar a hegemonia – prestou à ordem capitalista foi a produção da desorganização política das classes subalternas, a derrogação do “espírito de cisão”, colaborando para que fosse aceita como uma alternativa política viável à conciliação de classes. O limite dessa frágil estratégia conciliatória adotada pelo Partido dos Trabalhadores é escancarado em maio de 2016 com a consolidação do golpe de Estado parlamentar que interrompeu o mandato da então presidente Dilma Rousseff (PT).

O golpe dado, é fundamental perceber, ocorre no contexto de um Estado burguês com mecanismos necessários para garantir a ordem capitalista, ou seja, a despeito da crise econômica e política, depor a presidente eleita não teve grandes entraves. Como ressalta Iasi (2017), isso só foi possível porque houve durante o governo deposto uma continuidade e, em muitos casos, um reforço dos instrumentos estatais burgueses. Isto pode ser constatado, por exemplo, na ausência de uma reforma política e constitucional, pela manutenção de políticas privatistas e de parcerias público-privadas, e de tantas outras iniciativas políticas para garantir a lucratividade do capital.

---

<sup>42</sup> A título de exemplo da desigualdade social brasileira, citamos os dados apontados por Iasi (2017, p. 311), que ilustram, segundo o autor, os termos de uma democracia de cooptação: “do lado da acumulação de capitais, os 10% mais ricos, que em 1989, acumulavam 53,2% da riqueza nacional, passam, em 2008, a acumular 75,4% dessa riqueza, enquanto aqueles submetidos à miséria absoluta, que viviam com menos de US\$ 2,00 ao dia, hoje, graças aos programas sociais compensatórios, passaram a viver com US\$ 3,00 ao dia, ou seja, saíram da miséria absoluta para viver na miséria”.

Embora tenhamos clareza da forma sumariada pela qual abordamos diversas questões que apresentamos até este momento, o percurso teórico desenvolvido neste capítulo teve a intenção de localizar o solo histórico, político e ideológico no qual emergem as políticas de ações afirmativas para o ensino superior, procurando explicitar a forma pela qual o pensamento burguês vem, ao longo de sua história, se refinando a fim de garantir a hegemonia da classe dominante, o que vai reverberar na propositura de determinadas políticas sociais.

Esta quadra histórica, caracterizada pela reestruturação produtiva do capital e pelas derrotas da classe trabalhadora no contexto internacional – desarticulação da esquerda com a rendição de grandes setores à suposta inevitabilidade do capitalismo e uma nítida adesão aos pressupostos liberais e pós-modernos –, tem garantido à classe dominante a manutenção de sua hegemonia sem grandes obstáculos, embora seja necessário considerar, obviamente, as inúmeras resistências e lutas.

Esse é o contexto no qual as políticas afirmativas são postas nas pautas de diversos grupos intelectuais e políticos, figurando com grande proporção no debate acerca da educação superior nas últimas décadas, uma prova disso é a expressividade das produções acadêmicas sobre o tema, como demarcamos. No próximo capítulo adentramos na análise dessa produção, buscando identificar a noção de ações afirmativas dos autores, suas formulações conceituais e a concepção de Estado que norteiam as análises.

**3. POR QUAIS CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS CAMINHA O DEBATE  
SOBRE AS AÇÕES AFIRMATIVAS:** os principais conceitos que subsidiam as teses  
examinadas

Na luta política, não se pode macaquear os métodos de luta das classes  
dominantes sem cair em emboscadas fáceis  
Antonio Gramsci

O alerta gramsciano da epígrafe é ponto de partida para externar nossa compreensão de que também na luta ideológica os métodos forjados pelo pensamento dominante ou por ele capturados – aqui referimo-nos especificamente ao conjunto conceitual que instrumentaliza a explicação da realidade – consistem em estratégias de convencimento e de disseminação da

visão de mundo das classes burguesas que cumprem a função de anestésias as lutas sociais ao torná-los universais, esvaziados de seus conteúdos de classe, espalhando os discursos (e as práticas) dos dominantes como se fossem de interesse coletivo. Portanto, para romper com estas “emboscadas” é preciso questionar o que os conceitos revelam e o que eles ocultam na compreensão da realidade social.

No capítulo anterior buscamos estabelecer alguns alicerces que contribuíssem para examinar as formulações conceituais presentes na produção acadêmica do campo da educação que trata das ações afirmativas no Ensino Superior tendo como horizonte colocar à prova nossa hipótese de que o debate sobre as ações afirmativas se apresenta, em grande medida, sob amalgamado diálogo entre o pensamento liberal e o pensamento pós-moderno.

Devido à extensão do nosso campo empírico importa-nos mencionar que não temos a pretensão de esgotar todas as formulações conceituais que compõem a tessitura das teses em exame. Optamos por trabalhar com alguns módulos temáticos que consideramos elucidativos para o exame da produção acadêmica. O primeiro refere-se à noção de ações afirmativas dos autores examinados. Nesse módulo, devido ao entrecruzamento de formulações trazidas pelos autores, optamos por expor de forma mais ampliada o conjunto de argumentos e conceitos que alicerçam o debate objetivando apresentar a forma como os autores compreendem as ações afirmativas e com quais vertentes teóricas dialogam para analisá-las. É a partir deste primeiro módulo que extraímos os dois módulos seguintes, compostos pelo par conceitual inclusão/exclusão e pelo conceito de igualdade de oportunidades.

### 3.1 A NOÇÃO DE AÇÕES AFIRMATIVAS NAS TESES ANALISADAS

No estudo desenvolvido por Barreto (2014, p.41), que se direciona para a política de cotas destinada à população negra, as ações afirmativas de recorte racial “visam à construção da igualdade de oportunidades, a superar o déficit de negros em posição de responsabilidade ou de destaque social, à criação de papéis de liderança, a combater a cultura racista e à construção de espaços voltados ao respeito às diferenças”. Para compreender as ações afirmativas a pesquisadora utiliza como método de abordagem a analítica foucaultiana, trabalhando com categorias como identidade, relações de poder, micropoderes e reconhecimento, na perspectiva dos estudos culturais<sup>43</sup>.

---

<sup>43</sup> Dentre os autores utilizados na pesquisa figuram os estudos de Stuart Hall, Manuel Castells, Charles Taylor e Katryn Woodward.

Segundo a autora, as cotas raciais são vistas como um instrumento eficaz de **inclusão** de jovens negros nas universidades sendo decisivas para o combate à desigualdade racial, visto que “contribuem na formação de novas **identidades positivas** e na efetiva **inclusão** e **empoderamento** de pardos e pretos em nossa sociedade, na medida em que inserem esses atores em **novas relações de poder**” (BARRETO, 2014, p. 15, grifos nossos). Conforme definição da autora, sua tese buscou:

[...] analisar a contribuição de medidas afirmativas em universidades públicas paraibanas, nos cursos de direito da UEPB e UFPB, por entendermos que a **política de inclusão** da população negra no ensino superior é capaz de favorecer a **construção de novas identidades** e também **instaurar novas relações de poder** no universo acadêmico. Essas relações passam a ser reequalizadas à medida que atores sociais, antes estigmatizados e apartados do universo acadêmico, podem figurar como estudantes em **igualdade de condições**, sobretudo num curso de alta demanda e prestígio social. (BARRETO, 2014, p. 22) [Grifos nossos].

Barreto (2014, p.43) localiza também que as ações afirmativas se “caracterizam pela possibilidade de redistribuição de direitos por meio da justiça social, pelo reconhecimento das diferenças e promoção da construção das identidades, configurando-se numa alternativa para enfrentar a desigualdade estrutural de nossa sociedade”. A autora situa que as bases das ações afirmativas estão nas formulações do filósofo John Rawls, cuja teoria aponta para a “justiça material fundamentada em dois princípios: que a base da sociedade seja fundada na liberdade e que as desigualdades econômicas e sociais só devem ser admitidas quando em favor de uma população alijada de pleno e efetivo gozo de direitos” (RAWLS, 2002 *apud* BARRETO, 2014, P. 42).

Ainda para a autora as políticas de ações afirmativas agiriam numa mão dupla pois, “à medida que tornam a inclusão de pretos e pardos como algo imperativo, elas viabilizam o correto reconhecimento de sua pertença” (BARRETO, 2014, p. 50). Assentando sua compreensão de reconhecimento no teórico Charles Taylor, conhecido filósofo do multiculturalismo, Barreto (2014, p.40) argumenta que:

De acordo com Taylor (1998), tratar do reconhecimento configura-se numa necessidade vital, já que o processo de reconhecimento dá-se de forma **intersubjetiva**, a partir da aceitação do outro pelo grupo social. O processo de reconhecimento passa por categorias como **autoestima, autorrespeito e autoconfiança**. [Grifos nossos].

Na perspectiva da autora, o reconhecimento passaria pela construção de novas identidades. Sobre esta questão, explica que de “acordo com Sawaia (1999), falar sobre identidades implica num ‘subtexto paradoxal’, já que seu conceito afirma, a um só tempo, o reconhecimento do ‘eu’ e do ‘alter’, além de negar metanarrativas homogeneizantes e

relativistas” (BERRETO, 2014, p. 65). No excerto a seguir estão sumariadas algumas ideias que ajudam a compreender o movimento teórico empreendido pela autora:

Com a exigência da inclusão de alunos pobres, pardos e pretos em universidades públicas uma nova estética passa a ser construída de modo a confirmar antigos pré-conceitos e a desconstruí-los; gerar releituras de antigas tradições de segregação, ou, ao contrário, estabelecer novos contornos de intersubjetividade.

As identidades culturais, nesse sentido, não sendo transformadas: velhas e consolidadas identidades vão cedendo espaço a outras descentradas e fragmentadas, de acordo com as características dessa sociedade pós-moderna, que é globalizante e multifacetada. Segundo Stuart Hall (1997) em seu livro “A identidade cultural na pós-modernidade” as identidades foram assumindo, ao passar dos séculos, certas particularidades que refletiam suas localizações sociais. No Iluminismo o sujeito era centrado, dotado de razão, determinado; para o sujeito sociológico teríamos um sujeito interativo com a sociedade e suas implicações entre infra e superestrutura. O sujeito pós-moderno, no entanto, rompe com esses modelos sendo deslocado de si mesmo e das relações com o seu mundo cultural.

Essa transformação foi-se dando devido a fatores decisivos na construção dessas identidades: com a “virada linguística” de Saussure o significado dos textos e símbolos é considerado como algo incompleto, em constante mudança, relativizando e fortalecendo o discurso; a recolocação do homem revolucionário de Marx; com o “inconsciente” de Freud desarticula-se o sujeito cognoscente guiado pela razão; com a influência do poder disciplinar de Foucault (2011b) ou a emergência do Movimento Feminista vamos tendo elementos que dão contorno a esse sujeito contemporâneo, que é sincrético. (BARRETO, 2014, p.28 e 29).

Evidencia-se nas formulações da autora a perspectiva de exaltação da subjetividade, do fragmentário, da contestação das metanarrativas, da noção de um sujeito pós-moderno que é descentrado e sincrético, em alinhamento teórico-conceitual com as apreensões pós-modernas. Denota-se que subjetividade é alçada a um patamar de centralidade para se explicar e intervir na realidade. O reconhecimento das identidades, sob estes argumentos, parece não conseguir ir além de formulações caricaturais, sem reflexo na realidade concreta, pois como enfrentar a exploração e opressão que submete a grande maioria das pessoas no mundo com saídas subjetivas que invocam ao próprio indivíduo, isolado, o desenvolvimento de autoestima, autorespeito e autoconfiança? Não seria esta uma forma de ocultar o abandono destes sujeitos à própria sorte, sem saídas coletivas e sem um caminho concreto que aproxime de qualquer possibilidade real de transformação social? Retomaremos estes elementos mais adiante, por ora, importa enfatizar que a exaltação das identidades descentradas e fragmentadas é acompanhada da rejeição da dimensão de classe social e do próprio movimento do capital.

Na pesquisa empreendida por Santos (2015), a autora caracteriza as políticas públicas de caráter afirmativo enquanto ações parciais, temporais e limitadas, capazes de “amenizar os efeitos destrutivos do capital” e representariam um “caminho alternativo para a construção de igualdade de direitos entre Afro-brasileiros e outros segmentos populacionais, no que tange ao

acesso à educação superior" (SANTOS, 2015, p. 18). Tais políticas buscam, na perspectiva da autora, alterar o *status* de inferioridade social da população afetada por mecanismos discriminatórios e “anseiam diluir, aplacar barreiras impostas, sendo elas formais, informais ou sutis que agem de maneira a impedir determinados grupos a terem acesso a bens socialmente construídos" (2015, p. 82).

[...] as ações afirmativas para afro-brasileiros, nas universidades, fazem parte das chamadas políticas **de reconhecimento da diferença**, cujas demandas estão ligadas a representação, à cultura e à identidade dos grupos étnicos, raciais, sexuais, dentre outros. As demandas por reconhecimento vêm adquirindo maior relevância na arena política, desde o fim do século XX. Todavia, as demandas por reconhecimento da diferença ocorrem em um mundo de desigualdade material acentuada, em que ainda faz muito sentido lutar por uma **repartição menos desigual de riquezas sociais**, isto é, por **políticas de redistribuição**. (SANTOS, 2015, p. 146) [Grifos nossos].

A referida tese ancora-se no pensador Antonio Gramsci e outros teóricos do campo marxista, fazendo interlocução com Pierre Bourdieu para analisar a correlação entre pobreza econômica e baixas taxas de escolaridade, entre capital econômico, capital cultural e violência simbólica; e ainda com referenciais dos estudos culturais para discutir a questão da identidade. A pesquisadora pontua que as ações afirmativas “visam beneficiar parcelas da população afetadas por mecanismos discriminatórios longevos, alterando seu *status* de inferioridade social, por meio da promoção da **igualdade de oportunidade** ao acesso de recursos e bens”<sup>44</sup> (p. 146), bem como, que a proposição dessas políticas está diretamente relacionada ao debate sobre a democratização do acesso à educação superior:

Cursar a educação superior, ainda hoje, tende a ser privilégio de uma pequena parcela de afro-brasileiros, especialmente, nos cursos considerados de maior prestígio social. A discriminação sofrida pelo afro-brasileiro, no campo da educação superior no Brasil, dificulta e, em certos casos, pode-se inviabilizar a **competição pela obtenção de empregos e posições de poder e reconhecimento social**. Trata-se de uma privação instrumental que gera uma discriminação com efeito nas gerações posteriores (SANTOS, 2015, p. 144, grifos nossos).

Nos resultados da pesquisa, Santos (2015) identificou que a participação de jovens negros no projeto de ação afirmativa denominado Negraeva possibilitou a inserção desses jovens no mercado de trabalho de forma qualificada, contudo ainda permaneceria o distanciamento do princípio de igualdade tratado na Constituição Federal de 1988 e na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), pois, esse grupo pôde acessar os bens materiais por conta da conclusão da graduação e da inserção no mercado de trabalho, mas ainda continua enfrentando e passando por um processo acirrado de discriminação.

---

<sup>44</sup> Grifos nossos.

Outro fator de destaque na tese de Santos refere-se a compreensão da autora sobre as lutas indenitárias impulsionadas pelos chamados “novos movimentos sociais”, que, em contraposição à concepção clássica de movimento social, engendraria uma nova perspectiva:

Melucci (1980) é um dos autores que organiza essa nova orientação teórica. Para Melucci (1980), há outros fatores, além da exploração da força de trabalho, que devem ser considerados na compreensão da acumulação e da produção de desigualdades. É necessário investigar os complexos sistemas organizacionais, o controle da informação e os processos e as instituições formadoras de símbolos, ao lado da interferência nas relações pessoais. Esses fatores passaram a ganhar destaque nas décadas de 1960 e 1970, como novas formas de dominação que levam o controle e a manipulação em níveis cada vez mais profundos na vida cotidiana dos indivíduos, demandando novas ações dos movimentos sociais, que devem considerar a urgência na defesa e nas reivindicações em torno das identidades.

O que corrobora com a afirmação de Gohn, de que o movimento negro se insere na construção de uma corrente teórica, a cultural identitária, que corresponde a base para os chamados —novos movimentos sociais [...] (SANTOS, 2015, p. 66)

Para Santos (2015, p. 56), a “pressão dos movimentos sociais explicitou que a gestão das desigualdades e as exclusões sociais requeriam um mecanismo que desse conta tanto do reconhecimento quanto dos aspectos redistributivo”. Tal “movimento contínuo de exposição das contradições ideológicas básicas da modernidade”, continua afirmando a autora, “seria encampado por vários movimentos sociais, em escala global, na busca pela igualdade, por meio das reivindicações de ações mais efetivas do governo, no tocante a minimizar as desigualdades” (SANTOS, 2015, p.56). Esta localização dos chamados novos movimentos como impulsionadores das reivindicações por políticas de caráter afirmativo também é verificada na tese de Pedroso Hamú (2014):

Neste contexto, as diferenças culturais identitárias e as desigualdades sociais naturalizadas começaram a ser desvendadas e estranhadas por meio dos novos movimentos sociais (Cf. GOHN, 2006), que já não carregam consigo as marcas reivindicatórias características dos movimentos sociais das décadas de 1980 e 1990, mas sim, a exigência política e legal do reconhecimento, respeito e reparação da exclusão: as políticas de ações afirmativas na perspectiva dos direitos humanos. Merece destaque a luta contra o racismo estruturalmente construído pelo passado histórico brasileiro e reproduzido dissimuladamente no tempo presente. (PEDROSO HAMÚ, 2014, p. 166)

Em relação a esta questão, destaca-se que a chamada Teoria dos Novos Movimentos Sociais ganha força no Brasil de forma mais sintomática a partir da década de 1980 e, segundo Martins (2014, p.348), parte de uma perspectiva que dá centralidade às relações microssociais e culturais que, como abordagem própria do pensamento pós-moderno, “centra suas análises nas identidades produzidas pelos conflitos sociais, nos discursos, na sua dimensão subjetiva”.

Rastreando as formulações de Pedroso Hamú (2014), diante das desigualdades culturais e sociais que se acumulam e diversificam no final da década de 1990, amplia-se “a necessidade

de uma política de direitos humanos assentada no **respeito às diferenças**, identificada e compreendida como política de natureza afirmativa” (PEDROSO HAMÚ, 2014, p. 24, grifos nossos).

[...] as ações afirmativas surgem como ferramentas para combater o quadro de desigualdade existente no país. Assim, tem-se buscado mecanismos para oferecer condições especiais a aqueles que se encontram em situação de desvantagem na **competição** com outros membros da sociedade; seja de ordem cultural, social, econômica ou política. Para tanto, as ações afirmativas se apoiam nos princípios de **justiça e equidade** para garantir a **igualdade de direitos** a que se propõe. (PEDROSO HAMÚ, 2014, p. 67) [Grifos nossos].

Identifica-se ainda que para a autora as ações afirmativas são “estratégias de reparação de complexos quadros de desigualdades estruturais, econômicas, sociais e culturais existentes no Brasil” (p.60), e “visam retirar as barreiras, formais e informais, que impedem o acesso de determinados grupos ao **mercado de trabalho, a posições de destaques** e às universidades” (p.62). Seu embasamento teórico é construído a partir de autores como Pierre Bourdieu, Stuart Hall, Boaventura Souza de Santos, Nancy Fraser e François Dubet.

De modo geral, na referida tese, as ações afirmativas são concebidas como uma política de direitos humanos e um importante instrumento de **inclusão social**, cuja formulação está assentada na configuração da educação superior atual e que “procura atender aos segmentos populacionais historicamente ‘esquecidos’, isto é, excluídos” (PEDROSO HAMÚ, 2014, p.31). A autora identifica que é necessário inserir essas políticas

[...] em um quadro mais amplo de reprodução da sociedade capitalista em consonância, dentre outros, com um processo de reconfiguração e democratização da educação superior brasileira contemporânea, firmado na compreensão política de que não basta ampliar cursos e vagas públicas, se as formas de ingresso e diplomação continuarem reproduzindo o discurso liberal, segundo o qual, todas as pessoas são iguais, sendo o “mérito individual” a chave do sucesso ou do fracasso acadêmicos. Sob esse discurso ideológico que se impôs como legítimo foram produzidos, historicamente, cinturões de excluídos, de desiguais. Estes, na sua diversidade, e por estranharem tal imposição cultural, nas duas últimas décadas, desalojaram-se de sua zona de desconforto e passaram a lutar pelo **reconhecimento de sua identidade e cidadania como direito**. Logo, o que se observa é um duplo movimento, que se concretiza em um discurso que anuncia, simultaneamente, uma **ruptura entre as práticas assistencialistas e compensatórias para uma reparação da injustiça que exclui e gesta as desigualdades, ou seja, as políticas de ações afirmativas**. (PEDROSO HAMÚ, 2014, p. 110) [Grifos nossos].

Importante perceber nos excertos acima uma contradição latente na formulação da autora, haja vista que, por um lado, preocupa-se em tecer uma crítica ao discurso liberal do mérito, mas, por outro, faz a defesa da ideia de competição entre os membros da sociedade,

alimentando um argumento tão liberal quanto o discurso da meritocracia. Destaca-se ainda, pela autora, que as ações afirmativas visam promover o acesso e a permanência de estratos sociais menos privilegiados e buscam concretizar o princípio constitucional da igualdade material.

Utilizando-se de argumentos similares e trazendo como referência a análise do jurista brasileiro Joaquim Barbosa Gomes, Oliveira (2013) identifica que entre os principais objetivos das ações afirmativas estão a promoção de igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego, a eliminação dos efeitos persistentes da discriminação do passado, além de:

**Promover a diversidade** e uma maior **representatividade** de grupos minoritários nos mais diversos domínios de atividade pública e privada; eliminar as barreiras que emperram o avanço de negros e mulheres; **zelar pelo desenvolvimento econômico do país; criar personalidades emblemáticas, exemplos vivos de mobilidade social ascendente**; além de incentivar a educação e o aprimoramento de jovens integrantes de grupos minoritários. (OLIVEIRA, 2013, p. 25) [Grifos nossos].

Oliveira (2013) aponta a democratização do acesso à universidade, a reparação das desigualdades socioeconômicas, étnico-raciais e a promoção da justiça social como argumentos utilizados para sustentar a adoção dessas políticas. A autora afirma que “políticas de reconhecimento e redistribuição traduzem a mobilização social para reparar uma história de sofrimento, injustiça, violência e exclusão” (OLIVEIRA, 2013, p.182). A autora afirma que o “debate sobre cotas universitárias e a justificação das ações afirmativas são perpassados por uma discussão sobre os critérios de justiça na sociedade contemporânea” (p.55). Buscando estabelecer um diálogo com as principais correntes do campo da teoria da justiça<sup>45</sup> e de teóricos que auxiliam nesta discussão<sup>46</sup>, a pesquisadora afirma que as lutas dos novos movimentos sociais pela transformação dos direitos das “minorias” em leis, recolocam a questão da justiça na sociedade contemporânea.

Com efeito, a emergência da temática das ações afirmativas, no interior de uma teoria de justiça, deve considerar não só o problema do **reconhecimento de grupos minoritários** na sociedade, mas sobretudo repensar mecanismos de **redistribuição de renda e de inserção igualitária nas oportunidades de formação e trabalho**, no acesso à cultura, ao lazer e ao mundo da vida. Ou seja, condições que favoreçam a **formação de uma autoestima positiva, a auto-realização** dos sujeitos, além de um

<sup>45</sup> Em nota Oliveira (2013, p. 57) esclarece que a “Teoria da Justiça constitui o campo de saber de maior interface entre a Filosofia do Direito e a Filosofia Política, tornando-se um dos principais temas da agenda teórica contemporânea. As teorizações de seus principais representantes, John Rawls (2003), Michael Walzer (2003), Ronald Dworkin (2002), Amartya Sen (2001), procuram discutir direitos individuais e sociais básicos, imprescindíveis ao relacionamento entre a pessoa e a sociedade”.

<sup>46</sup> São confrontadas as teorizações de Nancy Fraser (2003), Habermas (1997), Boltanski e Thévenot (1991), Höffe (2001), Sandel (1982), Honneth (2003), Neves (2011).

tratamento igualitário no convívio social. Afinal, igualdade de direitos implica também **igualdade de oportunidades**.

O debate sobre o justo/injusto e sobre a igualdade/desigualdade se tornou muito mais complexo nos últimos tempos. **À modernidade homogeneizadora** na formação das subjetividades humanas **vai se contrapondo o reconhecimento das referências particularistas e diferencialistas**. Nesse sentido, as lutas sociais ultrapassam o estado do bem estar social e vão ao encontro da questão do reconhecimento, uma vez que **o reconhecimento social interfere na auto-estima, no modo como o sujeito se constrói**, a partir das interações sociais que estabelece. Estas interações, por sua vez, são fortemente influenciadas pelos modos de pensar a justiça, que tem um peso muito grande na vida social.

**Com a luta pela transformação dos direitos de minorias em leis**, a tendência de judicializar essas demandas em direitos humanos positivados ganha cada vez mais corpo. O direito emerge como elemento principal da aplicação da justiça como valor moral. Nesse contexto, os movimentos sociais recolocam a questão da justiça na sociedade contemporânea. (OLIVEIRA, 2013, p. 56) [Grifos nossos].

Nos apontamentos feitos pela autora avulta a crítica à modernidade e a celebração do fragmentário e das identidades particularistas, a defesa do reconhecimento, da igualdade de oportunidade e da justiça.

No trabalho de Ferri (2015), as ações afirmativas são caracterizadas como aquelas que visam promover o acesso e a permanência de grupos sociais menos privilegiados, com objetivo de viabilizar condições para que todos na sociedade possam competir igualmente. Em outros termos, objetivam garantir o princípio da **igualdade material** e a neutralização dos efeitos da discriminação, “introduzindo a utilização de particularidades grupais e dando uma ênfase positiva à construção de identidades raciais” (FERRI, 2015, p. 77).

[...] as Ações Afirmativas podem ser definidas como políticas públicas e também privadas, com o objetivo de concretizar o princípio constitucional da **igualdade material** e garantir a **neutralização dos efeitos da discriminação** racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Ou seja, correspondem a uma forma jurídica para se superar o isolamento ou a diminuição social a que se acham sujeitas as minorias. (GOMES, 2003; CORDEIRO, 2005 *apud* FERRI, 2015, p. 78) [Grifos nossos].

Ferri (2015) ancora suas análises em autores do campo da implementação das políticas públicas, especialmente no pensador liberal Aguilar Villanueva<sup>47</sup>, na vertente da Educação Crítica como Henry Giroux, Michel Apple, dentre outros, bem como nos estudos desenvolvidos por Boaventura de Souza Santos para a discussão das relações de poder, conhecimento e direito, e a relação com a universidade. Suas análises apontam que “não podemos dar prioridade ao reconhecimento somente da igualdade, há que se buscar movimentos que se discutam as

---

<sup>47</sup> Aguilar Villanueva é considerado pioneiro do enfoque analítico de políticas públicas no México e na América Latina e ex-presidente do Comité Internacional de Expertos de la ONU en Administración Pública.

diferenças”. Nesse sentido, “uma política de Ação Afirmativa versa no atendimento constitucional do **direito à diferença**” (FERRI, 2015, p. 156) [grifos nossos].

Na tese desenvolvida por Jesus (2014), a concepção de ação afirmativa assume uma perspectiva reparatória. Segundo o pesquisador, “compreende-se a importância de implantação efetiva dos programas de ações afirmativas no Estado brasileiro como forma de reverter o quadro desigual, de modo a **diminuir a desigualdade** e **aumentar a equidade** em nossa sociedade” (JESUS, 2014, p. 22, grifos nossos).

**Restituir** é a principal proposta das ações afirmativas no ensino superior, e dentre as justificativas que cercam tais ações legais, a desigualdade de posição e de oportunidades entre brancos e negros é o ponto central que mobiliza as ações reivindicatórias pela igualdade de oportunidade. Busco apoio para essa afirmação em Bobbio (1996) quando o autor compreendeu que, ao princípio de **igualdade de oportunidade**, aplica-se a regra de **justiça** para uma situação da qual existem várias pessoas em **competição na obtenção de um objetivo único que só pode ser alcançado por um dos concorrentes**. Seu objetivo é colocar todos os membros daquela determinada sociedade na condição de **participar da competição pela vida**, ou pela conquista do que é vitalmente mais significativo, a partir de uma posição de iguais.

A posição de iguais e desiguais é fruto de uma relação de exclusão e privilégios na qual se justifica uma ação político-jurídica que execute uma **justiça equitativa**. (JESUS, 2014, p.180) [Grifos nossos].

Ações afirmativas, portanto, são interpretadas pelo autor como medidas que possuem uma finalidade de reparar ou compensar o “passado de desigualdades”, buscando implementar uma igualdade concreta (igualdade material). Ele alicerça a construção do seu argumento jurídico-filosófico na perspectiva do princípio da justiça social, recorrendo ao conceito de justiça social em John Rawls, ao conceito de igualdade em Norberto Bobbio, e aos conceitos de igualdade formal, igualdade concreta e ações afirmativas nos autores Carmem Lúcia Antunes Rocha, Joaquim Benedito Barbosa Gomes e Paulo Lucena de Meneses. Para construção do argumento histórico-antropológico recorreu principalmente aos autores Hanna Arendt e Ernest Gellner.

Jesus (2014) se propõe analisar as ideias de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni no que tange à compreensão de raça e classe, confrontando-as com o pensamento dos teóricos Carlos Hasenbalg, Nelson do Vale Silva e Antônio Sérgio Guimarães. Na interpretação do autor, os três primeiros intelectuais defenderiam a tese de que o negro, ao se inserir na sociedade de classes, deixaria de sofrer preconceito racial para passar a sofrer preconceito de classes. Contraposta a essa concepção estaria o segundo grupo de pesquisadores que apontam que, mesmo sendo integrado à sociedade de classes, o negro permaneceria numa

posição desfavorável, mantendo-se sub-representado em setores de prestígio e *status* devido à desigualdade de oportunidade entre brancos e negros.

Corroborando com o segundo grupo, o autor questiona a eficácia de políticas públicas educacionais de caráter universalista pois, segundo ele, problemas raciais não são superados com políticas de cunho universal. Nesse sentido, o princípio de justiça social que pauta os programas de reserva de vagas nas universidades analisadas, “somente alcançará efetividade na democratização do acesso de pretos e pardos ao ensino superior público se a cota racial for autônoma e tiver implementação sem a associação com os critérios renda e egresso da escola pública que caracterizam a cota social” (JESUS, 2014, p 340).

Grisa, a respeito da sua interpretação sobre as ações afirmativas, esclarece que “do ponto de vista da justificativa política das ações afirmativas”, filia-se “a ideia de que elas representam a democratização do acesso ao ensino superior e ao direito à educação” (2015, p.157). Além de compreendê-las como políticas **redistributivas de oportunidades**, esse autor também apresenta a seguinte definição:

Nossa visão se apoia na ideia de que a “ação afirmativa é um dos instrumentos possibilitadores da **superação do problema do não cidadão**, daquele que não participa política e democraticamente como lhe é, na letra da lei fundamental, assegurado, porque não se lhe reconhecem os meios efetivos para se igualar com os demais” (LEWANDOWSKI, 2012). Em sociedades desiguais, em que políticas universais não se mostram capazes de oferecer garantia de direitos, as políticas específicas se apresentam como alternativa paralela, tanto de valorização de determinado grupo da população, quanto de inclusão real dessa população. (GRISA, 2015, p. 157) [Grifos nossos].

A questão que possui centralidade na investigação de Grisa (2015) firma-se na perspectiva de promoção do **reconhecimento** e da **redistribuição**, enquanto dimensões que devem ser conjugadas, haja vista que “políticas de redistribuição e políticas de reconhecimento se complementam e são fundamentais para o desenvolvimento de processos emancipatórios” (GRISA, 2015, p, 134). Ao discutir a justificativa moral para adoção dessas políticas, Grisa (2015) identifica que o debate acerca das ações afirmativas é feito por meio de um amplo leque de perspectivas teóricas que servem de base para justificá-la. Segundo o autor, dentre as correntes que ensaiam argumentos sobre as ações afirmativas, as mais importantes seriam o comunitarismo, o multiculturalismo, o liberalismo igualitário e a teoria do reconhecimento.

Partindo da constatação de que as ideias de “reparação, promoção da justiça social e afirmação da diversidade são os três pilares de argumentos que mais são usados no debate público na defesa de ações afirmativas, principalmente, as que se pautam em critérios étnico-raciais”(p.80), Grisa (2015) destaca que construir uma justificativa moral e política para essas

políticas é um desafio complexo, e aponta que – “dentro do múltiplo leque de possibilidades de teorias morais e políticas” (p. 80) – em sua pesquisa optou-se “pela *teoria do reconhecimento e seu caráter relacional com a redistribuição* como subsídio central para justificar políticas afirmativas”

Para compreender estes dois conceitos, reconhecimento e redistribuição, de forma mesclada, o autor busca subsidiar sua interpretação nas contribuições dos pensadores Axel Honneth e Nancy Fraser. Para Grisa, as formulações de Fraser avançariam em relação a compreensão do conceito de reconhecimento na medida em que o vincula à noção de justiça. Para a filósofa, segundo Grisa (2015, p.137), as “reivindicações por reconhecimento, bem como por redistribuição, devem atender anseios de colocar os grupos sociais em paridade para participar da vida social, seja em aspectos culturais ou econômicos”.

Fraser (2007) aponta que é necessário criarmos remédios que “desinstitucionalizem” o padrão de valores culturais que provocam o não reconhecimento, má distribuição ou empecilho para atingir maior paridade participativa na política, por exemplo. Essa é uma perspectiva interessante quando pensamos em instituições como as universidades tradicionais. Importante frisar que essa destitucionalização não significa somente a aceitação dos diferentes grupos sociais, o que seria uma vanglorização aparente da diferença.

Honneth (2003) trabalha com a ideia de que o reconhecimento seria uma forma de luta contra injustiças e por distribuição que se diferencia da luta de classes homogeneamente concebida, mas que contempla aspectos de distribuição de renda, oportunidades e tensionamento de hierarquias sociais. (GRISA, 2015, 139).

À luz das interpretações destes dois teóricos, Grisa (2015, p.140), interpreta que o debate travado em torno do reconhecimento e da redistribuição deve avançar na direção de “consubstanciar as duas dimensões sociológicas”, buscando incluir “na ceara [*sic*] do conceito reconhecimento, os elementos e conteúdos da dimensão redistributiva” (GRISA, 2015, p. 142), com este objetivo o autor propõe a categoria “cultura do reconhecimento” definida da seguinte forma:

A cultura do reconhecimento em uma universidade é, antes de tudo, uma metáfora que pode tencionar a capacidade da instituição de constantemente se democratizar em todos os seus aspectos. Está plenamente ligada à *função social* da universidade perante a multiplicidade de desafios que a sociedade a [*sic*] apresenta.

Cultura do reconhecimento também é um cobertor semântico com o qual podemos identificar o grau de qualidade das respostas que a universidade vem dando, do ponto de vista técnico, estrutural, político e científico, para essas demandas contemporâneas apresentadas. [...]

Podemos dizer que a cultura do reconhecimento é uma substância a ser inserida no habitus para vislumbrar outro projeto ético de universidade, que traga outros princípios para execução do fazer acadêmico e problematize os instituídos que não correspondam com os preceitos que incluímos aqui no bojo do conceito de reconhecimento. (GRISA, 2015, p. 143).

Grisa (2015) aponta que as ações afirmativas “constituem-se em ferramenta essencial para o desenvolvimento de uma cultura do reconhecimento” e, a partir dos resultados da pesquisa, conclui que “tais políticas podem incutir embriões de mudanças sólidas nas instituições universitárias” na medida em que tanto questionam a exclusividade da “meritocracia como valor acadêmico” quanto “instauram um desvio no habitus à medida que exigem da máquina burocrática e da cultura acadêmica movimentos em distintas velocidades e direções” (GRISA, 2015, p. 207).

Por fim, Novak (2015), tendo como referencial teórico o materialismo histórico e dialético, afirma que as ações afirmativas se constituem em uma política pública de inclusão que, no âmbito brasileiro, “têm apresentado características compensatórias, centradas em medidas redistributivas ou assistencialistas e pautadas, sobretudo, nas experiências de países como os Estados Unidos” (NOVAK, 2015, p.115). Ao estabelecer a distinção entre cotas e ações afirmativas, a autora esclarece que “as ações afirmativas são políticas mais gerais, adotadas para minimizar a discriminação a partir de uma série de ações” (p. 122), ou seja, “visam superar obstáculos colocados a determinados grupos” (p. 124). Sua compreensão sobre essa política pode ser verificada no excerto abaixo:

Compreendemos que estas ações são fundamentais, no caso do Brasil, para negros e indígenas, que sem elas não teriam ingresso, estariam sempre sem **condições de concorrer**, por exemplo, a vagas de **empregos públicos a [sic] ao acesso ao Ensino Superior**, em face da exploração e expropriação a que foram historicamente submetidos.

Por outro lado, entendemos também que sua implantação não pode suprimir a discussão sobre a necessidade de políticas universais de acesso de todos a níveis mais elevados de educação, sendo fundamental somar políticas de ação afirmativa com políticas universais. Em um sistema excludente por essência, o capitalismo, as lutas ocorrem na contradição, em espaços e condições possíveis. (NOVAK, 2012, p. 124) [Grifos nossos].

Neste sentido, a autora afirma que as ações afirmativas devem ser:

[...] medidas especiais e temporárias, tomadas pelo estado [sic] e/ou pela iniciativa privada, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de **eliminar desigualdades historicamente acumuladas**, [...] [de garantir] **a igualdade de oportunidade e tratamento**, bem como **compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização**, por motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros. (BRASIL, 1996 *apud* NOVAK, 2015, p.124) [Grifos nossos].

Novak (2015) considera a política de ações afirmativas muito importante no que diz respeito ao acesso para a classe trabalhadora e grupos excluídos, contudo, salienta a necessidade de compreendê-la como um paliativo, “na medida em que não ataca a estrutura que gera a

pobreza, a discriminação e exclusão sobre as quais se alicerça e mantém a sociedade capitalista” (p.124), e conclui que “o debate deve ser ampliado para a necessidade de acesso de todos aos bens e serviços produzidos historicamente pela humanidade” (NOVAK, 2015, p.124).

Esta incursão sobre os trabalhos revela que, resguardadas as particularidades de cada produção, os principais conceitos e argumentos utilizados para fundamentar as análises sobre as políticas de ações afirmativas são: igualdade de oportunidades, inclusão, justiça social, valorização das identidades, reconhecimento, equidade, redistribuição, compensação, reparação, representatividade, diversidade, democratização do ensino superior, combate à meritocracia e ao racismo, acesso ao mercado de trabalho e ascensão social. A título de exemplificação, em termos quantitativos, verificamos que este conjunto de termos são utilizados 1.845 vezes nas teses averiguadas. Dentre eles, “inclusão” figura 598 vezes, “diversidade” é usado 360 vezes, “reconhecimento” aparece 321 vezes, “justiça social” aparece 70 vezes, “igualdade de oportunidades” aparece 57 vezes e “diferença” (em formulações como “reconhecimento das diferenças”, “direito à diferença”, “respeito à diferença”) aparece em 108 momentos.

A utilização desse conjunto de conceitos e argumentos figura na literatura de forma heterogênea, do ponto de vista das apreensões teóricas. Em geral, é possível verificar nos autores um entrecruzamento de abordagens e formulações conceituais atreladas a diferentes correntes do pensamento. Embora na maioria dos trabalhos a opção teórico-metodológica não seja anunciada, de modo geral, a partir da bibliografia visitada e das apreensões teóricas veiculadas nas teses, demarca-se que a hipótese do trabalho vai se confirmando, na medida em que as perspectivas, majoritariamente, entrecruzam formulações alinhadas ao campo do pensamento liberal e pós-moderno.

No escrutínio das oito teses, verifica-se que cinco são identificadas como estudos de caso destinados à análise da implementação e/ou desdobramentos de ações afirmativas em uma ou mais universidades (FERRI, 2015; PEDROSO HAMÚ, 2014; GRISA, 2015; OLIVEIRA, 2013; BARRETO, 2014). Os outros três trabalhos, embora não se apresentem como estudos de caso, também analisam experiências concretas. Um volta-se para o acesso e permanência de jovens negros na universidade, a partir de um projeto desenvolvido em uma comunidade sul-mato-grossense (SANTOS, 2015); outro investiga as orientações dos organismos internacionais para ensino superior indígena, com ênfase na Universidade Estadual de Maringá (NOVAK, 2014); e o último analisa relação entre raça e classe nos programas de ações afirmativas de três universidades nacionais (JESUS, 2014).

Revela-se certa homogeneidade das investigações sobre as ações afirmativas no que tange à tendência de apontar os desafios, avanços e possibilidades de “qualificar” a política, sobretudo a partir de medidas institucionais e de ampliação das condições de permanência dos estudantes. Jesus (2014), por exemplo, apresenta na sua conclusão, 10 (dez) “prospecções” para o andamento da política de ações afirmativas, dentre elas, a ampliação de concursos para contratação de professores de relações étnico-raciais nas instituições de ensino superior, a extensão das cotas para os programas de pós-graduação, a implementação de estratégias mais efetivas para permanência dos cotistas, a criação de uma rede de ação afirmativa entre as universidades que possuem cotas raciais e aquelas que desejam implementar essa modalidade de ação afirmativa. O autor defende também a “necessidade de inserir no Plano Político Institucional das universidades públicas os conteúdos de matriz africana e sobre a realidade racial na história deste país”, assim como, “que as universidades públicas precisam ter um plano de ação afirmativa para tentar amenizar os efeitos do contraste cultural nas interações sociais dentro do ambiente universitário” (JESUS, 2014, p. 337/338).

Ferri (2015, p. 188), ancora suas análises em formulações do campo da implementação de políticas públicas, especialmente em Villanueva (1993,1996), cuja perspectiva de análise é justamente dar subsídios para promover as modificações necessárias a fim de que a política “logre seus objetivos”. Nesse caminho, a autora sinaliza que “é necessário avanços [*sic*] e busca de mecanismos que garantam não somente a inclusão, mas também de um aparato que possa assegurar condições mínimas de permanência” dos estudantes cotistas.

Nesta pesquisa, interessou-nos focar o plano da micropolítica e a produção dos sentidos pelos atores envolvidos nesse processo, ou seja, como se processam as subjetivações relacionadas à temática estudada, considerando o contexto político e econômico a partir dos cenários de exclusão racial. (FERRI, 2015, p. 62)

Essa mesma preocupação assoma-se na análise de Pedroso Hamú (2014, p. 171) ao afirmar que “além de ampliar e diversificar o acesso, elas [universidades] devem também preocupar-se com a problemática da permanência dos novos sujeitos educativos da educação superior”.

Indicativos da necessidade de melhoria na efetivação da política de ações afirmativas também podem ser verificados em Grisa (2015) e Oliveira (2013). O primeiro autor assinala a importância de encontrar alternativas qualificadas para garantir uma boa trajetória acadêmica aos estudantes atendidos pelas ações afirmativas, o que demandaria um conjunto de ações institucionais, dentre as quais:

[...] a qualificação da permanência, o combate à retenção, a contínua formação dos professores e técnicos em temática específica, um maior investimento em avaliação interna dos órgãos institucionais, a oferta de disciplinas obrigatórias nas licenciaturas e bacharelados que tratam das relações étnico-raciais, a ampliação dos espaços e mecanismos de integração dos alunos cotistas. (GRISA, 2015, p. 145).

Já em Oliveira (2013, p. 188) observa-se o interesse em auxiliar na qualificação da política na medida em que demarca que o intuito do debate proposto em seu trabalho “é servir de estímulo para a superação de possíveis dificuldades enfrentadas no cotidiano da sala de aula, relativas aos processos identitários, intelectuais e relacionais, dos estudantes recém “inseridos” na universidade, em face da implantação do sistema de cotas”.

Uma questão importante a ser considerada nestas perspectivas de análise diz respeito à ideia de promoção de mudanças institucionais enquanto caminho para lograr a efetivação exitosa dos princípios que alicerçam a proposição das ações afirmativas. Esta ideia tende a atribuir a resolução dos problemas, dificuldades e limites a uma “vontade política e administrativa”. Nesse aspecto, sobressai a predisposição de se explicar a política *em si*, sem correlacioná-la com as múltiplas determinações e correlações de forças que as produz. Sobressai ainda a perspectiva de se colocar a imediaticidade das conquistas materiais na centralidade das estratégias de luta paralelo a própria negação do antagonismo classista. Verifica-se que a defesa de estratégias institucionais, ou dentro daquilo que Gramsci chama de pequena política<sup>48</sup>, são os elementos centrais que avultam na impetração das ações afirmativas.

A nosso modo de ver, identificar o que falta para que uma política “logre seus objetivos”, carrega, em certa medida, uma apreensão ingênua da realidade ao supor que os objetivos anunciados são, necessariamente, o que determinada política quer alcançar. Se, como discutimos anteriormente, as políticas sociais são mecanismos de formulação do consenso, nem sempre os objetivos aparentes revelam sua intencionalidade, há que se questionar seus fundamentos para além do proposto *versus* executado.

Dadas as questões levantadas até aqui, para refletir sobre como a rede conceitual que subsidia o debate sobre as ações afirmativas possui, de fato, uma convergência com o pensamento liberal que ela própria julga contestar, a seguir nos deteremos em averiguar mais detidamente alguns dos conceitos identificados na produção.

---

<sup>48</sup> Segundo Gramsci, a “grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A **pequena política** compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política. Portanto, é grande política tentar excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo à pequena política” (GRAMSCI, 2002, p.21 e 22).

### 3.2 AÇÕES AFIRMATIVAS E O PAR CONCEITUAL INCLUSÃO/EXCLUSÃO

A utilização dos conceitos inclusão e exclusão é verificada, com maior ou menor incidência, no conjunto das teses examinadas. De forma geral, as ações afirmativas são apresentadas como políticas de inclusão que visam corrigir ou mitigar a “exclusão social” a qual estão submetidos alguns agrupamentos sociais. Oliveira (2013, 74), por exemplo, aponta em sua tese a “emergência de medidas que reparem a exclusão a que foram submetidos os grupos minoritários ao longo da história, devolvendo-lhes o sentido de sua própria identidade em um mundo eminentemente plural”. Argumento similar é utilizado por Pedroso Hamú (2014, p. 66) quando afirma que:

[...] as ações afirmativas tornam-se um importante instrumento de inclusão social, ao estabelecer medidas que visam resgatar dividas de privações acumuladas de um passado de desigualdade e exclusão imposto a grupos vulneráveis, como as minorias étnicas e raciais, as mulheres, entre outros, para assim alcançar a igualdade substantiva.

Para iniciar esta discussão recorreremos aos estudos sobre *Educação e Exclusão* do pesquisador Avelino da Rosa Oliveira (2002) para situar que a utilização do termo exclusão começou a ocupar maior espaço na literatura social mundial no final do século XX<sup>49</sup>. Esta tendência de popularização do referido conceito no final do século passado também é verificada na produção bibliográfica dos pesquisadores brasileiros contemporâneos.

Oliveira (2002) afirma que na literatura contemporânea o termo exclusão tem sido disseminado, na maioria das vezes, de forma imprecisa, sem que haja uma preocupação de explicitar seu significado, como se a utilização corrente tornasse desnecessária sua definição conceitual. Mirando o caso brasileiro, Fontes (2005) identifica que o referido conceito tem sido empregado para designar diversas situações e grupos sociais, dentre os quais:

[...] populações que não foram integradas ao mercado de trabalho formal, os grupos sociais atingidos por situações variadas de segregação – espacial, racial, de gênero, etária, etc. – os amplos contingentes não atingidos pelas políticas sociais e pelo sistema de justiça, à margem, pois dos “direitos”, os desempregados, vítimas de transformações contemporâneas do sistema industrial, assim como os trabalhadores do mercado informal (FONTES, 2005, p.42).

---

<sup>49</sup> Embora o termo tenha se popularizado no final do século passado, sua utilização figura desde muito antes nas teorizações de Karl Marx. Esta discussão sobre o termo exclusão na obra marxiana é laboriosamente realizada por Oliveira (2000; 2002).

Segundo Oliveira (2002), o tratamento dado à questão da exclusão social no âmbito das ciências sociais advém de diferentes compreensões teóricas, contudo é a partir da década de 1970 que o conceito se disseminou, especialmente por meio dos autores vinculados à sociologia francesa que, “preocupados em estabelecer políticas públicas compensatórias do colapso do Estado de Bem-Estar”, “colocaram o termo na ordem do dia” (OLIVEIRA, 2002, p.120). Ainda segundo o autor, a difusão do conceito de exclusão social pela sociologia francesa, em parte, relaciona-se à interpretação teórica, situada no capítulo anterior, referente à aceitação da existência de uma “nova questão social”, que necessitaria de novas categorias analíticas para ser interpretada.

Neste sentido, Oliveira (2002) identifica que para alguns teóricos da escola francesa a exclusão social representaria uma categoria articuladora de um novo paradigma social que se contrapõe ao paradigma das classes sociais em virtude das transformações da sociedade na atualidade. Contrariando as interpretações da exclusão como um conceito apto a assumir o papel de categoria-chave de um novo paradigma social, o autor adverte que

Nas sociedades contemporâneas, em cada um desses âmbitos [econômico-produtivo, político-social ou simbólico-cultural], encontramos formas múltiplas de opressões, sujeitamentos, estigmatizações, expurgos de determinados contextos etc., os quais passaram a ser reunidos sob a rubrica da exclusão. Isto não configura, entretanto, uma *nouvelle question sociale*. Ainda que algumas dessas formas não fossem conhecidas em momentos anteriores, ou melhor, ainda que não despertassem a atenção que passaram a merecer em nossos dias, isso não configura uma alteração substantiva do sistema do capital, mercado, ontem como hoje, pela exploração e degradação no âmbito das relações econômico-produtivas, pela dominação e opressão no âmbito das relações político-sociais e pela indiferenciação e alienação no âmbito das relações simbólico-culturais. Não estamos, portanto, diante de qualquer novidade substantiva que requeira um novo paradigma; nem o pretensamente “novo” paradigma da exclusão – de inspiração durkheimiana – é tão novo assim! (OLIVEIRA, 2002, p. 198, grifos no original).

Nesta direção interpretativa da qual partimos, que toma como base a percepção de que o círculo exclusão/inclusão é condição do modo de produção vigente, ou, dito de outro modo, de que a exclusão está incluída na lógica do capital (OLIVEIRA, 2002), compreende-se que há uma insuficiência conceitual de se reduzir as explicações dos problemas sociais contemporâneos à categoria de exclusão social sem considerar sua articulação com a dinâmica social como um todo, pois, como acertadamente aponta Oliveira (2002, p.209), “o conceito de exclusão só adquire sentido no interior de uma totalidade complexa, orientada na perspectiva da sociedade de classes”. Partindo desta premissa, embora não seja possível aprofundar a averiguação da categoria de luta de classes nas fontes examinadas, importa mencionar que a mediação das análises por meio dela não é o caminho abraçado pela ampla maioria das teses analisadas. Em Jesus (2014), esta opção teórica é explicitada através do argumento de que a

categoria de luta de classes não responde satisfatoriamente a leitura da realidade em relação à questão racial. Em suas palavras:

Considero que a análise marxista pelo conceito da luta de classes não alcança a totalidade de compreensão da realidade sociológica de negros e mulatos. Tal argumentação, no nosso entendimento, deve-se ao fato de que na sociedade brasileira a discriminação de cor é um importante mecanismo de seletividade e de exclusão social. (JESUS, 2014, p.95)

Nas teorizações de Ferri (2015, p. 163) também se encontra uma breve sinalização da recusa pelo conceito de classe social:

É importante destacar que os desafios nesse momento não se restringem aos aspectos relativos exclusivamente à diferença de classe, mas a um escopo de marcação de diferenças que passam pela raça, gênero e história de vida. A limitação da utilização do conceito de classe já foi identificada como um problema nos estudos sobre as desigualdades escolares, campo em que o economicismo, criticado por Bourdieu (1997), reduzia a multidimensionalidade do campo social às questões econômicas. Surgem também diferenças e preconceitos fundamentados na origem periférica, no modo de falar e na diferença de cor/raça (MAYORGA & SOUZA, 2012).

Ao discutir sobre a questão racial e a questão de classe nos programas de ações afirmativas para ingresso no Ensino Superior, Jesus (2014) defende a tese da autonomia entre raça e classe, contrapondo-se às interpretações dos autores Florestan Fernandes, Octavio Ianni e Roger Bastide, que, segundo Jesus (2014, p.95), analisam “questão racial através do olhar sociológico da luta de classe”.

Fernandes (2008) considerou que o verdadeiro mito da democracia racial na sociedade brasileira somente acontecerá quando negros e mulatos tomarem para si uma consciência de classe que incorpore sua luta à revolução proletária. Tenho uma posição contrária a essa ideia do autor porque as ações de discriminação e preconceito racial impossibilitam considerar que sua tese seja a solução para os problemas sociais do negro; tal afirmativa nos pareceu uma tentativa de sobreposição da classe em relação à raça, o que vem a evidenciar equívocos quando se busca compreender a dinâmica da realidade brasileira. (JESUS, 2014, p.96).

Assumindo que o conceito de luta de classes não explicaria a questão da exclusão do negro, o autor defende a tese de que as ações afirmativas destinadas aos grupos étnico-raciais tenham autonomia do critério de classe, ou seja, não estejam atreladas à escola pública e a renda, contrapondo-se àquilo que ficou definido pela Lei Federal 12.711/2012 e sugerindo que tal legislação seja revista para que as cotas se destinem também aos estudantes negros de classe média. Ao se referir ao critério de ação afirmativa adotado por uma universidade do Estado da Bahia, o autor assim argumenta:

Creio que num Estado que tem em sua população um percentual de negros próximo de 70%, como pode se justificar a adoção das cotas raciais atrelada à condição social

ao exigir comprovação de egresso da escola pública? Por que candidatos negros de classe média egressos da rede privada somente após o não preenchimento das vagas de cotistas é que passam a estar aptos a concorrer ao benefício? Estariam negros de classe média isentos de práticas racistas em razão da sua condição social? (JESUS, 2014, p. 216).

Compreensão similar sobre a referida legislação é feita também por Grisa (2015). Este autor utiliza os argumentos do antropólogo José Jorge de Carvalho, um dos elaboradores das ações afirmativas na UnB, para explicar seu posicionamento:

Para ele, a legislação [Lei 12.711/2012] significa um retrocesso enquanto política de inclusão étnica e racial quando comparada aos exemplos da UNB e de outras instituições que garantiam protagonismo ao vetor racial. Os critérios de separação e preenchimento (sic) de vagas não ocupadas são inibidores da inclusão da população negra, segundo o professor, haja vista que as vagas reservadas para negros pobres que não forem preenchidas não serão ofertadas aos negros de classe média, mas aos brancos pobres. O mesmo ocorre para as vagas ofertadas para os negros de classe média que, caso sobrem, são preenchidas por brancos de classe média (GRISA, 2015, p.88).

O prejuízo destes argumentos está naquilo que eles tendem a ocultar. Ao equalizar a questão, ou seja, ao tornar o debate racial desconexo da questão de classe, se obscurece que a existência de preconceito racial/racismo está enraizada na sociedade por um suporte ideológico construído historicamente. A mediação para compreendê-lo é situar como ele passa a agir funcionalmente como um mecanismo do capitalismo, visto que mantém os baixos padrões de salários, intensifica o controle sobre o negro por meio da repressão, constrói e alimenta a imagem do negro desordeiro e criminoso<sup>50</sup>.

Deste modo, quando se argumenta em favor de que a desigualdade racial tem autonomia em relação à questão de classe, retira-se a centralidade daquilo que é concretamente central, ou seja, de que a desigualdade racial, como sistema de opressão que se constitui como componente histórico-estrutural das relações sociais e econômicas capitalistas, está fundada em estruturas de classe sociais que delas não podem se tornar autônomas. Suprime-se também o fato de que negros de classe média/alta e negros pobres são atingidos pelas práticas racistas de diferentes formas, basta ver a política de extermínio da população negra ou o seu encarceramento em massa para constatar que o racismo incide perversamente de diferentes formas e intensidades a depender das camadas sociais envolvidas. Não que esta questão não seja constatada pelos nossos interlocutores nas teses, mas a tentativa de equalizar a questão racial independente das classes, alimenta percepções que não desvelam a raiz do problema. Isto não significa negligenciar que o racismo está presente também nas classes médias/altas, mas sim, implica

---

<sup>50</sup> Sobre este debate cf.

pensá-lo enquanto sistema de opressão estrutural que opera funcionalmente para manutenção da lógica do capital.

Neste sentido, nos parece que a concepção de “inclusão” via ações afirmativas identificada nos autores supracitados não caminha na direção de desvelar os determinantes da desigualdade social e racial, pois tendem a restringir-se à necessidade de integração dos grupos “excluídos” à lógica do capital. Tal constatação é reforçada, por exemplo, pela ideia de que o objetivo das ações afirmativas seja “viabilizar condições para que todos na sociedade possam competir igualmente” (FERRI, 2015).

A “competição pela obtenção de empregos e posições de poder e reconhecimento social” (SANTOS, 2015, p. 144), configura um argumento liberal que passa ao largo de um enfrentamento das desigualdades estruturais que fundam o modo atual de produção e reprodução da vida. Em via oposta, operam a legitimação da desigualdade social, pois advogam por saídas individuais e referendam um discurso liberal de que todos podem prosperar no sistema capitalista, uma ideia de inclusão para a ascensão social, ou seja, um argumento que desagua na lógica meritocrática.

Pedroso Hamú (2014) aponta que resultados concretos têm demonstrado a pertinência das cotas. Para consubstanciar essa afirmação a autora utiliza um balanço realizado por uma pesquisadora na UnB:

Conforme Melo (2011), o sistema de cotas mostrou ser uma política eficaz, com base em dois eixos que se completam e delineiam seus objetivos principais: primeiro, a igualdade de chances na forma da inclusão social permite ao estudante cotista, ao ingressar numa universidade, visualizar a possibilidade de ascensão social. E segundo, a criação de exemplos na comunidade e a mudança no imaginário coletivo são elementos que pouco a pouco se constroem, com a presença marcante de pessoas negras nos corredores da universidade. (PEDROSO HAMÚ, 2014 p.87)

[...]

Nesse sentido, as afirmações de Melo (2011) ratificam o que Oliven (2007) já havia mencionado, ao apontar a importância dos modelos para as futuras gerações, pois os jovens negros necessitam conhecer outros negros bem-sucedidos, um significado simbólico, em áreas ou cursos de maior prestígio, como Medicina, Direito, engenharia, entre outros. (PEDROSO HAMÚ, 2014 p.88)

Em formulações como estas, que consideram como objetivos principais das ações afirmativas o fomento de mudanças no “imaginário coletivo” e de viabilizar que os sujeitos vislumbrem a possibilidade ascensão social, está também embutido uma responsabilização individual, pois tendem a reforçar a ideia que o problema da desigualdade racial ou social estariam relacionados a baixa autoestima do sujeito.

Outro aspecto referente ao par conceitual inclusão/exclusão observado nas teses diz respeito à utilização destes conceitos de modo pouco refletido e impreciso, tal qual identificado

por Oliveira (2002) na literatura social contemporânea. Embora seja recorrentemente usado para se referir às políticas afirmativas, a utilização do binômio inclusão/exclusão não é teoricamente justificada nas produções examinadas, não sendo explicitada a opção por seu uso, tampouco a definição do seu significado.

Em geral, tais conceitos aparecem em formulações como: “democratizar a educação superior remete à expansão de matrículas e à inclusão social de jovens até então desassistidos, seja por condições econômicas ou preconceitos” (FERRI, 2015, p.71) ou quando se afirma que as ações afirmativas figuram “como um instrumento eficaz de inclusão da população negra nos mais variados setores sociais” (BARRETO, 2014, p. 172).

Destoando na maneira de apresentar o debate sobre a inclusão, Novak (2014), ao discutir sobre as reformulações e readequações orçamentárias pelas quais passam as políticas sociais no contexto dos ajustes estruturais do Estado neoliberal, propõe algumas reflexões sobre a origem das chamadas políticas de inclusão. Segundo ela, para prevenir “o risco dos protestos e movimentos sociais e considerando a necessidade de coesão social que a redução do papel social do Estado poderia causar nas questões sociais”, a partir da década de 1990, uma série de políticas públicas voltadas ao atendimento de “grupos minoritários” são instituídas, tendo como ênfase o termo “inclusão” (NOVAK, 2014, p.44). Segundo a autora:

As ações são focalizadas nos grupos vulneráveis, dando-se grande visibilidade a elas para que a lógica de reprodução possa manter-se. Com esse tipo de ação, o Estado busca garantir a coesão social a partir de um amplo discurso de inclusão social e de pequenas mudanças que não abalam as estruturas de sustentação do sistema de mercado. No campo financeiro essas mudanças não oferecem problemas, já que os recursos aplicados nessas políticas, embora sejam muito baixos, cumprem os objetivos de regulação da pobreza.

As pessoas e grupos que vivem abaixo da linha da pobreza, conforme Neves (2005), passam de excluídos para incluídos e colaboram com os mecanismos de criação dos consensos, elemento necessário, já que a reprodução social não é natural, sendo assim necessário que a população seja convencida da legitimidade das relações sociais existentes. (NOVAK, 2014, p. 47)

Ao analisar o papel dos organismos internacionais no que concerne à implementação dos ajustes estruturais, principalmente, por parte dos países periféricos em troca de empréstimos e financiamentos, Novak (2014, p. 68) argumenta que o sistema vigente “cria um contingente de excluídos vivendo à margem da sociedade. Neste contexto, são necessários mecanismos de inclusão para algumas destas pessoas, o que ocorre através de uma série de políticas de atendimento de demandas dos grupos focais”. A autora identifica que as “atuais políticas para as populações vulneráveis, assim como as políticas de inclusão e de respeito à diferença e à diversidade cultural, estão inseridas em um conjunto de reformas estruturais e políticas mundialmente articuladas” (NOVAK, 2014, p.64).

Já que o sistema cria grupos excluídos, busca como antídoto ao problema a inclusão, com propostas de reconhecimento e respeito às particularidades. Na educação o discurso é de preservação da cultura pela via da escola, secundarizando a função histórica dessa instituição, que é a de trabalhar com conhecimentos científicos elaborados pela humanidade. (NOVAK, 2014, p.73)

Verifica-se na tese de Novak (2014) um esforço em problematizar as chamadas políticas de inclusão, incentivadas pelos organismos multilaterais no contexto da reestruturação produtiva e do neoliberalismo. A autora adverte ainda para o fato de comumente se atribuir à educação a resolução de problemas oriundos de outros campos como “economia, da produção, da organização do trabalho e da política, como se por meio de uma boa escola fosse possível enfrentar e resolver os complexos problemas que geram a exclusão, pobreza e discriminação” (NOVAK, 2014, p.93). Neste sentido, com relação à questão indígena, a autora pondera:

A discussão em torno da pobreza e da exclusão social indígena é atribuída às questões de desrespeito cultural. Promete-se formação acadêmica, autonomia, autossustentabilidade e auto-gestão aos povos indígenas dentro da lógica excludente do sistema de produção capitalista, que, a nosso ver, é o principal responsável pela destruição ambiental e pela perda das línguas e culturas indígenas, uma vez que expropria a terra, aglutina milhares de indígenas de diferentes etnias em pequenas áreas demarcadas, expõe famílias e crianças às ruas movimentadas das grandes cidades para a comercialização do artesanato, compra e vende a força de trabalho dos jovens indígenas em troca de salários aviltantes, produz e reproduz o fetiche da mercadoria incentivando o consumo de produtos industrializados. (NOVAK, 2014, p.87)

Os apontamentos feitos por Novak (2014) suscitam a compreensão de que as estratégias de “inclusão” no ensino superior precisam considerar questões que estão para além dos muros universitários. Neste sentido, cabe questionar em que medida é possível atribuir ao contexto educacional a capacidade de romper com as situações identificadas como “exclusões sociais”? Tal questão prescinde da compreensão das contradições da educação formal na contemporaneidade e levantam um ponto de reflexão importante referente àquilo que vimos apontando na pesquisa de Novak (2014), referente às diretrizes dos organismos internacionais para a educação e seus discursos em prol da inclusão social.

Ao propor examinar a mudança do discurso sobre a educação no decorrer da década de 1990, Evangelista e Shiroma (2006) analisam alguns documentos divulgados por organismos internacionais e constataam que o discurso de “Educação para competitividade”, alicerçado em conceitos como produtividade, qualidade, competitividade, eficiência e eficácia, verificado no início da década de 1990, migrou, no final da mesma década, para o discurso da “Educação para o combate à pobreza”, com a predominância dos conceitos de justiça social, coesão social,

inclusão, *empowerment*, oportunidade e seguridade. Estes conceitos predominantes neste discurso da “Educação para a pobreza” são “todos articulados pela ideia de que o que faz sobreviver uma sociedade são os laços de ‘solidariedade’ que se vão construindo entre os indivíduos” (EVANGELISTA; SHIROMA, 2006, p.44).

Como vimos demonstrando no decorrer deste capítulo, é possível constatar que parte destes conceitos estão presentes no debate sobre as ações afirmativas nas teses examinadas, vejamos um exemplo em que alguns deles são empregados:

as ações afirmativas se nos apresentam como uma alternativa à **inclusão** da população negra nos mais variados setores sociais em que está alijada do pleno exercício de **cidadania**. Elas surgem no cenário brasileiro de maneira mais visível nos anos noventa, como densificação de princípios constitucionais para assegurar o gozo de direitos já existentes e também para proporcionar a criação de outros tantos que visem à emancipação e **empoderamento** de grupos sociais historicamente apartados em nossa sociedade. As ações voltadas ao exercício de direitos das mulheres, dos homossexuais, dos portadores de deficiências ou dos negros, por exemplo, passam a ser executadas, sob a tutela do Estado ou a partir de setores organizados da sociedade civil, buscando o reconhecimento da igualdade e da **dignidade** desses grupos. (BARRETO, 2014, p.14) [Grifos nossos].

Outro exemplo que dialoga com o novo discurso referente à educação assumido na contemporaneidade pode ser verificado nas formulações de Santos (2015):

Num ambiente social onde os valores emanados pelas ideologias de base liberal apontam para a competição, individualismo e concorrência, emergem **solidariedades** e uma **cultura de valorização da participação, associativismo e de obrigação social** onde os indivíduos buscam inserir-se em iniciativas que apontem para a superação do perverso quadro social. Nesse contexto, emerge o Projeto Negraeva com a proposta de Curso Preparatório Pré-vestibular para uma pequena parcela de munícipes de Campo Grande/MS (SANTOS, 2015, p.126). [Grifos nossos].

Evangelista e Shiroma (2006, p.44) identificam que a mudança do discurso verificada nos documentos dos organismos internacionais exprimem que “o viés economicista explícito deu lugar a uma face humanitária por meio da qual a política educacional ocuparia o lugar de solução dos problemas humanos mais candentes, em especial o problema da sobrevivência na sociedade atual”, tal alteração não diz respeito apenas a uma questão linguística, representa, segundo as autoras, uma mudança dos rumos das políticas públicas no início do século XXI. As autoras destacam que os documentos mais recentes divulgados pelo Banco Mundial e pela Organização das Nações Unidas apontam para a questão da Educação para a inclusão social dos empobrecidos. A hipótese das autoras “é a de que este discurso – que relaciona educação e combate à pobreza – quer se concretizar pelas vias da empregabilidade, da educação da menina

e da política de inclusão, mobilizando a denominada cidadania ativa” (EVANGELISTA; SHIROMA, 2006, p.51).

Vejamos como a inclusão social no Ensino Superior e a questão da empregabilidade se apresenta, haja vista que a justificativa da geração de emprego é um dos argumentos mobilizadores das ações afirmativas:

As ações afirmativas em educação, especialmente nas universidades, têm sido consideradas como mecanismos fundamentais de inserção de grupos vulneráveis socialmente. **Isso porque é no ambiente universitário que o ciclo vicioso de exclusão de pretos e pardos pode ser rompido, através de uma melhor formação e qualificação profissionais, na geração de emprego e renda e no reconhecimento social de suas atividades e de si.** (BARRETO 2014. p. 52 e 53) [Grifos nossos]

Esta mesma perspectiva da formação para acessar o mercado de trabalho e ascensão social é verificada também no argumento abaixo:

[...] com os programas de ações afirmativas tornaram-se reais as oportunidades de pretos e pardos alcançarem **mobilidade social através da educação superior no Brasil**, contribuindo para reduzir as discrepâncias entre negros (pretos e pardos) e brancos nos setores sociais”<sup>51</sup>. (JESUS, 2014, p.21)

Nesta mesma direção, Santos (2015, p. 24) aduz que a “educação se constitui em mecanismo importante de estratificação social e que exerce papel fundamental nos processos de mobilidade vertical ascendente”. Vejamos sua explicação:

A fim de demonstrar a relevância e a importância dessa pesquisa, começo por destacar que no Brasil os afro-brasileiros ocupam uma posição de subalternidade social, principalmente, no que se refere a educação superior que ainda constitui-se numa — esfera marcada por fortíssimas desigualdades no acesso e permanência dos indivíduos”, uma vez que a escolaridade “é uma das formas por excelência de ascensão social e de potencialização do acesso a muitos bens produzidos pela sociedade” (IPEA, 2008, p. 5). Ou seja, enquanto as desigualdades raciais persistirem no campo educacional, também permanecem os seus mecanismos de reprodução. (SANTOS, 2015, p.25)

A crença de que o Ensino Superior é capaz de romper com a exclusão social ao possibilitar acesso ao mercado de trabalho notadamente é um dos pontos de sustentação da defesa das ações afirmativas nas fontes analisadas. Refletindo sobre a estratégia de inclusão na educação, Kuenzer (2007) acrescenta densidade à questão contribuindo para avançar neste debate ao analisar a relação entre trabalho e educação. A referida autora parte do exame do aprofundamento da dualidade estrutural decorrente do novo padrão de acumulação capitalista,

---

<sup>51</sup> Grifos nossos.

introduzido após a crise de 1970 e o “novo papel atribuído ao Estado Neoliberal relativo à educação nas suas relações com o trabalho”. Sua investigação identifica que a busca por adquirir competências cognitivas que valorizam o capital e a produção de trabalhadores flexíveis têm configurado as novas estratégias de “inclusão” educacional.

Neste atual regime, chamado pelo teórico David Harvey de acumulação flexível, a autora aponta que a dualidade estrutural se intensifica ao se aprofundar as desigualdades de classe. De um lado, o mercado exclui a força de trabalho das relações formais para incluí-la sob formas precarizadas e informais e, de outro, a educação inclui para excluir ao longo do processo (KUENZER, 2007). Com base na compreensão de Harvey, Kuenzer (2007) argumenta que para manter o regime funcionando são necessárias formas de disciplinamento dos trabalhadores e de uma formação que atenda às necessidades do sistema produtivo.

Estas novas formas de disciplinamento vão contemplar o desenvolvimento de subjetividades que atendam às exigências da produção e da vida social, mas também se submetam aos processos flexíveis caracterizados pela intensificação e pela precarização, a configurar o consumo cada vez mais predatório e desumano da força de trabalho. (KUENZER, 2007, p. 1159).

Para isso, a escolarização deve ser estendida a todos aqueles que vivem do trabalho. Esta formação educacional mantém uma dualidade ao oferecer uma educação diferenciada para aqueles trabalhadores que compõe o núcleo duro das empresas, ou seja, trabalhadores que necessitam de qualificação permanente para assegurar vantagens competitivas no mercado. Na outra ponta estão a maioria dos trabalhadores que desenvolvem atividades simples e que, por isso, necessitam receber uma baixa qualificação para ocupar postos precarizados. Este processo dual da educação a autora chama de inclusão excludente, na medida em que, “ao incluir em propostas desiguais e diferenciadas, contribui para a produção e para a justificação da exclusão” (KUENZER, 2007, 1165).

Kuenzer (2007) constata que no contexto do atual padrão de acumulação capitalista, a força de trabalho precisa conter um caráter “flexível”, que desenvolva “competência para aprender e para submeter-se ao novo, o que supõe subjetividades disciplinadas que lidem adequadamente com a dinamicidade, com a instabilidade, com a fluidez” (KUENZER, 2007, p. 1168). O que requer atenção neste processo é o fato de que o capital, na sua dinâmica de reprodução atual, segundo Kuenzer (2007, p. 1171), “permite a formação de um maior contingente de trabalhadores com mais educação, se possível básica completa e até superior, o que viabilizará maior flexibilidade em seu uso combinado ao longo das cadeias produtivas”. Desse modo, a educação, além de suas funções de disciplinamento e formação de mão-de-obra, representa também uma área rentável sob a qual o mercado tem expandido seus tentáculos

mirando repasses de recursos públicos para instituições privadas. No caso do Ensino Superior, o crescimento da oferta de vagas ocorre vertiginosamente na rede privada onde também ocorre a ampliação das vagas por meio das ações afirmativas via PROUNI, vejamos os dados extraídos da tese por Santos (2015, p.123):

a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE (2005), revela, que a partir de 2002, com a implantação de políticas de ação afirmativa como as cotas em diferentes universidades e a implementação do PROUNI, em 2004, que houve um aumento do percentual de negros na universidade (negro/preto, 3,1% + pardo ou mulato 18%), de 21,1%, em 2002, para 30% em 2005. O crescimento deve-se principalmente às matrículas em instituições privadas, via PROUNI.

Estas questões ajudam a refletir que as ações afirmativas no Ensino Superior possuem, em grande medida, uma convergência com as estratégias de educação que vêm sendo pensadas no contexto da reestruturação produtiva do capital. Pois tanto estão inseridas no processo de privatização e transferência do fundo público para a iniciativa privada, quando efetivadas via PROUNI, quanto não preveem incremento de vagas nas universidades públicas, tampouco aumento do repasse de recursos financeiros e garantias de efetiva permanência para os estudantes.

Em uma tentativa de síntese dos apontamentos feitos até aqui, demarcamos que as novas formas de desemprego, de exploração, de falta de acesso à educação, saúde, moradia, previdência social, assim como todas as formas de discriminações, podem ser descritas como formas de exclusões, contudo, tais fenômenos não significam exclusão do sistema enquanto tal, ao contrário, referem-se justamente a forma pela qual estes sujeitos são “incluídos” de forma subordinada à lógica imanente do sistema do capital.

Para Oliveira (2002), buscar compreender a realidade social a luz do par categorial inclusão/exclusão sem considerar a categoria do capital, implica em restringir a análise apenas ao aparente. Colaborando na mesma direção, Fontes (2005, p.23) recupera em Marx uma característica contraditória do capitalismo referente a “inclusão”: os trabalhadores, “expropriados da capacidade autônoma de sobrevivência”, convertem-se em “incluídos em um processo mercantil e industrial”. Neste sentido, tanto os trabalhadores efetivamente em atividade quanto aqueles disponíveis e aptos a entrarem no mercado de trabalho – que formariam o que Marx designou de *exército industrial de reserva*<sup>52</sup> – estariam efetivamente “incluídos” no processo de reprodução ampliada do capital.

---

<sup>52</sup> O exército industrial de reserva cumpre, no modo de produção vigente, o importante papel de disciplinar a força de trabalho e de manutenção de baixos salários, ao explicitar que a insubmissão ou contestação das relações precarizadas de emprego, pode acarretar ao trabalhador a perda do posto de trabalho e a substituição por aqueles

A este processo de mercantilização da vida social a qual todos estão submetidos, seja vendendo a força de trabalho seja compondo o exército industrial de reserva, Fontes chamou de *inclusão forçada*. Nesta chave interpretativa não há excluídos, na medida em que todos estão submetidos a lógica de produção e reprodução capitalista, forçadamente estão, portanto, “incluídos”, mesmo quando descartados do mercado de trabalho e alijados de direitos fundamentais como saúde, moradia e educação. Ainda segundo a autora, a inclusão forçada submete todos a procedimentos disciplinadores, estigmatizadores e punitivos, por meio da imposição de comportamentos, normas, códigos, valores e educação, e que resultam em formas múltiplas de discriminação, reclusão ou segregação no próprio interior do sistema. Tais procedimentos, segundo Fontes (2005, p.38) “demarcam os limites da integração possível”, operando por *exclusões internas* como demarca Balibar (1992, p.202 *apud* FONTES, 2005, p. 25):

ninguém pode ser *excluído do mercado*, simplesmente porque ninguém pode dele sair, posto que o mercado é uma forma ou uma “formação social que *não comporta exterioridade*. Dito de outra forma, quando alguém é expulso do mercado, na realidade, funcionalmente ou não, ele é mantido em suas margens, e suas margens estão sempre ainda em seu interior. Não seria o mercado essa estrutura ou instituição social paradoxal, talvez sem precedentes na história, que inclui sempre suas próprias “margens” (e portanto seus próprios “marginais”) e que, finalmente, somente conhece *exclusão interna*?<sup>53</sup>

O emprego recorrente e de forma imprecisa do conceito exclusão, usado para se referir a incontáveis grupos sociais e situações diversas, tem se restringido, na maioria das vezes, a designar apenas a aparência do real, ou seja, refere-se a formas mais atualizadas de exploração, repressões, segregações, estigmatização e sofrimentos que para serem desnudados em sua essência necessitariam serem analisadas a partir da mediação com a categoria que, nas palavras de Oliveira (2002, 196), “opera a síntese social”:

[...] a compreensão do concreto, totalidade síntese de múltiplas determinações, reclama a mediação teórica de uma categoria sintética imanente à própria realidade. Ora, enquanto vivemos em formações sociais em que é dominante o modo de produção capitalista, é o capital a categoria que opera a síntese social. Deste modo, no processo de determinação das realidades designadas pelo conceito exclusão, serão as categorias imanentes à rede categorial do capital que deverão ser trabalhadas; o sistema político e as representações simbólicas só têm lugar no sistema se estão submetidos às relações econômicas. Por isso mesmo, sem afrontar a lógica do sistema do capital, só temos conseguido operar com o conceito exclusão colocando como horizonte a inclusão. Mas isto não é mais do que a negação imediata, que apenas reafirma a afirmação pois, em termos práticos, a inclusão do excluído é sua integração

---

desempregados que aguardam por uma vaga e que, diante da necessidade de sobrevivência, submeter-se-ão a tais condições precarizadas (FONTES, 2005).

<sup>53</sup> Grifos no original.

à lógica do princípio sintético, à lógica do capital. Em suma, é a negação da negação que precisa ser construída, como alternativa teórico-prática capaz de compreender e superar a exclusão e a inclusão.

Os apontamentos feitos por Oliveira (2002) no trecho acima são elucidativos para pensar os conceitos de inclusão e exclusão suscitados no levantamento da produção acadêmica que tematiza as políticas de ações afirmativa para o Ensino Superior. Embora através do conceito exclusão seja possível dar a ver os resultados do processo de exploração do capital, este conceito tende ao ocultamento da essência do fenômeno, ou seja, sua processualidade em si, ou ainda, aquilo que causa a própria exclusão. A luta contra as causas da “exclusão” não está no campo da “inclusão”, pois incluir pressupõe ajustar-se ao sistema preservando a própria ordem que produz as desigualdades. Neste sentido, considerar que a exclusão se encontra incluída na lógica que a produz, ou seja, como característica do próprio capitalismo, é condição para sua compreensão e o caminho para sua superação.

### 3.3 AÇÕES AFIRMATIVAS E O DEBATE SOBRE A IGUALDADE

Outro aspecto que se evidencia nas teses examinadas é o debate sobre a igualdade. De forma geral, os autores contrapõem a perspectiva da igualdade formal às noções de igualdade de oportunidades, igualdade de direitos e igualdade material. O princípio da igualdade de oportunidade é apontado como capaz de possibilitar condições equivalentes àquelas pessoas que se encontram alijadas dos seus direitos. Neste sentido, as ações afirmativas representariam “um caminho alternativo para a construção de igualdade de direitos entre Afro-brasileiros e outros segmentos populacionais, no que tange o acesso à educação superior”. (SANTOS, 2015, p.18).

Ao analisar as ações afirmativas na perspectiva do direito, Barreto (2014, p. 38) considera que estas políticas “visam à construção da igualdade de oportunidades”. Segundo a autora, em uma sociedade em que as diferenças figuram como estranhamento e opressão deve-se pautar o princípio da igualdade material, haja vista que a igualdade formal não é capaz de se concretizar. Reproduzimos seu argumento:

A igualdade formal é apresentada como possibilidade do exercício de direitos numa sociedade onde seus membros mantenham resguardado um grau razoável de igualdade de status econômico, de igualdade de respeito e de dignidade. Quando esse equilíbrio apresenta-se socialmente a igualdade formal é utilizada enquanto princípio universal erga omnes. Entretanto, esses momentos de relativa igualdade são efêmeros, quando não, utópicos, em nossa sociedade, vez que a complexidade da dinâmica

social, sempre contextualizada, aponta para “escolhas” que relevam direta e negativamente as diferenças. [...] Então, no momento em que as diferenças figuram na sociedade como estranhamento e opressão (e não como distintivo de identidade) entra, em favor da cidadania, o princípio da igualdade material, descrito no artigo 3º da Carta Magna. (BARRETO, 2014, p.31)

Verifica-se que, para a autora, a contraposição à igualdade formal estaria contida no princípio da igualdade material prevista na Constituição Federal. De acordo com sua análise, o “princípio da igualdade material existe para efetivar a igualdade formal e reduzir as desigualdades sociais, através da redistribuição de renda ou de medidas protetivas, materializadas nas discriminações positivas, por exemplo” (BARRETO, 2014, p. 32). Nesta perspectiva, as ações afirmativas são interpretadas como políticas sociais que “trabalham no sentido de **restituir** a igualdade de oportunidades entre negros e brancos” (BARRETO, 2014, p.41, grifos nossos), pois buscam “assegurar acesso e oportunidade, através de tratamento diferencial, para membros ou grupos alijados de direitos” (p.36).

O tratamento diferenciado justifica-se já que o princípio universal, que prega a igualdade sem “distinção” em nossa sociedade, só alcança efetividade quando aplicado em sua particularização. Portanto, para que um direito seja materializado e usufruído imediatamente as ações afirmativas figuram como um remédio jurídico particular. Em conformidade com Bernardino (2004, p. 34), as ações afirmativas enquanto políticas públicas servem à construção das identidades sociais na relação com o outro e ao fortalecimento do princípio da dignidade via exercício de direitos e de cidadania plena” (BARRETO, 2014, p. 36).

As ações afirmativas, nesta perspectiva, vislumbram o exercício de direitos e a redução das desigualdades, tendo por objetivo reparar os danos sofridos por grupos populacionais quando suas “diferenças figuram na sociedade como estranhamento e opressão”, ou seja, quando assumirem formas de desigualdade. Um primeiro ponto a ser demarcado é que a defesa do reconhecimento dos indivíduos como sujeitos de direitos encontra-se nos marcos da sociedade de classes onde as relações econômicas, políticas e sociais são estruturalmente desiguais. Retornaremos a este ponto mais a diante, por ora, vejamos como os demais autores abordam o tema em questão.

Na mesma direção interpretativa apontada na pesquisa de Barreto (2014), situa-se também a tese de Jesus (2014), na qual encontra-se um conjunto de argumentos que embasam a sua defesa das ações afirmativas, entre os quais, os denominados por ele de “Jurídico-Filosóficos”. Para desenvolvê-los o autor dialoga com Norberto Bobbio e a ideia de igualdade, com John Rawls e o conceito de Justiça social, e com Joaquim Barbosa Gomes, Carmen Lúcia

Antunes Rocha e Paulo Lucena de Meneses com relação aos “conceitos de igualdade formal, igualdade concreta e ações afirmativas”.

Recorrendo à jurista Carmem Lucia, atual presidente do Supremo Tribunal Federal, Jesus (2014) extrai a compreensão de que o tratamento diferenciado é uma forma de promoção da igualdade àqueles que foram e são marginalizados. Desta compreensão teria emergido:

[...] um novo conceito de igualdade no campo Internacional dos Direitos Humanos em razão da disparidade das concepções formal e substancial. **Passou-se a nomear a igualdade de oportunidades como aquela que busca promover a justiça social.** Esse conceito novo fundamentou as políticas sociais de apoio aos grupos discriminados socialmente. Essa nova denominação de igualdade fez surgir o conceito de indivíduo concreto que emerge do direito concreto, situado pelas suas especificidades históricas, culturais e sociais (JESUS, 2014, p. 179) [Grifos nossos].

Amparando-se nas formulações de Bobbio, Jesus (2014, p. 180) avalia que dentre as justificativas que cercam as ações afirmativas, “a desigualdade de posição e de oportunidades entre brancos e negros é o ponto central que mobiliza as ações reivindicatórias pela igualdade de oportunidade”. Esta interpretação, diz o autor, toma como referência a compreensão de Bobbio, segundo a qual “ao princípio de igualdade de oportunidade, aplica-se a regra de justiça para uma situação da qual existem várias pessoas em competição na obtenção de um objetivo único que só pode ser alcançado por um dos concorrentes” (JESUS, 2014, p.180).

Segundo o referido autor, a ideia de promover uma ação político-jurídica que execute uma justiça equitativa é justificada pela relação de exclusão e privilégios existentes na sociedade. Assim, a “possibilidade de concessão de políticas mais igualitárias” teria, segundo Jesus (2015), um amparo nas formulações de John Rawls (1993). O autor avalia que as ações das instituições sociais, dentre as quais as escolares, frequentemente “favorecem os pontos de partida para alguns grupos mais do que para outros”. A este cenário desigual, o autor aponta que a formulação de Rawls prevê a inserção de determinados princípios para promoção da justiça social.

A justiça social de Rawls (1993) é inserida na discussão das ações afirmativas no ensino superior devido a sua capacidade moral e ética que “formula um conjunto de princípios que quando conjugados às nossas crenças e ao conhecimento das circunstâncias emitem juízos com fundamentações para aplicar de forma consciente e inteligente” (1993, p.50). Penso que as cotas raciais têm respaldo filosófico devido à condição dos “juízos ponderados” (RAWLS, 1993, p.51), que rendem qualidades morais com alto grau de possibilidade de se mostrarem sem distorção. Nesse sentido, elas podem ser voltadas à correção de uma desigualdade histórica na qual pretos e pardos foram inseridos em cujo contexto o racismo orientou a composição estrutural da sociedade brasileira. (JESUS, 2014, p. 181 e 182)

Remetendo-se às análises de Meneses, Jesus (2014, p. 182), aponta que “a finalidade das ações afirmativas é a de implementar uma igualdade concreta (igualdade material) já que o princípio constitucional de isonomia (igualdade formal) não conseguiu cristalizar”. Mais adiante o autor cita também a compreensão da jurista Carmem Lucia, segundo a qual:

[...] a política de ação afirmativa avança na tentativa de concretização do princípio jurídico de igualdade por promover **igualdade jurídica efetiva aos desiguais numa forma de concebê-los o direito à igualdade concreta**. Tal ajuste possibilitou que o princípio de igualdade jurídica ultrapassasse o limite da igualdade formal e ganhou contornos para uma igualdade material, que compreende ser um instrumento hábil de implementação da igualdade efetiva e, dessa maneira, o princípio jurídico deixa de ser apenas um pilar do Estado de Direito e passa a ser uma sustentação do Estado Social (JESUS, 2014, p. 183). [Grifos nossos]

É curioso perceber que o próprio autor aponta que “o princípio da igualdade jurídica é norma brasileira desde a Carta Imperial de 1824, porém, contraditoriamente, o princípio de igualdade neste documento foi formulado em pleno exercício da economia escravocrata”. Na sequência o autor constata que a “Constituinte de 1988 buscou reparar uma justiça ainda em dívida com as chamados (sic) minorias de nossa sociedade e, nela, a ação afirmativa está inserida no princípio de igualdade jurídica” (p.183). Parece haver na interpretação do autor a ideia de que as ações afirmativas configurariam a mudança no antigo princípio da igualdade jurídica. Isso fica mais evidente no trecho a seguir:

Os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil segundo a Carta de 1988 são definidos em termos das obrigações transformadoras do quadro social e político para se chegar à igualdade concreta. Rocha (1996) esclareceu que **somente as ações afirmativas podem alcançar essa atuação transformadora que a Constituinte brasileira decretou para garantir a igualdade como direito fundamental de todos**. E tal argumento é feito devido à descrição no inciso IV do Art. 3º da Constituição de 1988 que objetiva promover o bem de todos, sem preconceitos de ordem racial, de gênero, cor, idade e outras formas de discriminação. A autora elogia a referida atitude por não ter repetido os modelos constituintes anteriores, e essa superação se deu por determinar, a partir daquele documento legal, o enfoque numa ação afirmativa que signifique “universalizar a igualdade e promover a igualação” (p.93) (JESUS, 2014, p. 183) [Grifos nossos].

Em direção interpretativa convergente, Ferri (2015) se reporta à compreensão do jurista Joaquim Barbosa Gomes, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, para explicar que:

[...] em lugar da concepção «estática» da igualdade extraída das revoluções francesa e americana, cuida-se nos dias atuais de se consolidar a noção de igualdade material ou substancial, que, longe de se apegar ao formalismo e à abstração da concepção igualitária do pensamento liberal oitocentista, recomenda, inversamente, uma noção «dinâmica», «militante» de igualdade, na qual necessariamente são devidamente pesadas e avaliadas as desigualdades concretas existentes na sociedade, **de sorte que as situações desiguais sejam tratadas de maneira dessemelhante**, evitando-se

assim o aprofundamento e a perpetuação de desigualdades engendradas pela própria sociedade. (GOMES (2003, p.19 *apud* Ferri, 2015, p.77) [grifos nossos].

Ferri (2015) afirma que, embora diferentes tratados comprometidos com a defesa dos direitos humanos foram assinados nas últimas décadas, como a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, de 1948, “os direitos fundamentais ainda são um bem a ser conquistado”. A autora cita o exemplo brasileiro, onde, segundo ela, “ainda está presente a desigualdade de renda, de oportunidades de trabalho, de acesso à saúde, à justiça, à escola, à cultura, ao lazer, à segurança, à escolha e à cidadania” (FERRI, 2015, p.77).

De modo geral, os autores Ferri (2015), Jesus (2014) e Oliveira (2013) reportam-se à compreensão do jurista Joaquim Barbosa Gomes para se referir as ações afirmativas como políticas destinadas a promover a igualdade material. Dentre os principais objetivos das ações afirmativas, são apontados por Oliveira (2013), a partir da perspectiva do jurista brasileiro, a promoção da igualdade de oportunidade e a eliminação dos efeitos persistentes da discriminação do passado.

Se considerarmos literalmente o princípio constitucional de que “todos são iguais perante a lei”, entenderemos que as ações afirmativas são discriminatórias. Por outro lado, se os operadores do direito não levarem em consideração a existência da desigualdade, eles estarão promovendo uma injustiça. Assim, o direito ao tratamento igualitário deve distinguir igualdade como política de igualdade, e igualdade como direito. Tal meta só pode ser alcançada se houver políticas que levem em conta não apenas a igualdade abstrata, formal. Do ponto de vista da teoria da justiça como teoria de igualdade de Dworkin (2002), para implementar a igualdade é necessário implementar uma política de igualdade. (OLIVEIRA, 2013, p. 70)

A compreensão de que as ações afirmativas figuram como medidas destinadas a igualar os pontos de partida, a promover igualdade de oportunidades com vistas a possibilitar que os grupos em situação de vulnerabilidade social possam competir em igualdade de condições compõe, como já apontado anteriormente, a agenda liberal, embora haja, em alguns autores, um esforço argumentativo para afirmar que as ações afirmativas propõem uma suposta **redefinição** da igualdade de oportunidade liberal:

Desse modo, as políticas de ações afirmativas, em uma perspectiva complexa de igualdade, são baseadas nos direitos individuais, **propõem uma redefinição da igualdade de oportunidades liberal, introduzindo a utilização de particularidades grupais e dando uma ênfase positiva à construção de identidades raciais**. Visam à democratização do acesso a meios fundamentais – como emprego e educação– por parte da população em geral (FERRI, 2015, p. 77).

No trecho abaixo também encontramos uma definição importante que ajuda na tarefa empreendida aqui, na medida em que demonstra qual enfrentamento à igualdade formal está sendo proposta, segundo Barreto (2014, p. 42):

Na obra “Uma teoria da justiça”, o filósofo John Rawls formula as bases das ações afirmativas, a partir da ideia de igualdade para todos, sem distinção de qualquer espécie, excetuando-se a promoção de indivíduos marginalizados socialmente. Sua teoria **aponta para a justiça material**, fundamentada em dois princípios: que a base da sociedade seja fundada na **liberdade** e que as **desigualdades econômicas e sociais só devem ser admitidas quando em favor de uma população alijada de pleno e efetivo gozo de direitos** (RAWLS, 2002). [Grifos nossos]

Se para os autores até aqui elencados a igualdade de oportunidades é tida como o caminho das ações afirmativas no enfrentamento à igualdade formal, na concepção de Pedroso Hamú (2014) este não seria o objetivo último destas políticas, embora a autora não tenha aprofundado sua afirmação para além do excerto abaixo:

[...] as políticas afirmativas buscam ultrapassar o direito de garantir a mera superação das desigualdades de oportunidades individuais e sociais, na medida em que compreendem como crime a discriminação e buscam criar as condições mínimas necessárias à superação dos preconceitos que, há anos, ferem e humilham determinados segmentos da sociedade brasileira (PEDROSO HAMÚ, 2014, p. 20).

Ao problematizar a superação da “mera” igualdade de oportunidades, esta autora aponta que as ações afirmativas “surgem como uma alternativa possível para se chegar a uma igualdade substantiva, e, assim, vislumbrar novos horizontes em busca de resultados que promovam uma real democracia” (PEDROSO HAMÚ, 2014, p. 94). Mas qual a compreensão de igualdade substantiva está colocada? Encontra-se no texto da autora a seguinte passagem dedicada a esclarecer esta questão:

Feres Jr. pontua que, mesmo sem terem sido empregadas pelo ex-presidente norte-americano, duas expressões tornaram-se paradigmáticas: ações afirmativas e igualdade substantiva. Conforme o autor, a igualdade substantiva é o “[...] fulcro normativo da ação afirmativa”, que é “[...] o principal elemento de uma concepção de justiça social” (p. 4). Salienta ainda que a igualdade substantiva é efetiva e igualdade de fato, pois dela tem-se um resultado, enquanto a igualdade do direito formal é apenas uma teoria, um mero procedimento.

István Mészáros apud Oliveira (s/d) também discorre sobre a igualdade substantiva, afirmando que ela tem como base as relações sociais pautadas em alternativas cooperativas entre os indivíduos, nas lutas contra a continuidade desse sistema. Ou seja, pauta-se na possibilidade de construir uma nova forma de conduzir a vida humana. Impõe um distanciamento e ruptura com o princípio formal de igualdade, que opera sob a forma de ideologia, para tornar possível uma modificação radical em sua base, possibilitando a efetivação de uma sustentabilidade real. (PEDROSO HAMÚ, 2014, p. 69 e 70)

Mais à frente a autora afirma que as ações afirmativas “surtem como uma alternativa possível para se chegar a uma igualdade substantiva, e, assim, vislumbrar novos horizontes em busca de resultados que promovam uma real democracia” (PEDROSO HAMÚ, 2014, p. 94). Contudo, resulta frágil a explicação de qual sustentabilidade e igualdade real está no horizonte interpretativo da autora, haja vista que não há outros momentos em que a compreensão de “democracia real” é esclarecida, tampouco, esclarece-se do que se trata a anunciada “igualdade substantiva”. Pela conclusão a que chega a autora é imperativo que a igualdade e a democracia vislumbradas estão nos marcos participativos burgueses:

Essa nova iniciativa de formular e implantar políticas públicas de reconhecimento de direitos não está isolada e desvinculada da nova conjuntura política e social que o País vivencia tanto no âmbito nacional como no de suas relações internacionais. [...] As novas formas de participação política e o alargamento da democracia para além das formas clássicas de representação influenciam de modo especial o momento histórico atual, mais acessível às pressões da sociedade civil realizadas por meio principalmente dos movimentos sociais. (PEDROSO HAMÚ, 2014, p. 166)

A problematização da igualdade formal, é feita nas teses, via de regra, a partir da contraposição à uma perspectiva de igualdade material que avançaria na medida em que as políticas de ações afirmativas vão sendo instituídas. Tal formulação não considera o fato da ordem burguesa se fundar na apropriação privada da riqueza socialmente produzida, e que, portanto, sua pretensão de universalidade não poderia ser outra que não uma universalidade abstrata que “só pode conduzir, mesmo na forma mais elevada da emancipação política – na República democrática –, a uma igualdade formal jurídica que encubra e se fundamente na reprodução da desigualdade de fato” (IASI, 2017, p.158), deste modo:

O limite da emancipação meramente política não é superável pelo aprimoramento das formas de governo, pela definição de uma fonte popular da soberania, ou, ainda, pelo autoaperfeiçoamento do Direito, mas pela necessária superação do capital, da formamercadoria e da sociedade de classes (IASI, 2017, p. 158)

A crítica à igualdade formal não é acompanhada da constatação de que esta é a única forma de igualdade que o capitalismo pode, efetivamente, oferecer, uma vez que a igualdade de propriedades e de riquezas é incompatível e, portanto, irrealizável sob a ordem do capital. Esta constatação é verificável na dinâmica de reprodução do capital e sua tendência de concentração de riqueza que adentra o século XXI com a desigualdade entre ricos e pobres cada vez maior<sup>54</sup>.

---

<sup>54</sup> No Relatório A distância que nos une, publicado pela OXFAM, em 2017, contabiliza-se que 1% das pessoas mais ricas do planeta possuem a mesma riqueza que os outros 99% da população mundial. Segundo a

A defesa da igualdade de direito ou de uma pretensa igualdade de oportunidade encontra ressonância na abstração liberal do Estado democrático de direito. Considerar a igualdade de oportunidade a saída para resolver as variadas formas de opressão tem como limite último a própria sociabilidade burguesa pois orbitam em torno da institucionalidade e da legalidade. A crença nas instituições burguesas, como garantidoras de determinadas condições aos sujeitos de direito, obscurece que suas finalidades são a própria perpetuação da forma social dominante. Para aprofundar a análise acerca do papel do Estado no próximo capítulo dedicamo-nos ao exame da concepção de Estado evidenciada na produção examinada.

---

instituição, apenas oito (8) bilionários possuem o mesmo que a metade mais pobre da população no planeta. In: OXFAM. A distância que nos une – um retrato da desigualdade brasileira. Publicado em 25 de setembro de 2017. Disponível em [https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Relatorio\\_A\\_distancia\\_que\\_nos\\_une.pdf](https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Relatorio_A_distancia_que_nos_une.pdf). Acesso em 03/05/2018.

#### **4 CONCEPÇÃO DE ESTADO NA PRODUÇÃO ACADÊMICA EXAMINADA: uma perspectiva alinhada ao ideário liberal**

Que nunca se diga: isso é natural, para que nada passe por imutável (Bertolt Brecht)

O último módulo temático selecionado para o escrutínio das teses refere-se ao conceito de Estado presente nas elaborações teóricas dos seus autores. É inegável que a temática do Estado é bastante complexa e, de modo geral, tem sido compreendida a partir de diversas concepções teóricas, sob as quais se constrói uma série de definições e conceituações distintas.

Para nós, desnaturalizar o funcionamento do Estado é compreender o seu conteúdo de classe, assim consubstanciando a análise de toda e qualquer política pública social. Haja vista que, mesmo nos momentos de ampliação das políticas sociais e de maior atendimento das reivindicações das classes subalternas, o conteúdo de classe do Estado capitalista permanece inalterado; sua existência está firmada na necessidade da ordem do capital garantir as condições de sua própria reprodução. De modo geral, as políticas sociais são tanto uma forma de controle social para manter a hegemonia burguesa, quanto resultado de lutas das classes exploradas para garantir melhores condições de existência. Sendo assim, a proposição e implementação dessas políticas, em última instância, está sempre tensionada entre as reivindicações das classes subalternas e os limites inerentes ao Estado burguês.

Utilizamos acima a expressão “em última instância”, porque, em concordância com

Netto (1996), entendemos que não se pode reduzir a compreensão sobre a formulação e implementação das políticas sociais apenas numa tensão bipolar entre os segmentos demandantes da política, de um lado, e o Estado burguês, de outro. Como demarca o referido autor, essas políticas “são resultantes extremamente complexas de um complicado jogo em que protagonistas e demandas estão atravessados por contradições, confrontos e conflitos”, desse modo, é possível verificar que a formulação e implementação das políticas sociais constituem um campo de tensões e “alianças político-sociais as mais insólitas”, assim como, que “a ponderação dessas alianças pode introduzir fricções entre políticas sociais formuladas simultaneamente” (NETTO, 1996, p.29).

À luz desta perspectiva compreendemos que a identificação da concepção de Estado nas referidas teses dará uma importante contribuição para o escopo desta pesquisa, haja vista que, a forma de interpretar o papel do Estado e sua relação com o capital tanto reverbera diretamente na compreensão das políticas sociais dele emanadas, quanto tem o potencial de exprimir a visão de mundo de quem o interpreta.

#### 4.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Nesta seção buscamos elencar algumas questões acerca do papel do Estado na sociedade capitalista a fim de localizar o ponto de onde partimos para o exame da produção acadêmica que constitui o objeto da pesquisa. Diante da complexidade do conceito cumpre reiterar que nosso esforço é bem modesto e exprime o interesse de resumir alguns dos elementos desse conceito, haja vista que uma discussão de maior envergadura acerca do papel do Estado demandaria outras tantas mediações que não temos a pretensão de aprofundar devido aos objetivos da pesquisa e dos próprios limites para fazê-lo neste momento.

Na tradição liberal, o Estado consiste em meio para os indivíduos realizarem seus interesses privados, tendo por finalidade a promoção do bem comum. Essa concepção procura apagar as determinações de classe, “impondo como ‘necessárias’, ‘naturais’ ou ‘incontornáveis’ as exigências do capital frente ao restante da população” (FONTES, 2017, p. 53). Nesse sentido, o Estado capitalista historicamente se apresenta enquanto ideologicamente “neutro”, cujo suposto interesse comum estaria sobreposto às contradições de classes. Segundo a ideologia burguesa, ele tem o papel de promover a conciliação das classes, ocupando-se de atender as necessidades de toda a população. Essa explicação liberal tenta ocultar que os interesses de exploração do trabalho, de extração do lucro e de acumulação da riqueza, que movem a classe

dominante, são opostos, e, portanto, inconciliáveis com as aspirações da classe trabalhadora, de modo que, em hipótese alguma, o Estado seria capaz de exprimir a universalização de tais interesses.

Contrapondo-se ao ideário liberal, Lenin (2010) adverte que historicamente o Estado é um órgão de submissão de uma classe por outra; é um instrumento de dominação que surge quando as contradições sociais não podem ser objetivamente conciliadas. Como o conflito de interesses é inevitável numa ordem social cindida em classes, torna-se fundamental para a classe economicamente dominante conseguir refrear o confronto gerado por esse antagonismo, é nesse contexto que emerge a necessidade de criação do Estado como uma força política capaz de se colocar sob uma aparente neutralidade, “acima da sociedade” e hábil para manter a “ordem” social.

Como mencionado, o Estado surge no momento em que a sociedade se divide em classes, portanto, não nasce no capitalismo, mas sob a ordem do capital ele marcadamente assume uma nova fase de polarização das lutas de classe. Ao analisar o papel assumido pelo Estado no capitalismo monopolista, Netto (1996) assinala que, no final do século XIX, o capitalismo passa por mudanças profundas no seu ordenamento e na sua dinâmica econômica, ocorrendo a sucessão do capitalismo concorrencial para o monopolista, desenvolvido na forma imperialista (conforme conceito utilizado por Lenin). Segundo o autor, “a constituição da organização monopólica obedeceu à urgência de viabilizar um objetivo primário: *o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados*”<sup>55</sup> (NETTO, 1996, p.16). Para que esse objetivo econômico se efetive com chances de êxito, diz o autor, são necessários “mecanismos de intervenção extra-econômicos”. “Daí a refuncionalização e o redimensionamento da instância por excelência do poder extra-econômico, o Estado” (NETTO, 1996, p. 20).

É certo que a intervenção no processo econômico capitalista não é uma novidade trazida pela dinâmica monopolista<sup>56</sup>, contudo, é nesse estágio do capital que tal intervenção, segundo Netto (1996), “muda funcional e estruturalmente”, pois passa a incidir na “organização e na dinâmica econômica desde dentro, e de forma contínua e sistemática”. Enquanto uma instância da política econômica do monopólio, o Estado opera para assegurar as “condições necessárias

---

<sup>55</sup> Grifos no original.

<sup>56</sup> Netto (1996) assinala que o Estado sempre interveio no processo econômico capitalista e inegavelmente teve importância no período anterior ao capital de monopólios, contudo, sob o estágio monopolista essa intervenção ganha novos contornos.

à acumulação e valorização do capital”, o que inclui as condições de “preservação” e reprodução da força de trabalho (p. 22). Neste sentido:

[...] para exercer o papel de ‘comitê executivo’ da burguesia monopolista, ele [Estado] deve legitimar-se *politicamente* incorporando outros protagonistas sócio-políticos. O alargamento da sua base de sustentação e legitimação sócio-política, mediante a generalização e a institucionalização de direitos e garantias cívicas e sociais, permite-lhe organizar um *consenso* que assegura o seu desempenho”. (NETTO, 1996, p.23).

Se durante a fase concorrencial prevalece o afastamento do Estado, que assume funções mais restritas de garantia da propriedade privada, ultrapassando essa fronteira somente em situações muito pontuais (NETTO, 1996), na fase posterior, monopolista, a presença estatal nas dinâmicas econômicas se reverte. O Estado é levado a ampliar suas funções econômicas diretas, articulando-as com medidas mais especificamente políticas, essas últimas com objetivo principal de garantir que as ações da classe trabalhadora não coloquem em xeque a dinâmica capitalista. A indissociabilidade de funções econômicas e políticas do Estado burguês do capitalismo monopolista, sua intervenção contínua, sistemática e estratégica, é verificada na forma que o Estado administra as “expressões da questão social” (NETTO, 1996). Ou seja, as transformações político-institucionais promovidas pelo Estado, nos marcos do estágio imperialista, passam a incorporar demandas colocadas pela luta dos trabalhadores à própria dinâmica do capital a partir das respostas à “questão social”, por meio da instauração das primeiras formas de políticas sociais, como demarcamos alhures.

A ampliação das funções do Estado, verificadas no decurso do estágio imperialista do capitalismo, é rigorosamente analisada pelo marxista italiano Antonio Gramsci, para quem o Estado capitalista de seu tempo<sup>57</sup> contém a peculiaridade de guardar, além da coerção, também um espaço para o consenso entre os grupos junto a ele representados (MENDONÇA, 2007). Ou seja, o controle do capital implica no consentimento e adesão das classes à ideologia dominante para garantir a hegemonia.

Ao opor-se à ideologia liberal do Estado, Gramsci trabalha com uma noção de Estado integral, que, tomando como referência os estudos de Marx e Engels<sup>58</sup>, amplia o conceito de

<sup>57</sup> Mendonça (2007) ressalta que Gramsci analisou o Estado a partir do contexto histórico marcado pelos acontecimentos pós-Primeira Guerra Mundial e ascensão dos regimes totalitários, portanto, sob os marcos do estágio imperialista.

<sup>58</sup> Segundo Coutinho (2007, p.123), a “grande descoberta de Marx e Engels no campo da teoria política foi a afirmação do caráter de classe de todo fenômeno estatal”. A gênese do Estado, segue dizendo o autor, reside na divisão da sociedade em classes e sua função é “precisamente a de conservar e reproduzir tal divisão, garantindo assim que os interesses comuns de uma classe particular se imponham como o interesse geral da sociedade” (COUTINHO, 2007, p.123 e 124). Em Marx, Engels e Lenin, haveria uma identificação do Estado como o conjunto de seus aparelhos repressivos, esta identificação está diretamente ligada às condições objetivas dos Estados com os quais esses autores se defrontavam no momento histórico que escreveram. Já Gramsci, identifica Coutinho

Estado na medida em que o concebe como a relação orgânica entre sociedade política e sociedade civil, ambas em permanente interação e interconexão. Nesse sentido, o autor italiano trabalha com pares conceituais como sociedade política e sociedade civil, ditadura e hegemonia, coerção e consenso, que corresponderiam ao que ele chamou de “unidade dos distintos”, ou seja, embora distintos, estão unidos organicamente. Nesse sentido, o Estado integral de Gramsci não contém apenas elementos repressivos de dominação, mas é formado dialeticamente pela coerção e pelo consenso no exercício do poder político. Nas palavras do autor:

O exercício “normal” da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria. (GRAMSCI, 2002, p. 95).

Segundo Coutinho (2007, p.127), a sociedade política para Gramsci “é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar”. Já a sociedade civil é “formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura” (COUTINHO, 2007, p. 127).

As duas esferas que formam o Estado integral, no sentido Gramsciano, ou seja, sociedade política e sociedade civil, de acordo com Coutinho (2007, p. 128), “servem para conservar ou promover uma determinada base econômica, de acordo com os interesses de uma classe social fundamental”. No âmbito da sociedade civil “as classes buscam exercer sua *hegemonia*, ou seja, buscam ganhar aliados para suas posições mediante a direção política e o consenso” (COUTINHO, 2007, p.128), isto ocorre por meio dos sujeitos coletivos organizados junto aos chamados “aparelhos privados de hegemonia”<sup>59</sup>. O consenso é construído também através da sociedade política, por onde igualmente se promove e difunde a visão de mundo da classe que detém a hegemonia (MENDONÇA, 2007).

---

(2007, p. 124), está analisando o Estado em outro âmbito geográfico e outra época, o que lhe permitiu enriquecer a teoria marxista sobre o Estado, ao observar que, com “a intensificação dos processos de socialização da participação política, que tomam corpo nos países ‘ocidentais’ sobretudo a partir do último terço do século XIX (formação de grandes sindicatos e de partidos de massa, conquista do sufrágio universal, etc.), surge uma esfera social nova”, que o autor irá chamar de sociedade civil e de aparelhos privados de hegemonia.

<sup>59</sup> Aparelhos privados de hegemonia são “organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política” (COUTINHO, 2007, p.129), como é o caso das escolas, igrejas, partidos, sindicatos e meios de comunicação, cuja função é articular o consenso.

Em síntese, para Gramsci o Estado é uma relação social, portanto, fruto de conflitos entre sujeitos coletivos organizados na sociedade civil, logo, “**atravessado pelo conjunto das relações de classe** presentes na própria formação histórica, incorporando os conflitos vigentes na Sociedade” (MENDONÇA, 2007, p.05)<sup>60</sup>. Isso quer dizer que, embora o Estado exerça o papel de “comitê executivo” da burguesia, não ocorre sem contradições e disputas, ao contrário, para se legitimar politicamente o Estado é levado a responder também às demandas das classes subalternas, desde que, como identifica Gramsci, tais interesses não coloquem em xeque a própria dinâmica da (re)produção capitalista.

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica. (GRAMSCI, 2002, 49).

Desse modo, para pensar a dinâmica contraditória que sustenta o Estado burguês é necessário considerar que ele é absolutamente indispensável para a sustentabilidade material de todo o sistema do capital, independente da forma que assuma. Ou seja, sob a ordem do capital, o Estado pode se apresentar, por exemplo, em um regime monárquico, um regime autoritário ou um Estado democrático de direito, desde que a propriedade, as relações assalariadas e a acumulação privada estejam garantidas<sup>61</sup> (IASI, 2017). Por outro lado, embora o conteúdo de classe do Estado burguês não se altere, a forma como ele se apresenta em cada momento histórico é atravessada pela correlação de forças sociais e pela dinâmica da luta de classes.

A constatação do conteúdo de classe do Estado não significa anular ou renegar as lutas por direitos e políticas sociais, muito pelo contrário, a conquista de direitos aos trabalhadores é

---

<sup>60</sup> Grifos no original.

<sup>61</sup> Para refletir sobre o caráter do Estado democrático moderno, Iasi (2017, p. 114 e 115) relembra a consolidação dos Estados burgueses na Europa ocidental, que ao “mesmo tempo em que mantém os mecanismos repressivos contra as formas de ação direta dos trabalhadores (greves, organização para a luta econômica, insurreições etc.), deixa, cada vez mais, aberta a possibilidade da participação política eleitoral”. Isso irá repercutir na formação dos grandes partidos social-democratas, no final do século XIX, cujo o crescimento e evolução eleitoral conduzirá à crença que o caminho eleitoral poderia “levar a algo mais que uma simples utilização tática” na medida em que os trabalhadores, ao tomar consciência da sua condição de classe, poderiam vencer as eleições e assumir o controle do Estado, tornando possível iniciar a transição socialista. Firmava-se nesses partidos a convicção de que, no Estado democrático representativo moderno, a burguesia seria obrigada “até pela pressão social das lutas proletárias, a abrir seu Estado à disputa das outras classes”. Iasi (2017, p.124) argumenta que Engels (que viveu por mais tempo que Marx e que, portanto, esteve mais próximo da emergência de um Estado de tipo democrático representativo moderno) não teria ilusões sobre o caráter de classe do Estado, pois, “mesmo nos momentos nos quais o Estado se apresenta como se fosse neutro, como uma espécie de árbitro, ele segue sendo um instrumento da classe dominante que consolida e legaliza seu domínio”.

uma mediação fundamental para garantia da reprodução social e para o enftretamento da exploração do trabalho pelo capital. Essa constatação é justamente fundamental para compreender o Estado e suas contradições, sabendo que sua permeabilidade ao atendimento das reivindicações das classes subalternas “constitui um meio político de legitimação” que “encontra seus limites nas fronteiras de uma ordem de relações sociais, formas de produção e de apropriação que, em nenhum momento, são colocadas em disputa” (IASI, 2017, p. 224)<sup>62</sup>.

#### 4.2 A CONCEPÇÃO DE ESTADO NAS TESES EXAMINADAS

Partindo dos pressupostos sistematizados acima, buscamos neste tópico identificar as concepções de Estado presentes nas teses que tratam das políticas de ações afirmativas, bem como, averiguar as bases teórico-conceituais nas quais seus autores se alicerçam.

Para explanação, dividimos as teses em dois blocos. O primeiro congrega os autores que se dedicam a localizar, de forma explícita, a concepção de Estado que norteiam suas análises. Neste bloco, que iniciamos a seguir, optamos por apresentar os trabalhos em sequência, a fim de buscar garantir uma averiguação fidedigna do desenvolvimento do raciocínio do autor ao longo da tese, nele estão os trabalhos de Novak (2014), Santos (2015), Grisa (2015) e Barreto (2014).

Ao examinar a política de ações afirmativas destinadas ao ingresso de estudantes indígenas no ensino superior, Novak (2014, p. 29) compreende a educação “como [uma] política pública social, [que] não pode ser analisada fora do âmbito do Estado, ao qual compete sua elaboração e realização”. Segundo a autora, frente às “distintas reivindicações de segmentos organizados, o Estado se manifesta por meio das políticas públicas, como elemento que visa à manutenção da ordem social vigente, à medida que regulamenta direitos e atende algumas das reivindicações dos movimentos sociais” (NOVAK, 2014, p. 29). Ela define o Estado da seguinte forma:

Compartilhando das análises de Neves (2005), é possível apreender o Estado a partir de sua necessidade de criar consenso. Para a autora, o Estado é quem exerce, de forma “ético-política”, a dominação da classe capitalista sobre a classe trabalhadora

---

<sup>62</sup> Embora a ideologia burguesa sustente que o Estado é responsável por promover a conciliação de classes, Marx, segundo Lenin (p.38), já alertava que o “Estado não poderia surgir nem subsistir se a conciliação das classes fosse possível”. Logo, se sob a ordem capitalista não há possibilidade de conciliar o que, de fato, é irreconciliável (os interesses da classe trabalhadora e os interesses do capital) a forma concreta (e única) de responder objetivamente e em plenitude os anseios da classe trabalhadora é através de um processo de ruptura com o modo de produção vigente e de aniquilamento do Estado burguês. Sobre o aniquilamento do Estado burguês e “posteriormente” sobre o definhamento do Estado proletário, Cf. Engels *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, e Lenin *O Estado e a Revolução*.

buscando mecanismos para a superação da contradição referente ao trabalho social que é apropriado por alguns indivíduos ou grupos. É ao Estado que os trabalhadores e a burguesia recorrem, quer para a manutenção da ordem, quer para assegurar a regulamentação de condições mínimas de trabalho e dignidade. Suas políticas em nenhum momento questionam a ordem estabelecida, mas atuam no sentido de solucionar conflitos sociais. (NOVAK, 2014, p. 31).

Segundo Novak, a criação do consenso no Estado neoliberal requer a legitimação do discurso político e legal por amplos setores sociais a fim de torná-lo hegemônico. Partindo das análises do teórico David Harvey, a autora afirma que para que isso ocorra é necessário ocultar o projeto de restauração do poder econômico burguês dando visibilidade para a defesa das liberdades individuais.

Recorrendo a Marx, a autora destaca “o papel do Estado em todos os momentos da história como regulador da relação de exploração entre capital e trabalho” (p.32), sendo que “em alguns momentos o capital recorre ao Estado para essa regulação, assim como a classe trabalhadora também precisa recorrer a ele para manter-se minimamente e conseguir algumas conquistas”. A autora segue afirmando que “essa atuação [do Estado] depende da conjuntura e das necessidades de regulação que tem o capital, haja vista que a partir das lutas dos trabalhadores cede a estes alguns direitos visando à manutenção e otimização da força de trabalho”.

É a partir desta concepção que serão discutidas as proposições de políticas públicas sociais do Estado. Este, visando à preservação da lógica do sistema capitalista, implanta um ideário que lhe dê sustentação, pois, de acordo com Boron (2001, p.117), “Para ser dominante, uma classe tem que primeiro ser capaz de demonstrar que pode exercer efetivamente a direção intelectual e moral”. Entendemos ser esta a perspectiva da burguesia ao propagar o neoliberalismo mundialmente: ela precisa mostrar que tem a solução para os problemas decorrentes da crise, precisa dar a direção, reforçando a necessidade de administrar o Estado com mais racionalidade, mas revestido de um ideário de neutralidade e busca pela justiça social. (NOVAK, 2014, p. 34).

A autora localiza que, nos marcos do neoliberalismo, o papel intervencionista do Estado no tocante à manutenção das políticas sociais é substituído por “projetos focalizados nos mais pobres e nas populações tidas como ‘vulneráveis’” (p.44), com vistas a manter a coesão social. “Segundo Neves (2005), o Estado neoliberal deixa de interferir ou de produzir e passa a coordenar as ações da iniciativa privada, deixando de ser executor e tornando-se fiscalizador e regulador, para atender às demandas do mercado” (NOVAK, 2014, p. 45). Para a autora,

Com esse tipo de ação [focalizadas nos grupos vulneráveis], o Estado busca garantir a coesão social a partir de um amplo discurso de inclusão social e de pequenas mudanças que não abalam as estruturas de sustentação do sistema de mercado. No campo financeiro essas mudanças não oferecem problemas, já que os recursos aplicados nessas políticas, embora sejam muito baixos, cumprem os objetivos de regulação da pobreza. (NOVAK, 2014, p. 47).

A autora problematiza a fragmentação das lutas, com a “secundarização ou abandono das lutas por questões do âmbito econômico”, e pontua que “questões específicas podem ser regulamentadas e parcialmente atendidas no Estado neoliberal, pois não questionam ou ameaçam a estrutura de organização econômica do capitalismo” (p. 50). Novak (2014) indica ainda a necessidade de compreender o capitalismo enquanto construção histórica, e pontua que ao se “abandonar essa historicidade e tratar os elementos sociais de forma isolada, ficam intactos os problemas estruturais, que devem ser analisados, compreendidos e enfrentados” (p. 51).

De forma geral, as formulações descritas acima apresentam a compreensão de Estado desenvolvida pela autora e, com a qual, temos afinidade teórico-conceitual. Nos próximos autores, evidencia-se outras concepções de Estado que se distanciam dessa perspectiva identificada em Novak (2014), as quais apresentaremos na sequência.

Firmando-se nos pressupostos teóricos do intelectual Antonio Gramsci para definição do Estado, Santos (2015, p.33, grifos nossos) identifica que: “À concepção de sociedade civil, Gramsci **opôs** a de sociedade política ou aparelho coercitivo, que correspondia à função de dominação direta ou de comando que se exprimia no Estado ou no governo jurídico”<sup>63</sup>. Segundo ela (p.34), “a função hegemônica que a classe dominante exerce na sociedade civil dá ao Estado a razão de sua representação como universal e acima das classes sociais em contradição com o seu conteúdo classista”.

A autora também afirma que, para Gramsci, o “Estado serve aos desígnios de uma classe dominante que dele se apossa e que, por meio dele, exerce a hegemonia legitimadora da dominação” (p.35), tanto através de suas funções coercitivas como também do “consentimento ativo e voluntário dos dominados”. Sendo assim, é necessário que o Estado, para concretizar a visão de mundo da classe dominante, assuma “uma postura de articulador/mediador do conflito entre capital e trabalho, buscando adquirir a legitimidade necessária para que ele [Estado] possa exercer o seu papel pedagógico” (SANTOS, 2015, p.35).

---

<sup>63</sup> A ideia de que Gramsci teria ‘oposto’ a concepção de sociedade civil à concepção de sociedade política, constitui, a nosso ver, um equívoco; uma vez que apreende esses dois elementos de modo cindido incompatível com a compreensão do filósofo italiano. Para Gramsci há uma relação orgânica entre sociedade civil e sociedade política. Segundo Dias (2002), “pensar a sociedade civil como separada da sociedade política significa desconhecer as condições reais das lutas de classe, pois implica cindir direção e coerção, mitificando assim os projetos hegemônicos. Essa separação no campo do capitalismo é absolutamente impensável. O conceito de bloco histórico nos permite compreender a necessária articulação entre sociedade civil e sociedade política”. Não adentraremos nesta discussão por não ser o nosso foco de análise, mas para maior aprofundamento sugerimos Cf. DIAS, Edmundo Fernandes, *Sobre a leitura dos textos gramscianos*, in E. F. Dias *et alii*, O outro Gramsci, Xamã Editora, São Paulo, 1996.

Santos (2015, p.36) reflete que Gramsci preocupou-se em apontar que as contradições presentes na sociedade civil “levam-na a se organizar tanto como espaço em que se pode resistir à repressão do grupo dominante [...] quanto como espaço em que os grupos dominantes procuram vencer a resistência dos outros grupos sociais, utilizando-se da persuasão e do convencimento”. Explica também que, na perspectiva gramsciana, a disputa por hegemonia no “Estado ampliado” é chamada de guerra de posições em contraposição a chamada guerra de movimentos.

A guerra de posições “ocorre no Ocidente, onde a sociedade civil havia se fortalecido, tornando-se uma estrutura mais complexa e resistente” (SANTOS, 2015, p.37), o que levaria a uma conquista processual de posições por parte das classes subalternas, de modo que “a revolução dar-se-ia, então, por meio de rupturas que se acumulariam progressivamente”<sup>64</sup>, seguindo esta linha de raciocínio, a autora resume da seguinte forma:

[...] pode-se entender que o caráter de transição revolucionária nas sociedades ocidentais, ou seja, o processo de expansão da hegemonia das classes subalternas implicaria — (...) a conquista progressiva de posições através de um processo gradual de agregação de um novo bloco histórico, que inicialmente altera a correlação de forças na sociedade e termina por impor a emergência de uma nova classe ao poder do Estado (COUTINHO, 1985, p.69). A teoria do Estado ampliado, elaborada por Gramsci, implicou também uma nova teoria da revolução. (SANTOS, 20015, 37).

A autora identifica ainda que o Estado, além de difundir os valores da classe dominante, tem a função de “mediar as contradições entre o capital e o trabalho, assumindo o papel de provedor dos bens e serviços sociais, e acolhendo algumas demandas da sociedade civil, como

---

<sup>64</sup> Não é nosso objetivo aqui adentrar especificamente na forma como o pensamento gramsciano foi interpretado. Contudo, algumas questões merecem atenção, por exemplo, a respeito do par conceitual Oriente-Occidente, Dias (2002, p. 136) assinala que Gramsci não os formulou para pensar uma polarização fatal pela qual todas as formações sociais tenham que, necessariamente, passar. E adverte: “na prática, a reificação do par Oriente-Occidente é uma forma de negar a atualidade da questão da revolução nas sociedades ditas ocidentais. Aqui, o peso da institucionalidade seria de tal ordem que não cabe mais a ‘guerra de movimento’, apenas a de ‘posição’. O quadro político dos países capitalistas onde a luta de classes obrigou a uma regulamentação da forma estatal ainda que dentro da ordem do Capital tornou mais complexa e resistente o conjunto das casamatas (aparelhos de hegemonia) que defendem uma dada forma estatal. A diversificação institucional dos países capitalistas é a forma privilegiada da subsunção/ incorporação dos trabalhadores. Afirmar-se que hoje não cabe mais o processo revolucionário dado que as transformações são lentas e moleculares (processualidade) significa ler a revolução como ‘momento catastrófico’, similar, em última análise, às antigas teses da ‘crise geral do capitalismo’. Pensar essa impossibilidade implica, na prática, termos estratégicos, em riscar do mapa o grau de antagonismo das sociedades capitalistas. Significa afirmar, perversamente, a um só tempo, o fim da história e a validade do determinismo como modo de ver o real. Obviamente ‘guerra de movimento’ e ‘guerra de posição’ são movimentos estratégicos e táticos cuja articulação/privilegiamento passa necessariamente pela análise da correlação de forças. Pensar a política supõe sempre essa análise. Negá-la é negar a possibilidade de intervenção consciente na História”. Sobre esta questão, consultar também: DIAS, Edmundo Fernandes; *Sobre a leitura dos textos gramscianos*, in E. F. Dias *et alii*, O outro Gramsci, Xamã Editora, São Paulo, 1996.

o caso do movimento negro que se infiltra na estrutura do estado [sic] como um meio para reivindicar políticas específicas para os Afro-brasileiros” (SANTOS, 2015, p. 49). Ela identifica também que a hegemonia da classe dominante pode entrar em crise na medida em que as classes subalternas impuserem um processo de luta em torno de uma nova ordem social. Tal crise seria verificada “pelo enfraquecimento do poder de direção política da classe dominante e pela perda do consenso” (p.36).

Como desfecho dessa situação de crise, de um lado pode ocorrer à [sic] rearticulação da classe dominante que, por meio da coerção, procura recompor a sua hegemonia satisfazendo certos interesses das classes subalternas. Por outro lado, as classes subalternas podem ampliar o seu poder de articulação e reverter às [sic] relações hegemônicas a seu favor, ocupando espaços para se tornarem classe dominante. Tal postulado me permite inferir que o movimento negro no Brasil, por ser emergência da classe subalterna, ganha notoriedade ao se inserir nos espaços de discussão política e provocar mudanças na agenda do governo. (SANTOS, 2015, p. 36).

Nas passagens acima, duas questões vão se delineando e, como veremos, se tornarão mais sólidas no decorrer do trabalho da autora. A primeira refere-se ao peso atribuído à disputa pela agenda governamental como caminho para avançar gradualmente nas pautas de luta das classes subalternas até “se tornarem classe dominante”. Parece haver nessa formulação uma aproximação com a ideia predominante no campo democrático-popular de que as disputas para ocupar determinadas pastas no âmbito da sociedade política seria o caminho para disputar a hegemonia. A segunda questão é a perda da perspectiva de totalidade em detrimento de se trabalhar apenas no âmbito da política representativa, isso se expressa em diferentes momentos, vejamos um exemplo:

O Estado capitalista, sem deixar de representar, prioritariamente, os interesses da classe dominante, **converte-se ao mesmo tempo numa arena de luta de classes e étno-racialmente referenciadas, aonde [sic] os movimentos têm a possibilidade de intervir na agenda política, ou seja, propõem pautas para discussão com vista a [sic] implantação e implementação de políticas voltadas para seus interesses,** no caso desta tese, o movimento negro articula-se para evidenciar suas demandas e **provocar mudanças na forma de gerir o bem público** no tocante as [sic] ações para os Afro-brasileiros [...]. (SANTOS, 2015, p. 38) [Grifos nossos].

Mais adiante essa questão é retomada pela autora com o argumento de que a ascensão do Partido dos Trabalhadores teria convertido o Estado numa arena privilegiada da luta de classes. Vejamos sua explicação:

Com o fim do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito, e iniciou seu mandato em janeiro de 2003. O governo Lula tem em si um símbolo histórico de mudança para o cenário político representando uma vitória do povo. A presidência de Lula mantém modelos de governos anteriores, porém, com

mudanças no âmbito social e educacional, diminuindo características de governos adeptos de políticas neoliberais.

Segundo Faria (2010, p. 4), Lula assumiu o governo em um período difícil (2003), com ameaça da volta da inflação, aumento do desemprego, desprestígio internacional. Além disso, pouco era feito para mudar as condições de vida da maioria da população, o que agravava a situação de desigualdade social. O Estado brasileiro estava enfraquecido por anos de desmonte de suas estruturas e a privatização de boa parte de suas funções. [...]

O PPA (2004-2007), intitulado – Gestão Pública para um Brasil de todos – propõe uma orientação estratégica de Governo e de ministérios, que definem os objetivos das políticas setoriais voltadas às concretizações dos compromissos de Governo, ou seja, o Estado capitalista, sem deixar de representar, prioritariamente, os interesses da classe burguesa, converte-se ao mesmo tempo numa arena privilegiada da luta de classes. (SANTOS, 2015, p. 48).

Evidencia-se ainda uma posição de disputa para intervir na agenda política com o fim último de implementar medidas que atendam aos interesses de determinados movimentos sociais. Acrescenta-se a essa crença na disputa da agenda governamental também certo “otimismo” com o “fortalecimento da sociedade civil”. Vejamos como a autora trata: diante da “situação de crise e desmobilização das tradicionais esferas de consubstanciação do político – Estado, partidos, sindicatos, movimentos sociais ‘tradicionais’, multiplicam-se as formas de ação social, seus atos e significações atribuídas” (SANTOS, 2015, p. 126), fazendo emergir “novos movimentos sociais” que disputam perante o Estado suas pautas reivindicativas.

Segundo a pesquisadora, a ação dos “novos movimentos sociais” difere dos movimentos sociais clássicos na medida em que são levados a considerar outros fatores, além da exploração da força de trabalho, para compreensão das desigualdades. Para Santos (2015), quanto mais esses “novos movimentos sociais”, pautados por reivindicações em torno das identidades, forem capazes de construir formas de ação de maneira a influir na proposição de políticas públicas, “mais essas políticas considerarão os direitos de cidadãos/cidadãs, e serão mais democráticas e solidárias” (SANTOS, 2015, p. 67). Nesse sentido, observa-se a valorização desses novos movimentos enquanto propulsores de mudanças nas políticas sociais, cabendo ao Estado a execução de ações mais efetivas a fim de “minimizar as desigualdades”. A síntese dessa perspectiva analítica pode ser extraída do trecho abaixo:

Diante dos indicadores, apontando a **insuficiência das políticas públicas universalistas para a correção das desigualdades, os movimentos sociais passaram a discutir com o Estado uma mudança no desenho dessas políticas**. A pressão dos movimentos sociais explicitou que a gestão das desigualdades e as exclusões sociais requeriam um mecanismo que desse conta tanto do **reconhecimento** quanto dos **aspectos redistributivos**, na medida em que historicamente foi com base nas condições de pertença racial e étnica, de gênero, orientação sexual, política ou religiosa que as desigualdades e as exclusões se assentaram. Esse movimento contínuo de exposição das **contradições ideológicas básicas da modernidade seria encampado por vários movimentos sociais**, em escala global, na busca pela

igualdade, por meio das reivindicações de ações mais efetivas do governo, no tocante a **minimizar as desigualdades**. (SANTOS, 2015, p. 56) [Grifos nossos].

Por fim, no excerto a seguir, estão sumariadas algumas questões sintomáticas para compreensão da perspectiva que se firmou ao longo da tese da autora, e que exprimem sua concepção de Estado:

Observamos a emergência de uma rede de movimento social que busca uma nova presença de engajamento com as questões nacionais, mas, de autonomia em relação à esfera governamental. Trata-se de **empoderar e capacitar a sociedade civil** para participar na esfera pública estatal, negociando e colocando os interesses e reivindicações da sociedade civil, resguardando a autonomia de suas concepções e posicionamentos. Está, pois, emergindo um movimento cidadão crítico, **já não mais com um projeto de poder para controle do Estado, mas com um projeto de controle social pela cidadania** em relação às **questões nacionais de interesse público**. Para tanto, o movimento negro busca **radicalizar a democracia**, não abrindo mão de negociar suas demandas nos espaços governamentais e estatais. Mas, ao mesmo tempo, visa **capacitar essa participação** e fortalecer os espaços próprios da **sociedade civil organizada**. (SANTOS, 2015, p. 149) [Grifos nossos].

O exercício de leitura e reflexão acerca da concepção de Estado, em Santos, possibilita observar a crença na “radicalização da democracia e da cidadania” (tomadas como universais), sem problematizar que, mesmo diante dos antagonismos de classe, ambas estão dentro dos marcos burgueses. Assim como, verifica-se uma ideia de ampliação da participação e da negociação com a esfera estatal, alinhada com uma compreensão da sociedade civil enquanto um bloco homogêneo, “organizado”, que pode ser “empoderado” e “capacitado”.

Essa proposição de “fortalecer a sociedade civil organizada” como espaço privilegiado para fazer avançar as conquistas sociais, ao nosso modo de ver, induz à descaracterização da sociedade civil, por obscurecer suas contradições. Tal leitura reforça a ideia de oposição entre sociedade civil e Estado, uma vez que é conferida à sociedade civil o espaço da liberdade e da autonomia, confrontando-se com a própria definição gramsciana, na qual essa é caracterizada como um conjunto de aparelhos privados que lutam pela hegemonia, portanto, aparelhos que possuem interesses divergentes e em disputa.

A noção de “sociedade civil organizada”, presente na tese de Santos, insere-se numa interpretação dicotômica da relação entre Estado e sociedade civil, desenvolvida nos anos 1980, a qual compreende o Estado como o espaço exclusivamente da burguesia, cabendo à “sociedade civil organizada” um papel redentor enquanto espaço de interação social que reuniria esforços na direção do bem comum – Neves (2005). Essa visão homogeneizadora da sociedade civil desconsidera esse espaço como o *locus* da luta de classes e seu papel importante na consolidação da hegemonia da burguesia brasileira.

Na mesma direção analítica, Nogueira (2003, p. 216) localiza que o conceito de sociedade civil se difundiu, nas últimas décadas, de forma extremamente variada e de tal maneira que tem servido, por exemplo, “para viabilizar programas de ajuste fiscal e desestatização, nos quais se convoca a sociedade civil para compartilhar encargos até então eminentemente estatais”. Observa-se que a proliferação dos chamados “novos movimentos sociais” e da expectativa de fortalecimento da sociedade civil ocorrem juntas com o movimento pela democratização, no contexto do fim dos regimes ditatoriais na América Latina. Paradoxalmente, identifica Nogueira (2003, p. 217), “a democratização se combinou com uma atitude de abandono do Estado, quer dizer, ou com a recusa da política institucionalizada, ou com o elogio unilateral de uma sociedade civil que conteria toda a virtude e todo dinamismo social”, em contraposição ao “momento autoritário, repressivo e burocrático do fenômeno estatal”, completa o autor. Tal tendência acaba por, em certa medida, ser capturada pelo “antiestatismo neoliberal”, ao mesmo tempo em que se observou também um movimento no sentido oposto, ou seja, a conversão do conceito de sociedade civil “num espaço de cooperação, gerenciamento da crise e implementação de políticas” (NOGUEIRA, 2003, p.218).

Proliferam-se organizações e movimentos sociais que impulsionam a ideia de que a sociedade civil seria uma “terceira esfera” entre o Estado e o mercado, assumindo a função de intermediar o sistema político e os grupos sociais, “a ela seria transferida toda a potência de ação democrática mais ou menos radical, da luta por direitos e da plena constituição de uma autêntica esfera pública, quer dizer, uma esfera pública não integrada ao estatal (não estatal) e assentada no livre associativismo dos cidadãos” (NOGUEIRA, 2003, p. 219). No fundo, portanto, essa compreensão de sociedade civil exclui os interesses e as classes, como se ela expressasse o universalismo, o diálogo e a constituição de um espaço onde se busca extrair ações governamentais.

Retomando a tese de Santos (2015), as questões pontuadas até aqui permitem identificar que a concepção de Estado exposta pela autora, perde, ao decorrer da sua análise, o componente fundamental da luta de classes e da compreensão do caráter burguês do Estado, restringindo-se a uma perspectiva de disputa pela participação na agenda governamental e a um suposto fortalecimento da sociedade civil “organizada”, a fim de garantir o atendimento de determinados interesses sociais. Essa perspectiva tende a implicar, em termos político-organizativos, na fragmentação das lutas sociais; ao secundarizar – ou abandonar – a construção de um projeto emancipatório que altere as estruturas que produzem as desigualdades, e ao reforçar uma concepção liberal de Estado como um espaço de conciliação dos interesses de classes.

Numa formulação interpretativa firmada em outros referenciais teóricos, Grisa (2015) utiliza os estudos de Agamben (2002) e Stuart Hall (2009) para estabelecer um diálogo sobre o Estado. Segundo o pesquisador, com o escopo de refletir “qual o papel do Estado moderno frente a sua relação com a vida e seu poder de decisão sobre ela”, o autor italiano Giorgio Agamben utiliza “o conceito de ‘vida nua’ que se refere, sinteticamente, aos sujeitos despidos de direitos sociais nas sociedades modernas ditas democráticas” (p. 49). Na leitura de Grisa, Agamben indica que a “vida nua” é *locus* da reprodução do Estado moderno, o qual, para se desenvolver, “precisa negar direitos”.

À medida que se exclui a vida nua de qualquer contato positivo com o Estado e se cria, com isso, um sujeito alheio ao processo de viver em sociedade com condições básicas de existência, chegamos à criminalidade. A luta que se trava entre Estado e o que se entende por criminalidade é direta e constante. (GRISA, 2015, p. 51).

Desse modo, Grisa (2015, p.52) assinala que “a relação entre o corpo nu e o Estado é frequente, através da biopolítica que decide qual vida merece ser vivida e qual a que não merece”.

Essa materialização do estado de exceção de que fala Agamben pode ser percebida, principalmente, nos espaços onde a dignidade das pessoas é colocada em suspensão, nas grandes periferias e no sistema carcerário, por exemplo. Tal processo também é algo que vivenciamos no universo da burocratização dos sistemas públicos de atendimento às pessoas das classes populares, nas áreas da saúde, da educação, do saneamento, da assistência social, entre outras.

Embora todos esses direitos sejam garantidos em uma organização estatal que se pretende igualitária e universal em seus princípios legais e regulatórios, a realidade material se mostra distante no que se refere ao alcance a esses direitos por parcela significativa da população. (GRISA, 2015, p. 52).

Procurando correlacionar a compreensão de Agamben sobre a postura do Estado moderno diante da “população socialmente vulnerável”, com a formulação de Hall sobre a neutralidade do Estado liberal e o avanço do multiculturalismo, Grisa (2015) apresenta a seguinte citação:

É evidente que o liberalismo hoje não é a cultura além das culturas, mas a cultura que prevaleceu: aquele particularismo que se universalizou com êxito e se tornou hegemônico em todo o globo (...). A cidadania universal e a neutralidade cultural do estado [*sic*] são as duas bases do universalismo liberal ocidental. É claro que os direitos de cidadania nunca foram universalmente aplicados. Esse vazio entre ideal e prática, entre igualdade formal e igualdade concreta, entre liberdade negativa e positiva, tem assombrado a concepção liberal desde o início. (...) A neutralidade do Estado funciona apenas quando se pressupõe uma homogeneidade cultural ampla entre os governados. Essa presunção fundamentou as democracias ocidentais até recentemente. Sob as novas condições multiculturais, entretanto, essa premissa parece cada vez menos válida. (Hall, 2009, p. 73 e 74 *apud* GRISA, 2015, p. 52-53).

Tendo essa formulação como base, o autor identifica que os “Estados-nação” latino-americanos possuem uma organização “pautada na generalidade legal e na frágil capacidade de transpor uma democracia representativa em direção a uma organicidade mais participativa e distributiva” (p. 53). E segue afirmando:

No Brasil, apesar dos avanços da última década, no que se refere à ampliação do poder de consumo de parcela da população, do acesso à educação superior e à empregabilidade, o **Estado tem grande dificuldade de mudar na velocidade com que os novos movimentos sociais se constituem** e a multiplicidade cultural se organiza.

**Essa falta de capacidade política dos Estados de resolverem as relações de negação de direitos e violência** com o povo negro se insere na lógica do racismo como um sistema. (GRISA, 2015, p. 53) [Grifos nossos].

Embora Grisa afirme que seus referenciais teóricos questionam o Estado liberal, ao tirá-lo “de um lugar de administrador neutro”, nas explicações do autor transparece uma visão de autonomia do Estado, como se as políticas públicas formuladas fossem resultado de maior ou menor compromisso assumido. Vejamos um exemplo:

O Estado que investe nas universidades públicas, garantindo boas condições e financiamento para pesquisas com orçamento público, exerce, de alguma forma, uma pressão Hiperpublicista, no sentido de orientar a produção do conhecimento na direção do interesse nacional, para subsidiar políticas públicas e desenvolvimento de tecnologias socialmente aplicáveis. Ao contrário, com o Estado em crise, com princípios neoliberais e pouco investimento nas universidades, há uma tendência de que essas busquem, nas parcerias com o setor privado, o financiamento e o apoio para a pesquisa, com isso, a produção do conhecimento se calca na transferência de tecnologia para o mercado, em um processo de Hiperprivatização do conhecimento produzido. Portanto, o compromisso político do Estado para com a universidade é condicionante, tanto para promover seu protagonismo e avanços, quanto para produzir uma crise institucional e de legitimidade. (GRISA, 2015, p. 28).

Desse modo, figura no decorrer do trabalho uma noção liberal de Estado, na medida em que lhe é atribuída a possibilidade de resolver as relações de direitos que possuem dificuldade de se concretizar devido à “falta de capacidade política” do Estado e não devido, assinalamos nós, ao seu conteúdo de classe e suas contradições. A ideia de autonomia do Estado autônomo e promotor de determinadas ações aparece também em alguns momentos quando o autor desenvolve seu raciocínio sobre o reconhecimento:

Significativa parcela dos pobres brasileiros e da América Latina está mais sujeita a sofrer/receber ações do Estado que distribuam e reconheçam do que a serem sujeitos autorreconhecidos que, por organização autônoma, exijam, com reivindicações elaboradas de modo qualificado, mudanças sociais ou políticas de **diminuição da injustiça**. O que ocorre, em geral, é que o **Estado reconhece determinada situação limite que atinge parte da população e busca superá-la**, são medidas de

reconhecimento genéricas e de uma via, no caso, a **do Estado promotor de alguma ação**. (GRISA, 2015, p. 139) [Grifos nossos].

Seguindo a linha argumentativa do autor, mais à frente ele demarca que a “exigência de autorreconhecimento, no caso das políticas afirmativas, recheia o fenômeno, deixa-o mais completo, pois ambas as partes, sujeito e coletivos negros e o **Estado promotor**, estão se desafiando e conduzindo o processo conscientemente” (GRISA, 2015, p. 141, grifos nossos). Essa perspectiva liberal é ainda mais explicitada na formulação seguinte:

As bases teóricas que sustentam a premissa da redistribuição estão nas produções de Marx e dos marxistas acerca da arquitetura que produz desigualdade do modo de produção capitalista e das clássicas contribuições jurídicas sobre a noção de justiça de John Rawls e de Ronald Dworkin. A ideia de luta por redistribuição herda a tradição semântica do conceito de classes sociais de Marx e a adapta para as demandas contemporâneas por uma justiça redistributiva em que o **Estado e a sociedade devem garantir o acesso aos bens materiais a todos os seus membros**. (GRISA, 2015, 132 e 133).

Mais uma vez, a crença na capacidade de o Estado garantir bens materiais a toda a sociedade se evidencia, assim como uma perspectiva de justiça redistributiva em sintonia com a compreensão de autores vinculados à vertente do chamado liberalismo igualitário. Outra questão que perpassa o texto desse pesquisador, que em certa medida também estava colocada no texto de Santos (2015), é a crítica feita ao neoliberalismo numa perspectiva de defesa de “maior intervenção do Estado”. Em suas conclusões, por exemplo, argumenta:

A universidade pública é um cenário em disputa, assim como o Estado. As direções de ambos serão comuns, pois se o pensamento gerencialista de cunho neoliberal guiar o Estado, manter-se-á hegemônico na universidade. É importante que os acadêmicos tenham essa questão presente, bem como os políticos, quando Santos (2010) propõe uma reforma democrática e emancipatória da universidade, deixa claro que as ameaças à universidade pública não estão apenas no exterior, mas também do seu interior, isto é, no grau de receptividade que o pensamento e políticas de gestão neoliberal e elitistas encontram nas universidades. (GRISA, 2015, p. 207).

Embora não seja possível aprofundar essa questão aqui, nos interessa ponderar um aspecto importante referente à redução dos problemas engendrados pela ordem do capital quando se centraliza a discussão apenas na forma neoliberal assumida pelo Estado no processo de reestruturação produtiva. Verifica-se nessa forma de apreensão uma perspectiva de combate ao neoliberalismo desvinculado da crítica radical ao capitalismo e da perspectiva de superação, similar a uma perspectiva assumida por parte da esquerda brasileira no final do século XX, em particular, com aquela identificada nas proposições do Partido dos Trabalhadores, a partir da década de 1990, que apontamos no capítulo anterior. Não é por acaso que se evidencia na tese

em tela uma tentativa, ainda que tímida, de distinguir os governos neoliberais da década de 1990 e as gestões presidenciais dos governos petistas, embora o autor não se detenha em fazer essa discussão:

Já nos anos 2000, com a ascensão de outro bloco político ao governo, há uma aproximação entre as demandas étnico-raciais e as políticas de Estado, pois militantes e lideranças que transitavam entre ONGs e movimentos sociais negros são incorporados pelo governo e facilitam esse diálogo. (GRISA, 2015, P. 79).

Partimos da premissa de que para compreender a sociedade contemporânea é necessário refletir sobre as determinações do modo de produção e reprodução da vida social, sendo assim, torna-se imprescindível estabelecer a correlação entre neoliberalismo e as características específicas do capital-imperialismo contemporâneo. Isto porque, ao tomar a categoria de neoliberalismo apenas a partir do contraste com o período anterior, marcado por maiores intervenções do chamado Estado de bem-estar social (ainda que com expressões muito particulares nos países periféricos), incorre-se no equívoco de reduzir “a percepção do conteúdo similarmente capitalista e imperialista que liga os dois períodos” (FONTES, 2010, p. 154).

É evidente que as manifestações do capitalismo nos campos ideológico e cultural manifestas no final do século XX, denominadas de neoliberalismo, levaram ao acirramento da exploração das camadas subalternas e impulsionaram de forma acelerada a retirada de direitos. Contudo, reiteramos, é fundamental correlacionar esse processo de reforma neoliberal do Estado com a necessidade do capital de ampliar constantemente a concentração de riqueza e de maximização dos lucros.

Retomando a análise dos autores, o último trabalho deste bloco é a tese de Barreto (2014), para quem “ações afirmativas figuram, essencialmente, como medidas produzidas pelo Estado, geralmente com caráter coercitivo e heterônomo, criadas para a promoção da superação de desigualdades de quaisquer naturezas” (BARRETO, 2014, p.46). Nesse sentido, segundo a autora:

[...] torna-se decisiva **a função do Estado** e das Organizações não governamentais na **promoção de políticas e ações** que assegurem não só efetivo gozo de direitos aos grupos socialmente marginalizados, como também **viabilizem a promoção desses direitos por todos os membros da sociedade**. (BARRETO, 2014, p. 41) [Grifos nossos].

Ao propor discutir sobre o Estado e as políticas sociais, Barreto (2014, p. 46) afirma que essas últimas “estão atreladas ao tipo de Estado que as fomenta, sendo reflexo do poder estatal e do poder do Direito”. Ao criticar a ideia de neutralidade do direito e do Estado, Barreto

identifica que esses não podem limitar suas ações apenas à garantia de igualdade formal, nesse sentido, afirma:

[...] constatamos que **o Direito e o Estado podem ser utilizados como instrumento de justiça social e que a partir dos direitos e garantias fundamentais os princípios universais podem ser exequíveis**. Consideramos que a sociedade brasileira, profundamente marcada por desigualdades, pode superar sua condição de exclusão e promover, através das ações afirmativas a igualdade material. (BARRETO, 2014, p. 46) [Grifos nossos].

As ações afirmativas seriam, para Barreto (2014, p.42), um exemplo de “intervenção do Estado nas situações de opressão e de desigualdade, muitas vezes pensadas a partir de manifestações populares, e que refletem a busca pela igualdade e pela justiça social”. Observa-se que a neutralidade do Estado é contestada pela via da redistribuição de direitos através da justiça social, também em sintonia com a perspectiva de Rawls, tratada no capítulo anterior. Além disso, nesse trabalho nos defrontamos novamente com uma forma conceitual de apreender a sociedade civil de maneira homogênea:

O direito à educação tem-se mostrado no Brasil como um exercício marcado por dificuldades de naturezas variadas, sejam elas econômicas, sociais, culturais ou raciais. Muito embora **haja preocupação governamental ou da sociedade civil organizada** no tocante ao acesso e permanência, na busca pela melhoria nos níveis de educação, na qualificação dos professores, consideramos que muito ainda há que ser feito para que a educação seja de fato um direito estendido a todos. (BARRETO, 2014, p. 69) [Grifos nossos].

Por fim, é central na tese da autora a perspectiva foucaultiana segundo a qual as relações humanas são atravessadas por relações de poder, relações essas que estão presentes em toda a sociedade em diferentes escalas. Para a autora, “a analítica foucaultiana aborda as relações de poder focando seu olhar no sujeito, que é fragmentado e descentrado” (p.26). Essa perspectiva teórica abraçada pela autora carrega uma compreensão de Estado na medida em que identifica que o poder está localizado nas práticas cotidianas, por isso, nas “investigações de base foucaultiana busca-se o ‘como’ do poder, a forma de seu exercício, especialmente nas microcapilariedades experimentadas nos pontos mais distantes do ‘olho’ do Estado” (BARRETO, 2014, p. 129).

O poder não está localizado [apenas] no Aparelho de Estado e nada mudará na sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo, ao lado dos Aparelhos de Estado, a um nível muito mais elementar, cotidiano não forem modificados. (FOUCAULT, 2011b, p. 150 *apud* BARRETO, 2014, p. 28).

Devido à complexidade que essa discussão carrega e ao próprio distanciamento do objetivo aqui colocado, nos deteremos a levantar apenas alguns pontos para reflexão. Para Foucault, o poder é socialmente difuso e não deriva de um suposto poder central, ao contrário,

o Estado seria secundário em relação aos poderes específicos. O filósofo francês fala, portanto, “de um poder que está em toda parte e em lugar algum, de um poder que não é propriedade de ninguém e que circula pela sociedade” (RODRIGUES, 2006, p.139).

Contrapondo-se a essa tese do poder institucionalmente disperso, Boito Jr. (2007) compreende que o poder político está concentrado institucionalmente no Estado, logo “o poder que se exerce na família, na escola, na empresa, nos hospitais ou na prisão é conferido ou regulamentado por normas legais estabelecidas e fiscalizadas pelo aparelho de Estado” (BOITO JR. 2007, p. 23). Desse modo, ainda que o exercício do poder não ocorra exclusivamente no Estado, os diversos centros de poderes dependem de sua ação reguladora e repressiva, bem como da produção ideológica, para funcionar. Decorre dessa análise que propor a “dispersão da luta política, indistintamente, por todos os centros reais ou supostos de poder, ignorando a centralidade estratégica da conquista do poder de Estado, é desviar as classes populares da luta pela transformação da sociedade capitalista” (BOITO JR., 2007, p. 30).

Ao discutir as ações afirmativas a partir das micromudanças no plano individual de cada sujeito que pode assumir uma posição de poder dentro das relações sociais, com base no “empoderamento” pessoal ou de seu grupo, se camufla as questões estruturais que operam o racismo, a desigualdade e as diferentes formas de discriminação. Compreendemos ser indiscutível que o poder se manifesta em todos os níveis sociais, contudo, essas relações de poder não podem ser niveladas às relações de poder de caráter estrutural da sociedade. Ao conceber o poder difuso em todos os níveis, opera-se a equalização do poder exercido pelo Estado capitalista e pelas relações de poder inerentes à sociedade de classes, desconsiderando que mudanças pontuais não são capazes de subverter as relações de poder ao nível necessário para a transformação social. Ou seja, os embates contra as distintas formas de poder não conseguem efetividade sem enfrentar os nexos gerais que as organizam<sup>65</sup>.

A seguir, desenvolvemos o segundo bloco dos trabalhos que integram as produções onde a concepção de Estado não foi sistematicamente abordada, composto pelas teses de Ferri (2015), Pedroso Hamú (2014), Jesus (2014) e Oliveira (2013). Diferente do primeiro bloco,

---

<sup>65</sup> É importante perceber a proximidade do pensamento foucaultiano com as formulações pós-modernas. Rodrigues (2006) argumenta que a obra do filósofo francês contém o germe da proposição política pós-moderna por ter sido precursora de uma espécie de novo tipo de irracionalismo, característico do pós-modernismo, ao substituir o poder dominante das classes e do Estado por uma noção de poder difuso, pela valorização das lutas fragmentadas, impulsionadas por uma nova esquerda que surge no pós-68. Segundo Rodrigues (2006, p.146), o “obsessivo interesse nas margens do poder-saber moderno e sua descrença perante a proposta socialista revolucionária, o habilitam a antecipar a perspectiva política da esquerda contra-revolucionária de hoje”. Tanto a obra foucaultiana quanto o pós-modernismo são marcados pela aversão ao conhecimento ou visão totalizantes, primando por “um ceticismo epistemológico e um derrotismo político profundos” (WOOD & FOSTER, 1999:13 *apud* RODRIGUES, 2006, p. 154).

onde buscamos apresentar o desenvolvimento da compreensão de Estado de cada autor, aqui, tendo em vista a ausência dessa abordagem explícita, apresentaremos cada tese a partir dos elementos mais centrais ou fragmentos que nos permitem identificar a noção de Estado veiculada.

Segundo Pedroso Hamú (2014, p. 67), “as políticas públicas têm em sua origem a ideia de garantir a igualdade de direitos, por meio da ação do Estado”. No caso das ações afirmativas, a autora identifica que sua essência está “alicerçada na garantia e efetividade dos direitos humanos numa perspectiva de construção de uma cidadania plena” (PEDROSO HAMÚ, 2014, p. 13).

Observa-se que, com o avanço dos **direitos de cidadania** marcados pelo crescimento dos sistemas de saúde, previdência e educação, registra-se de forma mais acentuada, “[...] **a presença do Estado nessa interação com as demandas da sociedade**”, conforme pontua Di Giovanni (s/d, p. 1). O mesmo ocorre com o conceito de democracia, compreendido, segundo o autor, apenas como o direito de votar e ser votado. E acentua: “**Hoje, considera-se Estado democrático aquele que responde às demandas sociais**” (p. 1). **Em decorrência, foram “[...] surgindo uma nova forma de relação entre Estado e sociedade, uma nova forma política**” (p.1). E, se outrora, as políticas públicas eram compreendidas apenas como uma operação do Estado, com vistas a resolver questões consideradas problemáticas pela sociedade, atualmente, o conceito tem-se alargado [...]. (PEDROSO HAMÚ, 2014, p. 61).

A pesquisadora afirma também que “com base na compreensão de que as políticas públicas têm em sua origem a ideia de garantir a igualdade de direitos, por meio da ação do Estado, as ações afirmativas surgem como ferramentas para combater o quadro de desigualdade existente no país” (PEDROSO HAMÚ, 2014, p.67). Para ela, as “ações afirmativas se apoiam nos princípios de justiça e equidade para garantir a igualdade de direitos a que se propõe”. Essa autora também utiliza como referência para compreensão da justiça e equidade os estudos de Rawls e do sociólogo francês François Dubet. No seu entendimento:

**As políticas públicas, nesta perspectiva, tornaram-se um instrumento para o exercício do poder numa sociedade democrática e moderna**, “[...] onde os cidadãos, instituições, organizações sociais, movimentos sociais e organizações não governamentais **participam mais**” (DI GIOVANNI, s/d, p. 1). Estas assumem o papel de agente político para **pressionar e atuar na agenda do Estado**, exibindo uma maior visibilidade na vida do homem moderno. Ou seja, **são criadas no interior da sociedade, a partir de seus interesses e necessidades, e são efetivadas e gerenciadas pelo Estado**, devendo se manter sob a mira dos olhares atentos da sociedade. (PEDROSO HAMÚ, 2014, p. 61) [Grifos nossos].

A ideia de pressionar a agenda do Estado para criar políticas a partir do “interesse da sociedade” ratifica a noção de Estado sujeito, que atua em favor das necessidades da sociedade, vista de forma genérica. A questão da ampliação da participação é reafirmada pela autora no seu exame sobre os governos do Partido dos Trabalhadores. Segundo ela, esses governos,

embora não tenham rompido com o caráter neoliberal do Estado, possibilitaram o alargamento da participação política por serem mais acessíveis às pressões sociais:

Essa nova iniciativa de formular e implantar políticas públicas de reconhecimento de direitos não está isolada e desvinculada da nova conjuntura política e social que o País vivencia tanto no âmbito nacional como no de suas relações internacionais. Se houve ou não ruptura de orientações, de projetos e de práticas, os posicionamentos foram diversos. Aproximo-me das perspectivas interpretativas que apontam para a tese da continuidade, porém incorporando projetos novos de alta relevância social, tal como o da adoção, ainda que tardia, da política de cotas de 2012. Assumir esta posição não significa ignorar ingenuamente a não alteração do caráter regulador do Estado neoliberal propositor das políticas mencionadas e nem, tampouco, a existência de um governo contraditório que, na maioria das vezes, esquiva-se do enfrentamento de determinados problemas. **As novas formas de participação política e o alargamento da democracia para além das formas clássicas de representação influenciam de modo especial o momento histórico atual, mais acessível às pressões da sociedade civil realizadas por meio principalmente dos movimentos sociais.** (PEDROSO HAMÚ, 2014, p. 166) [Grifos nossos].

Na perspectiva da autora, o momento histórico atual estaria sob influência de novas formas de participação política e do alargamento da democracia<sup>66</sup>, possibilitando maiores pressões da sociedade civil, especialmente por meio dos novos movimentos sociais e suas pautas em torno de políticas públicas de reconhecimento de direitos e reparação da exclusão de determinados agrupamentos sociais e culturais.

Compreendemos que o discurso em torno da ampliação da participação política, enquanto caminho a ser trilhado pelos movimentos populares na atualidade, tem, ativa ou passivamente, redefinido a atuação política dos movimentos sociais e tem tendido a obscurecer a questão central referente à continuidade do mesmo projeto societário que assume uma “nova roupagem” a fim de fomentar a adesão da sociedade para uma perspectiva conciliatória dos interesses das classes sociais. Nesse sentido, essa forma de se apresentar “mais acessível” às pressões da sociedade civil, encampada com maior empenho pelo governo petista, parece ser fruto da necessidade de adaptações conjunturais para assegurar a continuidade e expansão da lógica do capital (NEVES, 2005; FONTES, 2013).

---

<sup>66</sup> Ellen Meiksins Wood esclarece que, sob o capitalismo, o significado de democracia refere-se ao gozo passivo dos direitos constitucionais e processuais do cidadão individual. A formação do Estado de direito burguês criou o primado da “igualdade perante a lei”, garantiu a legalização e a legitimação da dominação político/econômica da burguesia. A ideia de “democracia liberal” só se tornou pensável – e quer dizer literalmente pensável – com o surgimento das relações sociais capitalistas de propriedade. Nesse sentido, o capitalismo tornou possível a redefinição de democracia e a sua redução ao liberalismo. Desse modo, ao analisar as nossas atuais condições econômicas e políticas parece ser irrefutável o quão irreal é a crença em “um capitalismo humano, ‘social’ e verdadeiramente democrático e igualitário” (WOOD, 2006, p.250), uma vez que, enquanto existirem as classes sociais fundamentais do capitalismo, a democracia também será de classe, como já afirmava Lenin, no clássico *O Estado e a Revolução*.

Em relação à concepção do Estado como sujeito, essa sugere que seria “uma entidade ativa, externa e acima dos homens e da sociedade em seu conjunto, dotada de vontade própria, de autoiniciativa, sem correspondência com os indivíduos e grupos sociais distintos” (MENDONÇA, 2014, p. 30). Essa concepção liberal está presente na ideia de que o Estado entra em ação a depender das exigências da sociedade, portanto, atuaria em favor do “bem comum”. Verificamos estes princípios também em Ferri (2015),

Muller e Surel (2002) definem política pública como “tudo o que o governo decide fazer ou não fazer”, sendo um constructo social (conjunto de medidas a se atingir), mas também um constructo de pesquisa (trabalho de análise e reconstrução dos objetivos da ação pública). Nas palavras de Azevedo (1997), **trata-se do “Estado em ação”, e pode ser determinada a partir de uma situação expressa pela sociedade, a qual exige atuação do Estado.** Configurando dessa forma a articulação entre Estado e sociedade. (FERRI, 2015, p. 54) [Grifos nossos].

Novamente se expressa uma forma “naturalizada” de definir o Estado enquanto instituição cuja agenda é construída a depender do envolvimento da sociedade em torno daquela pauta, ou seja, posto acima do embate entre as forças sociais.

O aumento de demanda por este ou aquele tema, ou seja, o fato de um tema ou uma questão entrar na pauta da agenda de governo é determinado por vários fatores, entre eles o impacto na sociedade envolvida no tema e os movimentos sociais envolvidos. **A presença de certos atores em posições estratégicas parece ser, de fato, essencial para influenciar a definição da agenda e mesmo apontar tendências de ação do governo.** (FERRI, 2015, p. 56) [Grifos nosso].

Na tese de Oliveira (2013), além da concepção de Estado não ter sido sistematicamente abordada, sua identificação foi dificultada também pela forma como a autora organiza o texto a partir de revisões de literatura de modo a não privilegiar diretamente seu posicionamento sobre os temas. Essa postura dificulta a extração de excertos que contenham elementos capazes de subsidiar o reconhecimento de sua compreensão de Estado. Tal ausência de posicionamento, acreditamos estar vinculada à opção teórico-metodológica da autora de buscar “produzir uma escrita que fosse o máximo possível imparcial” (p.30), embora ela identifique que a escrita “não é neutra, uma vez que se constrói a partir de um lugar peculiar, através do qual estruturo e legítimo meu próprio discurso” (OLIVEIRA, 2013, p. 30).

No excerto abaixo, por exemplo, quando Oliveira (2013) identifica que o princípio da justiça social é um forte argumento no debate sobre as ações afirmativas, a autora utiliza a seguinte citação, na qual se afirma o papel do Estado como garantidor da igualdade de direitos:

Um dos eixos mais inovadores das políticas públicas brasileiras dos últimos anos tem sido a adoção de políticas afirmativas para a diminuição de diferenças socioeconômicas entre algumas categorias sociais. Essas políticas estão pautadas na

ideia [*sic*] de que, **para garantir a igualdade de direitos, é necessária a ação do Estado no sentido de oferecer condições especiais** àqueles que, por razões de ordem social, econômica, cultural ou política, estão originalmente em situação desfavorável de **competição com outros membros da sociedade**. (NEVES; LIMA, 2010, p. 57 *apud* OLIVEIRA, 2013, p. 55) [Grifos nossos].

Em outros momentos, essa ideia de autonomia e neutralidade do Estado aparece de forma mais genérica como na afirmação: “Um mundo em que a conciliação de direitos é tarefa complexa e em que, portanto, políticas de reconhecimento e redistribuição traduzem a mobilização social para reparar uma história de sofrimento, injustiça, violência e exclusão” (OLIVEIRA, 2013, p. 182). Nessa passagem, a conciliação de direitos, ainda que complexa, parece ser uma tarefa do Estado, pois é na ação dele que a autora vislumbra a garantia de igualdade de direitos. Essa concepção conciliatória é verificada novamente em sua conclusão:

Apesar das inquietudes que povoam o imaginário acadêmico e social, uma coisa é fato: as ações afirmativas são socialmente necessárias, são juridicamente legítimas e racionalmente justificáveis. Resta-nos pensar sobre **como equilibrar os pólos [*sic*] dessa batalha por justiça social, na luta por equidade e cidadania**, através de uma educação superior que suavize e não potencialize as inquietudes do nosso tempo. (OLIVEIRA, p. 184) [Grifos nossos].

Outro elemento a ser considerado nessa formulação refere-se à luta por cidadania, que tem se tornado um fetiche na atualidade, como demarca Dias (2002). A noção de cidadania precisa considerar os antagonismos sociais, ou seja, “deve ser pensada como espaço de contradições, caso contrário, ela acaba por reforçar essa igualdade mistificada/mistificante” (DIAS, 2002, p. 135). Ou seja, não se trata de negá-la ou desvalorizá-la, mas, segundo Tonet (1999), de localizar suas reais possibilidades e contradições, pois quando se opera uma supervalorização das potencialidades da cidadania, visando como o fim último da luta dos grupos subalternos, tende-se a ocultação do antagonismo classista na medida em que, equivocadamente, associa-se a cidadania enquanto sinônimo de liberdade. Essa interpretação negligencia o fato da cidadania ser apenas “uma forma parcial limitada e formal de liberdade”, pois refere-se à liberdade existente sob a ordem do capital, ou seja, que necessita de trabalhadores formalmente livres para vender sua força de trabalho, “mas não realmente livres, iguais e proprietários. Isso significa que se comprador e vendedor de força de trabalho fossem realmente livres, isto é, se autodeterminassem efetivamente, a existência do capitalismo seria impossível” (TONET, 1999, p.85)<sup>67</sup>.

---

<sup>67</sup> O aprofundamento da questão da cidadania pode ser encontrado nos estudos do pesquisador Ivo Tonet (1999), (2005).

Retomando o escrutínio das teses, verifica-se uma similaridade da forma de apreender o Estado enquanto “sujeito” também nas formulações de Jesus (2014, p. 182). Para ele, as “Ações afirmativas são um conjunto de intervenções do Estado que visa superar distorções provocadas pelo preconceito e pela discriminação”.

A Constituinte de 1988 buscou reparar uma justiça ainda em dívida com as chamados [*sic*] minorias de nossa sociedade e, nela, a ação afirmativa está inserida no princípio de igualdade jurídica. O texto constitucional menciona a preocupação em instituir um Estado Democrático que assegure o pleno exercício dos direitos sociais e individuais pelos quais consolidem a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade plural, livre de quaisquer tipos de preconceitos.

Os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil segundo a Carta de 1988 são definidos em termos das obrigações transformadoras do quadro social e político para se chegar à igualdade concreta. Rocha (1996) **esclareceu que somente as ações afirmativas podem alcançar essa atuação transformadora que a Constituinte brasileira decretou para garantir a igualdade como direito fundamental de todos.** (JESUS, 2014, 183) [Grifos nossos].

A ideia de que o Estado democrático pode vir a consolidar a igualdade e a justiça por intermédio das ações afirmativas tem como pano de fundo uma compreensão calcada no ideário liberal e uma confluência com as ideias do chamado liberalismo igualitário, que serve de referência ao autor. Na tese desse pesquisador, o Estado deixa de ser neutro na medida em que implementa as ações afirmativas. Isso se expressa, por exemplo, quando o autor examina a aplicação das ações afirmativas no contexto norte-americano:

As políticas de ações afirmativas do direito norte-americano se devem a uma grande contradição daquela sociedade por ter realizado uma das principais revoluções da sociedade moderna que garantia substantivamente a igualdade de todos e na prática ela não impossibilitou os crimes de intolerância racial entre brancos e negros. Deve-se considerar que a experiência de implantação das ações afirmativas foi bem-sucedida: os negros passaram a ocupar cargos de maior expressividade e a frequentar universidades junto com brancos, porque sua corte suprema teve o referido ônus **da mudança de posição do Estado norte-americano, que saiu da neutralidade e passou a promover políticas públicas focalizadas de combate à discriminação racial.** (JESUS, 2014, p. 185).

Por fim, para Jesus (2014, p. 185 *apud* GOMES, 2001, p.53), “essa tomada de posição do Estado em enfrentar de maneira focalizada a igualdade de oportunidade pressupôs ‘que o dispêndio de recursos públicos deva servir às causas de interesse coletivo’”.

Do exposto até aqui, é possível constatar que as teses examinadas, majoritariamente, se amparam numa compreensão liberal de Estado, promotor de direitos e autônomo em face às contradições de classes. Figura, de modo geral, a noção de um Estado representativo que “reconhece determinada situação limite que atinge parte da população e busca superá-la” (GRISA, 2015, p. 139) e que “entra em ação” (FERRI, 2015) para garantir a “igualdade de

direitos” (PEDROSO HAMÚ, 2014, p. 67) para o “conjunto da sociedade”. Evidencia-se a ideia de que a função do Estado é a “promoção de políticas e ações que assegurem não só efetivo gozo de direitos aos grupos socialmente marginalizados, como também viabilizem a promoção desses direitos por todos os membros da sociedade” (BARRETO, 2014, p. 41). Como se ambos, “Estado e Sociedade”, estivessem acima dos interesses antagônicos das classes sociais, e pudessem “garantir o acesso aos bens materiais a todos os seus membros”. (GRISA, 2015, p.132 e 133).

Verifica-se ainda que a contestação do princípio liberal de neutralidade do Estado fundamenta-se numa perspectiva de conciliação de interesses, em que se vislumbra a possibilidade de ruptura com a neutralidade do Estado através da adoção de determinadas políticas públicas. A ideia de ampliar a participação, de pressionar a agenda do Estado e, fundamentalmente, de que essas políticas são criadas exclusivamente a partir do interesse social, ratifica a noção de Estado sujeito, o qual implementaria políticas de acordo com as necessidades da sociedade, vista de forma genérica, como se não houvesse embates em torno de interesses antagônicos de grupos em disputa.

Destaca-se também certa “utopia democrática” (COELHO, 2005), na medida em que se coloca para o Estado e a sociedade o papel de dar visibilidade às demandas sociais, na busca pelo reconhecimento de direitos, de modo que a democratização do Estado é vislumbrada sem a necessidade de alterar as bases dos conflitos sociais, ou seja, imprimindo-lhe um caráter conciliatório e também de autonomia frente às disputas sociais.

Por fim, pontuamos um último elemento sintomático neste debate. Referimo-nos às reflexões sobre o governo do Partido dos Trabalhadores, no qual a política de ação afirmativa foi, majoritariamente, implementada. Em algumas passagens registramos alguns aspectos de convergência entre o discurso assumido pelos autores das teses examinadas e a perspectiva ideo-política encampada pelo Partido dos Trabalhadores – e que irá se materializar nas gestões presidenciais no alvorecer do século XXI. Como demonstramos, alguns dos autores identificam que houve mudanças políticas com a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao governo federal, mas nem uma das pesquisas propõe fazer a diferenciação entre tais governos de forma sistematizada.

Observamos que, no geral, as reflexões sobre o neoliberalismo, sobre a ampliação da participação, da democracia e da cidadania, e a forma de defesa de políticas sociais focalizadas, encontram ampla sintonia com o discurso assumido pelo Partido dos Trabalhadores. Essas questões podem ser recuperadas no capítulo anterior, no qual buscamos trazer para o debate alguns elementos que nos permitem identificar, no projeto político do referido partido, uma

perspectiva de abandono da luta anticapitalista, com a continuidade e, em alguns aspectos, a intensificação do projeto neoliberal, que assume nova roupagem como estratégia de manutenção de suas políticas. Bem como, procuramos sinalizar a convergência que tal projeto possui com a perspectiva ideológica pós-moderna.

A despeito do exercício complexo de buscar compreender a concepção de Estado, explícita ou implícita, que move as teses examinadas, o percurso analítico feito até aqui nos permite identificar que, sob diferentes elaborações e guardadas as diversas particularidades de cada tese, a perspectiva de Estado que assume centralidade no debate sobre as ações afirmativas assenta-se em compreensões liberais de Estado, embora, contraditoriamente, os autores majoritariamente façam algumas críticas ao liberalismo e, fundamentalmente, ao neoliberalismo, como ficou evidenciado também na discussão sobre a concepção de igualdade de oportunidades, que vimos anteriormente.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso objetivo, com a realização deste estudo, foi analisar as produções acadêmicas, do campo da educação, que tratam das políticas de ações afirmativas para o ensino superior, buscando rastrear o universo conceitual e os pressupostos teórico-metodológicos que fundamentam as pesquisas sobre essa temática. Procuramos contribuir com o debate especialmente na direção de tecer algumas reflexões sobre a função social que a produção examinada é capaz de desempenhar na direção de desvelar ou mistificar a realidade, ou, dito de outro modo, de reforçar a visão de mundo hegemônica ou contrapor-se a ela.

Para realização do trabalho foram selecionadas oito teses de doutorado aprovadas em programas de pós-graduação da área da educação, no período de 2012 a 2016. À luz da análise imanente, iniciamos o exame da produção pelo módulo temático referente à noção de ações afirmativas apresentada nos textos. Nesse primeiro módulo, rastreamos os principais conceitos e argumentos, que subsidiam a compreensão dos autores acerca dessas políticas, resultando no mapeamento daqueles que figuram com maior relevância nas análises. Foram eles: igualdade de oportunidades, inclusão/exclusão, justiça social, valorização das identidades, reconhecimento, equidade, redistribuição, compensação, reparação, representatividade, diversidade, democratização do ensino superior, combate à meritocracia e ao racismo, acesso ao mercado de trabalho e ascensão social.

De modo geral, foram apontados alguns elementos de convergência com as teorias pós-modernas, como a recusa ao conceito de classe social para interpretação da realidade; as críticas às metanarrativas e à universalidade; a compreensão de que a sociedade se encontra sob uma era pós-moderna; a celebração do fragmentário e das identidades particularistas; a exacerbação da subjetividade como instrumento central para o indivíduo explicar e intervir na realidade. Buscou-se questionar como enfrentar a exploração e opressão que submetem e constroem a grande maioria das pessoas com saídas subjetivas que tendem a embutir uma responsabilização individual, um apelo à autoestima do sujeito, implicando na perda da perspectiva de classe e, por consequência, na integração ativa à ordem do capital.

Resguardadas as particularidades de cada tese examinada, verificou-se o predomínio de um entrecruzamento de abordagens, formulações conceituais e perspectivas de análise majoritariamente caudatárias de apreensões teórico-metodológicas pós-modernas e liberais,

corroborando nossa hipótese inicial. Excetua-se dessa característica o trabalho de Novak (2014) no qual identificou-se um esforço teórico-conceitual assentado sob outros marcos teóricos.

Para endossar esta constatação, e considerando nossa compreensão de que o pensamento pós-moderno opera de forma complementar ao pensamento liberal, elegemos os conceitos e argumentos mais potentes para problematizar o que está anunciado como objetivo da pesquisa: o par conceitual inclusão/exclusão, a igualdade de oportunidade e o conceito de Estado para aprofundar a discussão. De modo geral, consideramos que todos os conceitos e argumentos identificados nas produções possuem grande importância para o debate, contudo, julgamos que os quatro selecionados foram os mais pertinentes.

Em relação ao módulo temático composto pelo par conceitual “inclusão/exclusão” verificou-se que, embora seja recorrentemente usado para se referir às ações afirmativas enquanto políticas “inclusivas” ou que combatem a “exclusão”, a opção por empregá-lo não é teoricamente justificada nas teses, tampouco a definição particular dos termos e seus significados que, preponderantemente, figuram de modo impreciso e pouco refletido. De forma geral, a concepção de “inclusão” via ações afirmativas identificada na maioria dos trabalhos não caminha na direção de desvelar os determinantes da desigualdade, pois tendem a restringir-se à noção de necessidade de integração dos grupos “excluídos” à lógica do capital. Tal constatação é reforçada, por exemplo, pela ideia de que o objetivo das ações afirmativas seja viabilizar condições para que todos na sociedade possam competir igualmente pela obtenção de emprego e posições de poder; ou pela defesa de que tais ações visam o fomento de mudanças no “imaginário coletivo”; ou ainda que representam a possibilidade de ascensão social. Esses argumentos nitidamente revelam uma perspectiva liberal que passa ao largo de um enfrentamento das desigualdades estruturais nas quais se funda o modo atual de produção e reprodução da vida. Em síntese, argumentamos que o emprego pouco refletido do binômio inclusão/exclusão tende a designar apenas a aparência do real, ou seja, refere-se a formas mais atualizadas de exploração e segregação que, para serem desnudadas em sua essência, necessitariam ser analisadas, como aponta Oliveira (2002, p.196), a partir da mediação com a categoria que “opera a síntese social”, ou seja, a categoria do capital.

O terceiro módulo temático referiu-se ao termo “igualdade de oportunidade”, apontado como um dos objetivos das ações afirmativas por vislumbrar a promoção de condições equivalentes aos sujeitos que se encontram alijados dos seus direitos. Pontuou-se a forma pela qual, via de regra, os autores se contrapõem à noção de igualdade formal a partir da defesa de uma igualdade material referenciada em autores de diferentes matrizes liberais como Norberto Bobbio, John Rawls, Ronald M. *Dworkin*, Joaquim Barbosa Gomes, e Carmen Lúcia Antunes

Rocha. Em síntese, demarca-se que a defesa da igualdade de direito, ou de uma pretensa igualdade de oportunidade, encontra ressonância na abstração liberal do Estado democrático de direito. Bem como, pensar a igualdade ocultando ou desconsiderando que o cerne da desigualdade se funda na apropriação privada da riqueza socialmente produzida, mantém o debate no âmbito fenomênico.

Para fechar o exame da produção, o quarto módulo temático foi dedicado ao conceito de Estado, o qual julgamos ser fundamental para análise da perspectiva dos autores examinados, haja vista que reverbera diretamente na compreensão que esses possuem das políticas sociais e, por conseguinte, das ações afirmativas, como também tem grande potencial para exprimir suas visões de mundo. O exercício de leitura e reflexão acerca da concepção de Estado, detectada nos autores, possibilitou identificar a predominância da noção de Estado como sujeito, promotor de direitos e autônomo em face às contradições de classes. Figura, de modo geral, a prerrogativa da atuação no campo institucional, a adesão ao discurso de participação política e da negociação com a esfera estatal, calcada numa perspectiva de conciliação de interesses e de ampliação da participação. Observou-se a ausência da perspectiva de totalidade em mérito de se trabalhar apenas no âmbito da política representativa, bem como um apelo à democracia e à cidadania, tomadas como universais. De modo geral, destacou-se a visão liberal de democratização do Estado, ao imprimir-lhe um caráter conciliatório e de autonomia frente às disputas sociais.

Sinalizamos, por fim, que é possível observar uma confluência das apreensões dos autores com o caminho trilhado por setores considerados de esquerda, na atualidade, e que, a nosso modo de ver, encontra guarida no projeto político assumido pelo Partido dos Trabalhadores. Referimo-nos à perspectiva de abandono da luta anticapitalista e de fragmentação das lutas sociais ao secundarizar – ou abandonar – a construção de um projeto emancipatório que altere as estruturas que produzem as desigualdades, assim reforçando, no campo político-organizativo, uma perspectiva de conciliação dos interesses de classes. Tais setores da esquerda, procurando colocar o imediatismo das conquistas materiais no centro da estratégia política, tenderam ao abandono da compreensão da totalidade contraditória.

O percurso investigativo empreendido na pesquisa procurou situar a produção acadêmica examinada no tempo histórico de sua formulação, ou seja, no período de crise estrutural do capital (MESZÁROS, 1993), que se expandiu em meados de 1970 e alavancou a reorganização produtiva através de uma nova fase de acumulação, marcada pela financeirização e pelo neoliberalismo. Este movimento do capital tem operado uma profunda inflexão conservadora na sociedade, com intensa e perigosa arruinação de avanços e conquistas que a

luta dos trabalhadores tornou possível em períodos anteriores, apontando para um alargamento das formas de expropriação do trabalho e para o espraiamento das determinações do capital a todas as dimensões da vida (IASI, 2017; FONTES, 2010).

Destaca-se que, desde sua consolidação, para se manter hegemônico, o capital necessita – além da coerção comumente utilizada – também de certo grau de convencimento social ou consenso (GRAMSCI, 2002) por meio da difusão dos interesses e valores burgueses como se fossem de interesse coletivo. Em nossa exposição, buscamos recuperar, ainda que sumariamente, algumas reflexões acerca desse processo, categorizado pelo filósofo Georg Lukács de “decadência ideológica” do pensamento burguês, que opera, no campo ideológico, para a manutenção da hegemonia burguesa, através da tácita negação da razão emancipadora e pela necessidade de justificar teoricamente a forma de organização social consolidada pelo capitalismo (COUTINHO, 2010). As duas expressões da decadência ideológica do pensamento burguês – o racionalismo analítico-formal e o irracionalismo moderno – impedem o avanço da consciência e da luta dos trabalhadores em direção à ruptura com a ordem vigente na medida em que naturalizam as relações de produção capitalistas, buscando mitigar as contradições do desenvolvimento social de acordo com as necessidades econômicas e políticas burguesas (LUKÁCS, 2010).

É na esteira desse movimento do pensamento burguês que localizamos o emergir das teorias pós-modernas que despontam enquanto expressões ideológicas da nova fase de acumulação capitalista, cumprindo a função de mistificar ideologicamente as determinações históricas e sociais na medida em que buscam transvestir a crise do capital em uma crise da modernidade, aprofundando o abandono da totalidade histórica e intensificando a exacerbação do relativismo e da fragmentação da realidade. Nesta chave interpretativa da ideologia pós-moderna, localizamos sua complementaridade ao pensamento liberal na medida em que representa, no campo das ideias, a ascensão de um “ceticismo epistemológico e um derrotismo político profundos” (WOOD, 1999, p. 13) que, inevitavelmente, contribuem para decretar a inevitabilidade do capitalismo em profunda sintonia com a teoria liberal. Os valores liberais – como cidadania, liberdade, representatividade, igualdade de oportunidade, autonomia do indivíduo – parecem ganhar nova roupagem com as teorias pós-modernas, mas permanecem com o mesmo caráter de se referir apenas à aparência dos fenômenos, atuando no sentido de subsumir as classes subalternas à ordem hegemônica.

O momento histórico em que vivemos, marcado por um recuo do campo da esquerda e de deslegitimação dos seus instrumentos históricos de luta, tem sido campo aberto e fecundo para estratégias e reivindicações cada vez mais fragmentadas que, desvinculadas de uma

perspectiva de transformação que leve em conta as determinações postas pela ordem do capital, operam por caminhos isolados, ávidas por tentar ampliar as resistências locais e particulares no interior do capitalismo. No campo ideológico avançam as estratégias para mistificar ou ocultar o entendimento de que a intensificação das formas de exploração, desigualdade e miserabilidade social, possui raízes no modo de reprodução capitalista cuja superação implica na formação de outra sociabilidade.

É lógico que o debate sobre as ações afirmativas suscita questões extremamente complexas e que trazem consigo uma série de elementos contraditórios que não podem ser reduzidos simplesmente a uma classificação das lutas mais ou menos importantes para o caminho emancipatório. Compreendemos que os esforços em torno das ações afirmativas trazem à baila uma série de reivindicações urgentes, reais e necessárias que, como todos os processos contraditórios, possuem possibilidades de resistência e luta. Contudo, os caminhos que esse debate tem percorrido e a forma de intervenção na realidade que esse processo tem alimentado vêm contribuindo mais para a conservação do existente do que para sua contestação e enfrentamento.

Para consubstanciar tal afirmação, é fundamental compreender que as políticas sociais resultam de relações contraditórias, determinadas pela dinâmica da correlação de forças entre interesses antagônicos das classes sociais que disputam a hegemonia. A conquista de direitos sociais e da efetivação desses por meio de determinadas políticas sociais são avanços materializados pela luta dos trabalhadores, mas também pela própria necessidade do controle social e de criação de consenso que a ordem do capital necessita para manter sua reprodução. São estas contradições do Estado e das políticas dele emanadas que precisam ser compreendidas e desveladas para que a intervenção na realidade potencialize a transformação social.

Reiteramos que, não se trata de desprezar as ações afirmativas como tática política, mas de reconhecer sua insuficiência em relação a mudanças mais efetivas, que possam levar a expressivas transformações do que o limitado campo da “pequena política” – nos termos de Gramsci – é capaz de oferecer. Trata-se ainda de buscar qualificar o debate na direção de compreender a rede conceitual que tem alicerçado/amparado a compreensão dessas políticas. Isto porque o caminho percorrido na pesquisa nos possibilitou identificar que as elaborações teórico-conceituais que sustentam as discussões sobre as ações afirmativas, no campo da educação, caminham na direção de acentuar a mistificação ideológica do pensamento burguês, de tal forma que contribuem mais para manutenção do *status quo*, do que na direção de se contrapor a ele.

[...] o critério crucial para avaliação de medidas parciais é se são ou não capazes de operar como ‘pontos de Arquimedes’: ou seja, como alavancas estratégicas para uma reestruturação radical do sistema global de controle social. Por isso Marx falou da necessidade vital de mudar, ‘de cima a baixo’, as condições de existência como um todo, sem o que todos os esforços direcionados para a emancipação socialista da humanidade estão destinados ao fracasso. (MÉSZÁROS, 1993, p. 72).

A defesa de estratégias e valores liberais combinada com a tácita negação de caminhos coletivos que visem à superação da sociabilidade burguesa obstaculizam resultados mais efetivos, reforçando o encapsulamento das lutas em estratégias e organizações cada vez mais fragmentadas. O pensamento pós-moderno, enquanto expressão ideológica do capitalismo contemporâneo, atualiza a mistificação ideológica do pensamento burguês ao contribuir para o obscurecimento da totalidade histórica.

Embora analisar a função social que as teses investigadas cumprem no atual momento histórico contenha uma série de complexidades e, por isso, não tivemos a pretensão de apreender todos os seus contornos, as questões levantadas na pesquisa, a partir do exame das formulações conceituais e elaborações explicativas, nos permite afirmar que a interpretação da realidade, na ampla maioria das teses, coaduna com o processo de mistificação ideológica do pensamento burguês, cumprindo a função social de reiterar o pensamento hegemônico. Isto porque age funcionalmente para conservação da forma de organização social posta pela ordem do capital, pois tende a problematizar apenas as expressões fenomênicas, deixando salvo o próprio modo de produção e reprodução gerador dessas desigualdades, opressões e discriminações contra as quais estão se contrapondo. Não se trata de pesar a crítica às escolhas individuais dos pesquisadores, mas de buscar compreender o momento histórico que nos coloca diante de tamanhos desafios na defesa da produção do conhecimento e do pensamento crítico capaz de apontar caminhos para a emancipação humana.

A universalização do ensino superior público, gratuito e de qualidade, bem como a garantia de acesso e permanência dos estudantes, é fundamental para a formação de sujeitos críticos, em condições de superação dos processos ideológicos que oprimem e impedem a emancipação. Nesta direção, como aponta Mézáros (2008), nossa tarefa intelectual é, simultaneamente, a de uma transformação social, ampla e emancipadora, sendo necessário aprofundar a abordagem ontológica do conhecimento da realidade, fazendo a defesa da dimensão intransitiva da ciência e da produção do conhecimento.

Nesse sentido, pensar a política de ações afirmativas para o ensino superior, na direção de potencializar alternativas emancipatórias, necessita de instrumentos conceituais capazes de romper com as expressões fenomênicas, ou seja, é necessário um conjunto de mediações que

levem em conta a dinâmica da ordem capitalista enquanto geradora das desigualdades que as ações afirmativas buscam atacar. Inevitável também é fugir dos determinismos e fragmentações que interditam as possibilidades de transformação estrutural, reconhecendo a necessidade de produzir um conhecimento contra-hegemônico.

Reitera-se, portanto, a necessidade de aprofundar as discussões e problematizações acerca das formas de apreensão da realidade, não por acreditar que as questões postas e impostas pela ordem do capital possam ser resolvidas no âmbito estritamente teórico, mas justamente por saber que é no plano concreto, da luta de classes – e que a fragmentação e a dissolução de antigos vínculos de solidariedade classista têm afastado as possibilidades emancipatórias na atualidade –, que reivindicamos uma teoria que potencialize a ação revolucionária.

## **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, N. P. **Diversidade na Universidade**: O BID e as políticas educacionais de inclusão étnico-racial no Brasil, dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, 2008.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. **O planejamento de pesquisas qualitativas**. In: ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002, p. 109-187.

ANTUNES, R. **Os sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

BANCO MUNDIAL. **Vozes dos Pobres**: Brasil - Relatório Nacional. Maio, 2002. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTPOVERTY/Resources/335642-1124115102975/1555199-1124138866347/brazilpr.pdf>. Acesso em 22/06/2018.

BARRETO, L. A. **“Pela graça da mistura”**: ações afirmativas, discurso e identidade negra no curso de direito em universidades públicas paraibanas. 2014. Tese (doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

BEHRING, E; BOSCHETTI, I. **Política Social**: fundamentos e história. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BELLI, Rodrigo Bischoff. **O irracionalismo como ideologia do Capital**: análise de suas expressões ideológicas fascista e pós-modernista. 2017. Tese (doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”, Marília, 2017.

BOITO JR., A. **O Estado capitalista no centro**: crítica ao conceito de poder de Michel Foucault. In: **Estado, política e classes sociais**: ensaios teóricos e históricos. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

BRAGA, R. A. **A angústia dos subalternos**. In: **\_\_\_\_\_A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 181-222.

BRASIL. Lei n. 10.172, de 9/1/2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE)**. Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

\_\_\_\_\_, Lei nº 10.558, de 13/11/2002. **Cria o Programa Diversidade na Universidade, e dá outras providências**. Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 14 nov. 2002.

\_\_\_\_\_, Decreto 4.228, de 13/05/2002. **Institui, no âmbito da Administração Pública Federal, o Programa Nacional de Ações Afirmativas e dá outras providências**. Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 14 mai. 2002a.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-)

2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 15 ago. 2017.

\_\_\_\_\_, Lei 12.711, de 29/8/2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.** Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 30 ago. 2012.

\_\_\_\_\_, Portaria Normativa Ministerial nº 18, de 11/12/2012. Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012. Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 15 out. 2012a.

\_\_\_\_\_, O que são Ações Afirmativas. Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, C. 2017. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/assuntos/o-que-sao-acoes-afirmativas>> Acesso em: 14 de ago. de 2017.

\_\_\_\_\_, Lei nº 13.409, de 28/12/2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 29 dez. 2016.

BROOKE, N; WITOSHYNSKY, M (orgs). **40 Anos de Fundação Ford no Brasil: uma Parceria para Mudança Social.** São Paulo / Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo / Fundação Ford, 2002.

CARVALHO, I. **O fetiche do empoderamento:** do conceito ideológico ao projeto econômico-político. In. MONTANO, C. (org.). O Canto da sereia: crítica a ideologia e aos projetos do terceiro setor. São Paulo: Cortez, 2014, p. 144-184.

CHASIN, José. **O integralismo de Plínio Salgado:** forma de regressividade no capitalismo híper-tardio. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

COELHO, E. **Uma esquerda para o Capital:** Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998). Tese (doutorado). Niterói, 2005.

\_\_\_\_\_, E. **Uma esquerda para o Capital:** o transformismo nos grupos dirigentes do PT (1979-1998). São Paulo: Xamã, 2012.

COSTA, G. M. da. **Contribuição da análise imanente à pesquisa de textos.** Revista Eletrônica Arma da Crítica, nº 1, 2009.

COUTINHO, C. N. **O Estruturalismo e a Miséria da Razão.** 2ª edição. São Paulo, Expressão Popular, 2010.

DAFLON, V. T., FERES JR, J., CAMPOS, L. A. **Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro:** um panorama analítico. Cadernos de Pesquisa v.43 n.148 p.302-327 jan./abr. 2013.

DIAS, E. F. **Gramsci e a política hoje**. Revista Universidade e Sociedade. Ano XI, nº 27, p. 27-144; 2002.

\_\_\_\_\_, E. F. **Democrático e Popular?**. Revista Outubro, N. 8, p. 7-26, 2003.

EAGLETON, T. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

EVANGELISTA, O. **Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional**. In: ARAÚJO, Ronaldo M. L.; RODRIGUES, Doriedson S. (Org.). A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais. Campinas, SP: Alínea, 2012. v. 1. p. 52-71.

\_\_\_\_\_, O. SHIROMA, E.O. **Educação para o alívio da pobreza: novo tópico na agenda global**. Revista de Educação PUC-Campinas, Campinas, n. 20, p. 43-54, junho 2006.

EVANGELISTA, J. E. **Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FERRI, E. K. **Políticas públicas de Ações Afirmativas na Educação Superior para indígenas: estudo de caso da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2015.

FONTES, V. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. / Virgínia Fontes. – 2ª ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

\_\_\_\_\_, V. **Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho**. Marx e o Marxismo v.5, n.8, p. 45-67, 2017.

\_\_\_\_\_, V. **Determinação, História e Materialidade**. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 7 n. 2, p. 209-229, jul./out.2009.

\_\_\_\_\_, V. **Sociedade civil, classes sociais e conversão mercantil filantrópica**. OSALCLACSO, Buenos Aires/Argentina, ano. VI, n. 19, jul. 2006.

GLÓRIA, M.C.S. **Políticas de ação afirmativa para negros: novas propostas para antigos problemas**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, UFRJ, 2006, p. 55.

GONÇALVES, M. B. **Boaventura de Sousa Santos e a “pósmodernidade de contestação”**: Algumas notações marxistas. Revista AURORA, São Paulo, nº 8, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Vol. 3, 2002.

GRISA, G. D. **As ações afirmativas na UFRGS: racismo, excelência acadêmica e cultura do reconhecimento.** Porto Alegre, 2015. 220 f. Tese (doutorado em Educação) –Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto alegre, 2015.

IASI, M. **Política, Estado e Ideologia na trama conjuntural.** São Paulo: ICP, 2017.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2017 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais.** Rio de Janeiro, 2017.

JESUS, M. S. de. **Raça e classe nos programas de cotas e ou reserva de vagas para ingresso no Ensino Superior público brasileiro.** 2014. Tese (doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

KUENZER, A. Z. **Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente.** Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1153-1178, out. 2007.

LEITE, J. L. **Política de Cotas no Brasil: política social?** Revista Katálysis. vol.14, nº.1, Florianópolis: UFSC, Jan./Jun. 2011.

LÊNIN, V. I. **O imperialismo: fase superior do capitalismo.** 4ªed. São Paulo: Global, 1987.

\_\_\_\_\_, V.L. **O Estado e a Revolução.** Expressão Popular. 2ª Ed. São Paulo, 2010.

LÖWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen.** 6ª edição. São Paulo, Cortez, 1998.

LOVATTO, A. **Os Cadernos do povo brasileiro e o debate nacionalista nos anos 1960: um projeto de revolução brasileira.** 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Pontifícia Universidade Católica De São Paulo, São Paulo, 2010.

\_\_\_\_\_, A. **A corrente autonomista no Brasil e a classe operária: apontamentos críticos sobre a revisão do marxismo nos anos 1980.** Lutas Sociais vol. 20, n. 37, jun./dez, 2016.

LUKÁCS, G. **Marx e o problema da decadência ideológica.** In: *Marxismo e teoria da literatura.* 2ª Ed. São Paulo: Expressão popular, 2010, p. 51 a 104.

MACIEL, D. **As metamorfoses do neoliberalismo no Brasil Contemporâneo: governos do PT e hegemonia neoliberal.** XXVII Simpósio Nacional de história. Natal/RN. 22 a 26 de julho de 2013.

MENDONÇA, S. R. de. **Estado e Políticas Públicas:** considerações político conceituais. Outros Tempos, Vol. 1, 2007, p. 01 - 12. Disponível em: <[www.outrostempos.uema.br](http://www.outrostempos.uema.br)>. Acesso em: 25 mai/2018

\_\_\_\_\_, S. R. de. **O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica.** Niterói/RJ: Marx e o Marxismo, Vol. 2, n.2, jan/jul 2014. p. 28-43. Disponível em: <<http://www.marxeomarxismo.uff.br/index.php/MM/article/view/35>>. Acesso em: 10 mar/2017.

MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MÉSZAROS, I. **O poder da Ideologia.** Ensaio, São Paulo, 1996.

\_\_\_\_\_, I. **A Educação para além do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_, I. **A necessidade do controle Social.** São Paulo: Ensaio, 2ª edição, 1993.

\_\_\_\_\_, I. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo. 2002.

\_\_\_\_\_, I. **Das crises cíclicas à crise estrutural.** In \_\_\_\_A atualidade histórica da ofensiva socialista. São Paulo: Boitempo, p. 69-98, 2010.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 3.ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1994.

MOEHLECKE, S.. **Ação afirmativa:** história e debates no Brasil. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, Autores Associados e Fundação Carlos Chagas, nº 117, p. 197-217, 2002.

MONTAÑO, C. **Pobreza, "questão social" e seu enfrentamento.** Serviço Social & Sociedade, São Paulo: Cortez nº110, p. 270 a 287, abr. 2012.

\_\_\_\_\_, C. **O canto da sereia:** crítica à ideologia e aos projetos do “terceiro setor”. São Paulo: Cortez, 2014.

MORAES, M. C. M. “**A teoria tem consequências**”: indagações sobre o conhecimento no campo da educação. Educação e Sociedade, Campinas, vol.20, n.107, p.585- 607. maio/ago. 2009.

NETTO, J. P. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social.** In: **Serviço Social e Saúde:** Formação e trabalho profissional. Ana Elizabeth Mota [et. al.], (orgs.), São Paulo: Cortez, OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006, p; 141-160.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_. **Relendo a teoria marxista da história.** In D. Saviani et. al. (Org.), História e história da educação: o debate teórico-metodológico atual (pp. 74-84). Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

\_\_\_\_\_. **Curso: O método em Marx.** Pós-graduação em Serviço Social, UFPE, 2002. Disponível em <<http://ujc.org.br/curso-metodo-em-marx-com-jose-paulo-netto/>>. Acesso em 23/05/2017.

\_\_\_\_\_. **Uma face contemporânea da Barbárie.** Comunicação no III Encontro Internacional “Civilização ou Barbárie”, SERPA, 2010.

\_\_\_\_\_. **Elementos para uma leitura crítica do Manifesto Comunista.** Rio de Janeiro, abril de 1998. Disponível em <https://pcb.org.br/fdr/docs/jose-paulo-netto-manifesto.pdf>. Acesso em 05 de jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Razão, ontologia e práxis.** Revista Serviço Social e Sociedade, n. 44, abr. 1994.

\_\_\_\_\_. **Crise do Capital e consequências societárias.** Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012.

NEVES, L. M. W. **A sociedade civil como espaço estratégico de difusão da nova pedagogia da hegemonia.** In: A nova pedagogia da Hegemonia, SP, Xamã, 2005.p. 85 – 124.

NOGUEIRA, M.A. **As três ideias de sociedade civil, o Estado e a politização.** In: COUTINHO, C.N; TEIXEIRA, A. de P. (org). Ler Gramsci, entender a realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

NOVAK, Maria Simone Jacomini. **Os organismos internacionais, a educação superior para indígenas nos anos de 1990 e a experiência do Paraná:** estudo das ações da universidade estadual de Maringá. Tese (Doutorado em Educação) –Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2014.

OLIVEIRA, A. da R. **Educação e Exclusão:** uma abordagem ancorada no pensamento de Karl Marx. Porto alegre, 2002. Tese. (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

OLIVEIRA, A. H.de A. **O debate sobre cotas universitárias:** itinerários da prática pedagógica na Universidade Federal de Sergipe. 2014. Tese. (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração e programa de ação. Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. Durban, 8 de setembro de 2001. Disponível em: <[http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao\\_durban.pdf](http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_durban.pdf)>. Acesso em: 6 jun. 2017.

PARANÁ. Lei nº 13134, de 18/04/2001. Diário Oficial nº 5969, Curitiba, 19/04/2001.

PEDROSO HAMÚ, D. R. **Desigualdades, Direitos Humanos e Ações Afirmativas: História e Revelações do Programa UFGInclui**. 2014. Tese. (Doutorado em Educação) –Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2014.

PEREIRA, P. A. P; STEIN, R. E. **Política Social: universalidade versus focalização**. Um olhar sobre a América Latina. In: BOSCHETTI, I.; BEHRRING, E. R.; SANTOS, S. M. de M. dos; MIOTO, R. C.T. **Capitalismo em Crise: Políticas Sociais e Direitos**. São Paulo: Cortez, p. 106-130, 2010.

REZENDE, CC. **Suicídio revolucionário: a luta armada e a herança da quimérica revolução em etapas** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 258p.

RODRIGUES, M. **Michel Foucault sem espelhos: Um pensador proto pós-moderno**. Rio de Janeiro, 2006.

ROSEMBERG, F. **Relatório Ação afirmativa na pós-graduação: o Programa Internacional de Bolsas da Fundação Ford na Fundação Carlos Chagas**. São Paulo: FCC/SEP, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/sival/Downloads/2454-9331-1-PB.pdf>

SANTOS, L. M. R. dos. **Política de educação superior e ações afirmativas: o Projeto Negraeva no estado de Mato Grosso do Sul (2002-2004)**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande, 2015.

SANTOS, S. M. de M. dos. **Política social e diversidade humana: crítica à noção de igualdade de oportunidade**. In: BOSCHETTI, Ivanete (et al) (Org.). **Capitalismo em crise. Política Social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010. P. 185 – 194.

SOUZA, A. A. S. de. **Pós-modernidade: mistificação e ruptura da dimensão da totalidade da vida social no capitalismo contemporâneo**. 2004. Dissertação (Mestrado), Recife (PE), 2004.

SALVADOR, E. **Crise do capital e o socorro do fundo público**. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRRING, Elaine R.; SANTOS, Silvana M. de M. dos; MIOTO, Regina C. T. **Capitalismo em Crise: Políticas Sociais e Direitos**. São Paulo: Cortez, p. 35-63, 2010.

TONET, I. **Cidadania ou Liberdade**. Perspectivas: São Paulo, 1999, p. 85-94.

VASCONCELLOS, G. F. **Gunder Frank: O enguiço das Ciências Sociais**. Florianópolis: Insular, 2014.

WOOD, E. M; FOSTER, J. B. (orgs.) **Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

\_\_\_\_\_, E. M. **Modernidade e pós-modernidade**. In: \_\_\_\_\_. A origem do capitalismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2011.

ZANARDINI, Isaura Monica Sousa. **A reforma do estado e da Educação no contexto da ideologia da pós-modernidade**. Perspectiva (Florianópolis), v25, p. 245-270, 2007.